

Nº 30 • ANO 13 • OUTUBRO DE 2020

GOVERNANÇA & DESENVOLVIMENTO

REVISTA DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (CONSAD)



REFORMA ADMINISTRATIVA

Fórum Conjunto Consad e Conseplan traz reflexões importantes sobre as mudanças que poderão impactar os serviços públicos e tornar a máquina dos estados e do DF mais eficiente

**CUIDAR DE VIDAS
E SONHOS É MAIS
QUE ENCONTRAR
SOLUÇÕES PARA
O HOJE. É PENSAR
NO AMANHÃ.**



CAPEMISA
SEGURADORA

Siga-nos nas redes sociais:





Editorial

INOVAR É PRECISO

As gerações do final do século passado cresceram com a ideia de que tudo levava muito tempo para ser superado ou para ser transformado. A tradição, a experiência e a noção de estabilidade geravam uma espécie de segurança, mesmo que psicológica, de que bastava aprender um ofício, um curso superior, e enfrentar o mercado de trabalho.

Mas a vida parece não trazer mais essa noção pragmática de comodismo e estagnação. Tudo muda – e muito rápido. Até o final desse texto, em algum lugar do mundo, alguém já terá desenvolvido um novo produto, uma nova programação, um novo aplicativo, uma solução para um problema social, para impulsionar uma venda ou para aferir um algoritmo. Algo inovador é criado a todo tempo. É tanta inovação que perdemos a noção do que ainda não foi inventado. O que o sociólogo polonês Zygmunt Bauman conceituou como relações ou sociedades líquidas, pela perenidade e permeabilidade de tantas mudanças à sociedade.

Encontrar o equilíbrio entre manter políticas públicas já arraigadas e que geram resultados positivos e buscar soluções inovadoras para pendências e lacunas antigas de gestão talvez seja o desafio maior dos gestores atuais. É o que buscamos também com a aprovação da reforma administrativa que vem sendo amplamente discutida em várias esferas. Impossível continuarmos focando nosso trabalho na busca por melhores resultados de gestão, na qualidade dos gastos públicos, para entregar serviços às pessoas com um amparo legal arcaico, já não condizente com nossa forma de viver e trabalhar.

Nesta edição da revista *Governança e Desenvolvimento*, buscamos esclarecer pontos importantes sobre o texto do projeto de lei que contempla a reforma administrativa. Esta é a temática central da última edição de nosso Fórum Conjunto Consad-Conseplan, que traçou debates convergentes ao texto legal, como as políticas de liderança e seleção de pessoas, os impactos da reforma administrativa nas finanças públicas, os vínculos e carreiras típicas de Estado e a importância da cooperação entre os entes federados, visando a melhores resultados de gestão.

Assim como nas edições anteriores, mantemos a parceria com os profissionais de comunicação dos estados brasileiros. São projetos, programas e ações que trouxeram bons resultados e que são compartilhados entre os integrantes do Consad-Conseplan e leitores. Além disso, temos as contribuições de secretários estaduais. O de Santa Catarina, Luiz Antônio Dacol, traz uma reflexão interessante sobre a transformação digital no Brasil. Do Amazonas, a vice-presidente do Consad e secretária de Administração e Gestão, Inês Caroline Simonetti, aborda a inovação em compras públicas. De Goiás, a reflexão veio com um artigo sobre a necessidade dos estados se adaptarem às audiências públicas remotas para garantias legais nos processos licitatórios.

Também fizemos um giro nos grupos de trabalho do Consad para atualizar você sobre o que está sendo discutido em cada área. Numa entrevista com o governador Reinaldo Azambuja, do Mato Grosso do Sul, abordamos as estratégias daquele estado que estão resultando em facilidades nos serviços digitais à população.

Ainda sobre inovação, o Consad ganhou mais um colaborador, o jornalista Waldson Costa, que passa a ser o *head* de comunicação, e nossa revista *Governança e Desenvolvimento* passa a ter na chefia de Redação a jornalista Krislei Oechsler, de Santa Catarina, que agora também atua na Coordenação do GT de Comunicação.

Importante mencionar ainda que estamos preparando uma agenda especial para celebrarmos os 20 anos do Consad, em novembro próximo. Na ocasião, teremos um resgate de nossas conquistas na gestão pública.

Nesse sentido, continuamos evoluindo em novas metas, mantendo foco coletivo no trabalho para transformar a gestão pública no Brasil, visando sempre aos melhores resultados.

Uma boa leitura a todos.

Fabrizio Marques Santos
Presidente do Consad

MISSÃO

Promover a melhoria da gestão pública nacional para gerar bem-estar e desenvolvimento

VISÃO

Ser reconhecido como liderança nacional em gestão pública

VALORES

- Colaboração e cooperação
- Sinergia e integração
- Inovação
- Otimização e eficiência
- Ética e transparência



PRESIDÊNCIA

FABRÍCIO MARQUES SANTOS
Secretário de Estado do Planejamento,
Gestão e Patrimônio de Alagoas

1ª VICE-PRESIDÊNCIA

Inês Carolina Barbosa Ferreira Simonetti Cabral
Secretária de Estado da Administração e Gestão do Amazonas

2ª VICE-PRESIDÊNCIA

Bruno Magalhães da Abadia
Secretário de Administração do Estado de Goiás

CONSELHO FISCAL

Edelvino da Silva Góes Filho (BA)

MEMBROS DO CONSAD

Ricardo Brandão dos Santos (AC)
Fabrício Marques Santos (AL)
Suellem Amoras Távora Furtado (AP)
Inês Carolina Barbosa Ferreira Simonetti Cabral (AM)
Edelvino da Silva Góes Filho (BA)
Ronaldo Borges (CE)
André Clemente Lara de Oliveira (DF)
Lenise Menezes Loureiro (ES)
Bruno Magalhães da Abadia (GO)
Flávia Alexandrina Coelho Almeida Moreira (MA)
Basílio Bezerra Guimarães (MT)
Ana Carolina Araújo Nardes (MS)
Otto Alexandre Levy Reis (MG)
Hana Ghassan (PA)
Jacqueline Fernandes de Gusmão (PB)
Marcel Micheletto (PR)
Marília Raquel Simões Lins (PE)
Francisco José Alves da Silva (PI)
José Luis Cardoso Zamith (RJ)
Maria Virginia Ferreira Lopes (RN)
Claudio Gastal (RS)
Pedro Antônio Afonso Pimentel (RO)
Betânia Thomé Avelino (RR)
Luiz Antônio Dacol (SC)
Maurício Ricardo Machado Costa (SP)
George da Trindade Góes (SE)
Bruno Barreto Cesarino (TO)

SECRETARIA EXECUTIVA

Daniel Guimarães
Ana Paula
Waldson Costa (Head de Comunicação)

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Inês Carolina Barbosa Ferreira (Conselheira do GT de Comunicação)
Francisco Amorim (Conselheiro)
Krislei Oechsler (Coordenadora do GT de Comunicação)
Jessamine Rayne dos Santos
Rodrigo Vila Boas
Waldson Costa

DIRETOR DE REDAÇÃO

Francisco Amorim

CHEFE DE REDAÇÃO

Krislei Oechsler

AUXILIAR DE REDAÇÃO

Flávia Matos
Minne Santos

EDITORA

Maria Carla Lisboa

EDIÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Elton Mark

PROJETO GRÁFICO

Elton Mark

REVISÃO DE TEXTO

Ana Seidl

COMERCIAL

Daniel Guimarães
Ana Paula

TIRAGEM

Versão digital

CONSAD

SRTS Quadra 701, salas 527/528
Asa Sul, Brasília-DF / CEP: 70.340-000

Facebook: /consadbr
Twitter: @consadbr
Instagram: @consadbr

* Agradecemos a colaboração das assessorias de comunicação pelos artigos apresentados. As informações contidas nos textos são de responsabilidade dos seus respectivos autores.

Governança & Desenvolvimento é uma publicação do Consad produzida pelo Instituto Brasileiro de Administração Pública – IBAP, com assessores de comunicação das secretarias dos estados filiados ao Consad.



NESTA EDIÇÃO



GESTÃO NOS ESTADOS



64 Acre

- Acre moderniza a administração com novas ferramentas

66 Alagoas

- Soluções inovadoras Dinamizam o serviço público em Alagoas

72 Amapá

- Amapá agenda perícia médica por videoconferência

74 Amazonas

- Gestão com foco na eficiência e na sustentabilidade

80 Bahia

- Aos 25 anos, SAC registra números que impressionam

82 Ceará

- Governo Digital muda relação entre o cidadão e o estado

84 Distrito Federal

- Secretaria de Economia do DF já é 100% digital

86 Espírito Santo

- Espírito Santo amplia teletrabalho e a oferta de serviços digitais

88 Goiás

- Goiás democratiza o acesso da população aos serviços públicos

90 Maranhão

- Plano otimiza e dá agilidade às compras públicas

96 Mato Grosso

- Economia para o estado e renda para o trabalhador

98 Minas Gerais

- Minas Gerais ocupa 1º lugar no ranking de serviços digitais

104 Pará

- Pará cria Política Anual de Compras e Contratações

106 Paraíba

- Paraíba troca o papel pelo processo digital

108 Paraná

- Audiências públicas virtuais garantem a continuidade das licitações do governo do Paraná



110 Pernambuco

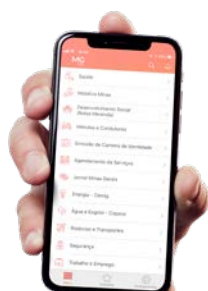
- SEI gera economia de R\$ 25 milhões aos cofres estaduais

112 Piauí

- Piauí apresenta PPP do Centro Administrativo

114 Rio de Janeiro

- Governo do RJ corta gastos com redução da frota



POLÍTICA

REFORMA ADMINISTRATIVA MUDA AS REGRAS PARA OS SERVIDORES DOS TRÊS PODERES

28

GESTÃO CONSAD

GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

58



116 Roraima

- Roraima investe na modernização da gestão pública

118 Rio Grande do Sul

- Reforma RS vence o Prêmio Excelência em Competitividade

120 Rondônia

- Estrutura de Hospital de Campanha vai beneficiar população mesmo após pandemia

122 Santa Catarina

- Santa Catarina cria decreto para resguardar segurança de dados pessoais de servidores

126 São Paulo

- São Paulo intensifica o combate à fraude e à sonegação fiscal

128 Tocantins

- Tocantins investe em modernização e controle de gastos



SEÇÕES

06 CAPA

28 POLÍTICA

54 GESTÃO CONSAD

130 ESTANTE



ENTREVISTAS

38 GLEISSON RUBIN

48 JOSÉ MATIAS-PEREIRA

92 REINALDO AZAMBUJA



ARTIGOS

70 THIAGO ÁVILA

77 JOSÉ MATIAS-PEREIRA

78 INÊS CAROLINA SIMONETTI

101 ÂNDREI OLIVEIRA DE PAULA

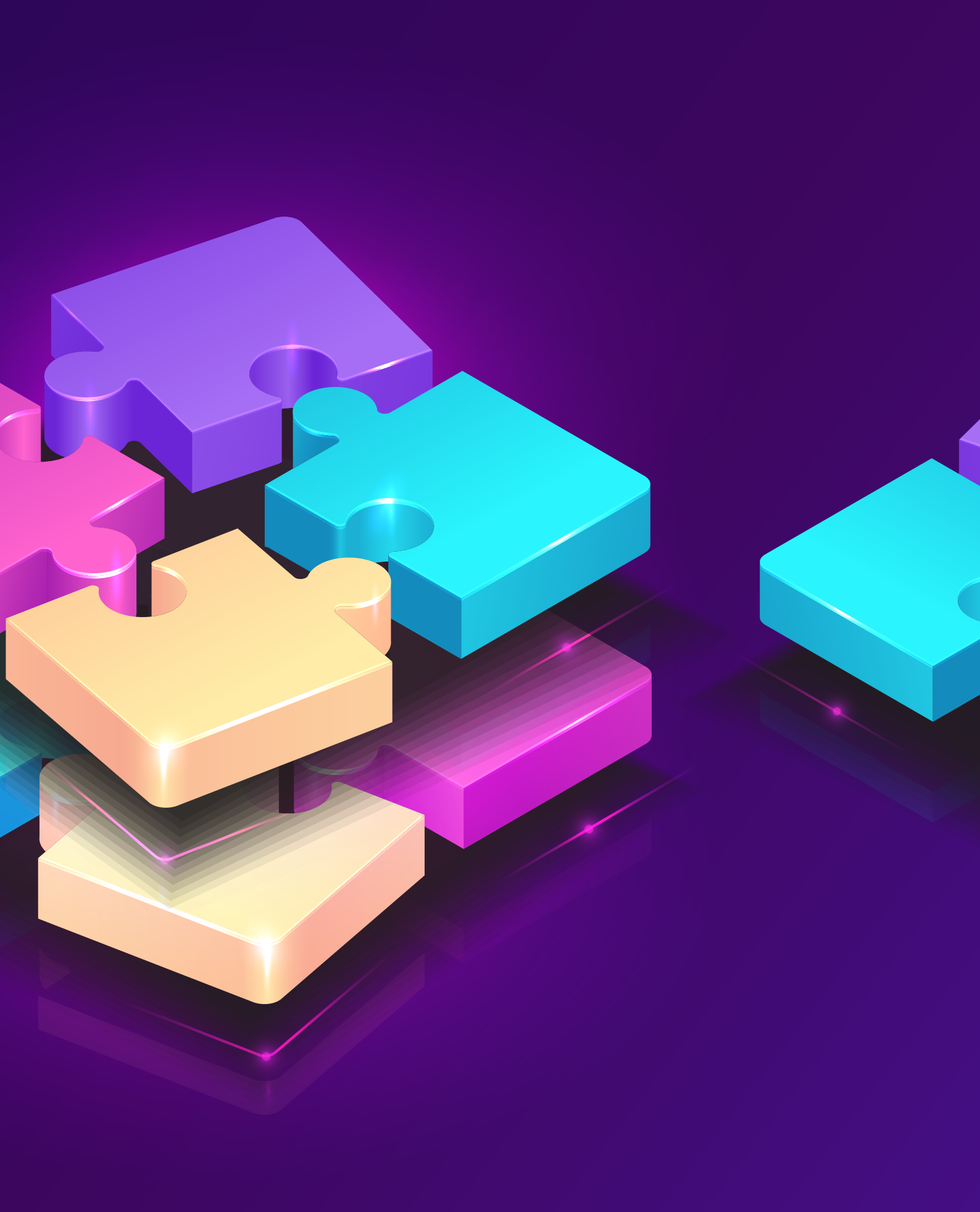
102 WALDSON COSTA

125 LUIZ ANTÔNIO DACOL

FÓRUM PÕE EM DEBATE OS VÁRIOS ASPECTOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA

PROMOVIDO POR CONSAD E CONSEPLAN,
EVENTO REUNIU VIRTUALMENTE GESTORES
PÚBLICOS, PARLAMENTARES E ESPECIALISTAS
QUE TROUXERAM REFLEXÕES IMPORTANTES
PARA TODOS OS ENVOLVIDOS NA MUDANÇA





A reforma administrativa foi objeto de intenso debate entre gestores públicos, parlamentares e especialistas, durante o Fórum Conjunto Consad-Conseplan, realizado nos dias 7 e 8 de outubro, em Brasília. Eles trouxeram reflexões importantes para a sociedade e para todos os setores envolvidos nesta mudança.

O momento que o país atravessa é oportuno para a discussão do tema, destacou o conselheiro Fabrício Marques Santos, secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas e presidente do Consad, na abertura do evento. Ele também ressaltou o papel primordial do Conselho na discussão do assunto.

A preocupação com a reforma é geral. Não pela oportunidade da iniciativa, mas pela necessidade de se promover, nesse debate, a coordenação entre União, estados e municípios. Até para que a mudança abarque a todos, inclusive os setores privilegiados do serviço público. Afinal, a falta de participação coordenada dos entes federativos na reforma da Previdência causou sérios problemas de incoerência entre modelos. Além disso, há a questão da melhoria da gestão pública, ponto central na reforma, e o alcance que ela deverá ter para o equilíbrio fiscal do governo nos próximos anos. Estes três temas são cruciais nesse debate.

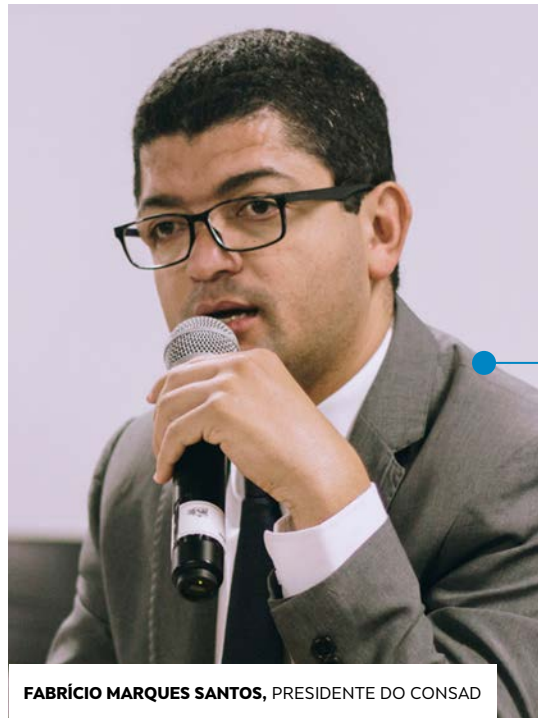
Na sequência, a conselheira Cynthia Mota Lima, secretária de Estado do Planejamento e Orçamento do Maranhão e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento (Conseplan), trouxe a expectativa de que os dois dias de trabalho oferecessem oportunidade de importantes discussões nesse momento difícil de pandemia. Ela manifestou a esperança de que, no próximo encontro, já tenhamos a vacina contra o coronavírus. E reconheceu a relevância da opção de se trabalhar de forma online, mas lembrou que não há nada como a reunião presencial.

PALESTRA DE ABERTURA

Francisco Gaetani, professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) / Fundação Getúlio Vargas (FGV), comentou que a reforma administrativa em discussão só ganhou relevância em razão da atuação de certos atores, muitos dos quais estiveram presentes no fórum.

De fato, foram os governos estaduais que pressionaram o governo para que enviasse a proposta ao Congresso. E eles serão os artífices da regulamentação da reforma. Assim, no momento em que recai

DIVULGAÇÃO



FABRÍCIO MARQUES SANTOS, PRESIDENTE DO CONSAD

sobre o Congresso a responsabilidade pela mudança nas regras do serviço público, abre-se também o espaço institucional para um debate em que todos poderão contribuir.

O professor ressaltou a oportunidade de se discutir, nas duas Casas legislativas, um tema tão importante para o país, o que não acontece sempre. Isso não quer dizer que o final do processo venha a ser o desejado, frisou. “Se observarmos as grandes reformas dos últimos 90 anos (1937, 1967, 1988 e 1998),

Cynthia Mota manifestou a esperança de que, no próximo encontro, já tenhamos a vacina contra o coronavírus. Ela reconheceu a relevância da opção de se trabalhar de forma online, mas lembrou que não há nada como a reunião presencial

Para Fabrício, o momento que o país atravessa é oportuno para a discussão do tema. Ele também ressaltou o papel primordial do Conselho na discussão do assunto.

veremos uma série de assuntos pendentes, que ainda temos de definir como lidar. Em especial, na dimensão dos estados”, pontuou Gaetani.

Na avaliação do professor, quanto mais o Consad e o Conseplan forem capazes de formular suas demandas de forma coletiva e coesa, mais fácil será conseguirem ajuda, seja da CAF, BID, Banco Mundial ou do Tesouro Nacional.

“A simplificação administrativa é do interesse geral. Precisamos fazer com que os problemas tenham tratamento conjunto e que isso possibilite a criação de uma saída para todos. É natural que os estados concorram. Mas o governo federal, às vezes, exerce o ‘dividir para governar’ de uma maneira nociva para o país”, afirmou. Segundo ele, o desafio é o contrário hoje: os estados devem se articular

DIVULGAÇÃO



“A hora é agora! Para essa geração que está chegando é o momento de propor, avançar e mostrar a que viemos. Temos uma tradição no Brasil de discutir contra as propostas, mas precisamos romper essa crítica pela crítica”

Francisco Gaetani, professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas / FGV,

DIVULGAÇÃO



CYNTHIA MOTA LIMA, PRESIDENTE DO CONSEPLAN

– e não se deixarem levar pela concorrência – para que as questões comuns sejam resolvidas de forma conjunta.

“A hora é agora! Para essa geração que está chegando é o momento de propor, avançar e mostrar a que viemos. Temos uma tradição no Brasil de discutir contra as propostas, mas precisamos romper essa crítica pela crítica. O Consad e o Conseplan têm uma pauta histórica e é hora de construir isso objetivamente e levar para discussão no Congresso. Enfim, a hora é da política, a hora é da democracia. Não podemos perder essa oportunidade de fazer avançar o debate – e enriquecendo-o, trazendo temas que possam colaborar, desde que não dependam de ação executiva. Temos de colocar na reforma tudo que interessa a nós, cidadãos comprometidos com o interesse público!”, concluiu.

PAINEL 1

SELEÇÃO E DESEMPENHO, PONTOS ESSENCIAIS, MAS DIFÍCEIS DE SE IMPLANTAR



O primeiro painel tratou da seleção e avaliação de desempenho de lideranças no setor público, algo fundamental e muito discutido, mas que tem enfrentado dificuldades para a implantação.

Cláudio Gastal, secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul, reforçou o papel estratégico dessa discussão para o setor público. Lembrou que a reforma administrativa deve tocar em pontos sensíveis e complexos, visto que, “como disse o professor Gaetani, o setor público cria relação estável com os problemas. É preciso romper com essa máxima!”

O secretário lembrou a existência de experiências muito positivas, como o Qualifica RS, que precisam ser divulgadas e conhecidas para que evidências de sucesso sejam agregadas às discussões. E ressaltou que não podemos esquecer as peculiaridades do nosso país, pois, muitas vezes, comparamos o Brasil com a Escandinávia por exemplo, e esquecemos de discutir o arcabouço jurídico de cada país.

“Vivemos em uma sociedade do século XXI com servidores do século XX e uma legislação do século XIX. Algo que é um grande problema de desalinhamento e que precisa ser urgentemente modificado”, comparou.

Durante o evento, foi lançada uma proposta de agenda legislativa prioritária focada na reforma administrativa. O tema do primeiro painel é essencial, pois o Brasil não tem um tratamento específico para lideranças e abre margens para que o desenvolvimento e a seleção sejam menosprezados e a ocupação de cargos de liderança tenha uma motivação muito mais política do que deveria.

“É preciso priorizar a seleção, o desenvolvimento dos cargos de lideranças desde a definição do cargo. O governo federal avançou nesse sentido, lançando uma legislação que obriga os cargos de liderança a terem critérios de seleção e já há experiências muito boas, como o Qualifica RS e o Transforma Minas, que nos inspiram e provam que colocar um padrão para a ocupação dos cargos comissionados facilita muito o processo para mudanças culturais positivas”, destacou o deputado federal Tiago Mitraud, coordenador da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa.

GESTÃO DE PESSOAS

Outro ponto crucial que está sendo trabalhado é a criação de um órgão central de gestão de pessoas, baseado em experiências internacionais como as do Reino Unido, Canadá e Nova Zelândia, onde o tema é levado a outro patamar, enquanto aqui é colocado no terceiro e quarto escalões.

DIVULGAÇÃO



“Vivemos em uma sociedade do século XXI com servidores do século XX e uma legislação do século XIX. Algo que é um grande problema de desalinhamento e que precisa ser urgentemente modificado”

Cláudio Gastal, secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul.

Tiago Mitraud defende a existência de uma estrutura central no governo federal, blindada do corporativismo e das influências políticas, para tratar temas de gestão de pessoas de forma transversal e técnica e que trabalhe com questões como descrições de vagas, requisitos mínimos para cargos de liderança e condução de processos de seleção por competências, para que a decisão política seja feita com profissionais qualificados.

AValiação DE DESEMPENHO

O deputado lembrou que a avaliação de desempenho está há mais de 20 anos na Constituição Federal, mas é subutilizada, faltando regulamentação. “Temos números assustadores de resultados no governo federal: 200.000 servidores que passam por

DIVULGAÇÃO



“A avaliação de desempenho precisa passar a ser uma condição de perda do cargo e tratar do desenvolvimento e crescimento dos servidores com desempenho acima da média”

Deputado federal Tiago Mitraud, coordenador da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa.

avaliação com nota média de 98%, ou seja, só pró-forma, não servindo nem para atestar o desempenho e nem para reconhecer os servidores acima da meta. Precisamos melhorar. A avaliação de desempenho precisa passar a ser uma condição de perda do cargo e tratar do desenvolvimento e crescimento dos servidores com desempenho acima da média. A ideia é discutir a partir do texto apresentado pelo governo”, defendeu.

O deputado encerrou sua fala afirmando que encontrou no Legislativo muitos parlamentares que têm a mesma visão e que toparam encarar o desafio. “Nesse contexto, acredito muito que temos espaço para essa discussão tão importante para a sociedade brasileira, dando destaque para várias contribuições de órgãos como o Consad e reforçando a abertura para fazer valer o interesse de todos em aprimorar a gestão pública brasileira”.

DIVULGAÇÃO



“Podem criar leis maravilhosas, mas não será possível melhorar a qualidade da implementação de políticas públicas sem capacidade operacional, olhar estratégico e o tático alinhados e aliados.”

Cristina Mori, consultora na Pacto e professora do Insper.

ATRAÇÃO E SELEÇÃO

Cristina Mori, consultora na Pacto e professora do Insper, apresentou um estudo de implementação dos pilares de atração e pré-seleção que a Aliança estimulou alguns estados a conduzir. São cinco pilares: atração; pré-seleção; desempenho; desenvolvimento e engajamento. O foco do estudo foi a atração e a seleção, porém, mais do que falar sobre números, a pesquisa mostrou que o modelo é viável em distintos contextos e pode ser implementado, sendo bem sucedido e bem avaliado na maioria dos estados. A seguir, apresentou algumas evidências que a avaliação coletou:

Ceará: A seleção combinou competências técnicas e de gestão com alinhamento aos objetivos de governo;

Minas Gerais: Enfrentar os enormes desafios com resiliência trouxe aprendizados fundamentais para dar escala;

Paraná: A execução do processo exclusivamente por parceiro externo reduziu as chances de perenidade;

Pernambuco: Foi importante atualizar o perfil do cargo a partir das ferramentas apresentadas pelos parceiros, com destaque para o cargo de gerente regional de ensino, em que se tornou obrigatória a participação em processo seletivo;

Rio Grande do Sul: É uma mudança de paradigma. Valeu à pena, a leitura externa foi muito positiva;

Sergipe: O governador apoiou desde o início, pois sua prioridade era profissionalizar a Secretaria de Educação;

São Paulo: Realizar primeiramente o Assessment de ocupantes do cargo conferiu maior legitimidade à seleção.

Com essas experiências, Cristina e sua equipe chegaram à conclusão de que é fundamental, em um processo seletivo estruturado, fazer o mapeamento do perfil de competências do cargo, ampla divulgação e busca ativa, análise dos currículos, entrevista por competências, banca de avaliação para cada finalista e evento de integração. “Dá para fazer e com processo enxuto!”, destacou.

Concluiu enfatizando que podem ser criadas leis maravilhosas, mas não será possível melhorar a qualidade da implementação de políticas públicas sem capacidade operacional, olhar estratégico e tático, alinhados e aliados.

OPORTUNIDADE DE OURO

Weber Sutti, diretor da Fundação Lemann, ressaltou a necessidade de se olhar a estrutura do governo como uma estrutura familiar: todos precisam ser cobrados como membros e co-responsáveis pelos resultados positivos ou negativos e não se colocar tudo na conta da liderança política, pois isso traz um ônus. A ideia é quebrar esse paradigma.

“Exemplo dessa necessidade de mudanças está também no governo federal, quando alguém é nomeado como gerente, diretor ou em funções superiores, geralmente, essas avaliações de desempenho atingem o nível máximo de satisfação. Mas na verdade, nem sempre é o que encontramos”.

Na avaliação do diretor da Lemann, temos hoje uma oportunidade de ouro: os estados estão no

“O grande segredo na seleção não é só ter clareza do que se quer daquela função, mas, também, ter coragem de trazer isso a público”

Weber Sutti, diretor da Fundação Lemann.

protagonismo e conseguem trazer para o debate uma série de evidências. Consad e Conseplan precisam entrar cada vez mais na discussão.

“Precisamos trazer evidências para o debate no sentido de qualificar qual o desenho de Estado que queremos para prover melhores serviços. Por isso é uma questão de honra trabalhar o teto remuneratório e o fim de privilégios, não só pelo aspecto moral, mas porque precisamos ter uma estrutura remuneratória no serviço público diferente da que temos hoje, em que algumas categorias de elite pequenas faturam muito e massas de servidores essenciais aos serviços públicos ficam à míngua”, disse Sutti.

Ele propõe a inversão desse paradigma: “O escândalo precisa ser as nomeações esdrúxulas a cargos de liderança e não os processos seletivos, como aconteceu com alguns estados que tiveram de responder judicialmente sobre a motivação de processos seletivos para cargos de livre provimento.

ORGULHO

O Consad tem feito um trabalho muito importante, que a Aliança vem apoiando com orgulho, especificamente no GT de Gestão Estratégica de Pessoas, com dois projetos em destaque:

1 – **O quadro dos estados** – Proporcionar um painel estatístico de todos os servidores estaduais disponíveis. Sem essas informações, discute-se no vazio. Há um grande esforço do Consad em criar essa plataforma e vincular as bases dos estados;

2 – **Pesquisa de Engajamento** – O Consad fez uma parceria com a Kayma e a Duke University e a ideia é desenvolver um Guia de Engajamento para os servidores públicos, não só na pandemia, mas pensando em como a gestão pública pode melhorar a qualidade dos serviços.

“Estamos ansiosos para avançar tanto em lideranças, gestão de desempenho, unidades centrais de pessoas e segurança jurídica. Estamos em momento



“Chegamos num ponto em que não há mais tempo para discutir. Precisamos ter propostas e ideias propositivas para salvar o país da insolvência”

Luiz Felipe D'Ávila, dirigente do Centro de Lideranças Públicas.

oportuno para grandes transformações”, disse, com entusiasmo, o diretor da Fundação Lemann.

MOBILIZAÇÃO

Luiz Felipe D'Ávila, do Centro de Lideranças Públicas (CLP), reforçou a ideia de que vivemos um momento ímpar no Brasil, pois existe uma mobilização da sociedade civil, do Parlamento e do governo. “Essa união é muito positiva para que esses esforços dispares tenham uma linha de atuação, uma discussão propositiva. Basta de diagnóstico de problemas.

Precisamos avançar para a implementação e, nesse sentido, a maturidade do debate já está acontecendo”, declarou.

Com isso em mente, ele trouxe três pontos que considera essenciais. O primeiro é a formação dos gestores públicos: incluir causas nas formações de lideranças é essencial. “Quando se discutem problemas reais, melhora-se muito o processo. A causa tem que estar no centro da formação; senão não tem aplicabilidade. Por isso o CLP criou o ranking de competitividade dos estados com 70 indicadores. E 22 dos 27 estados estão utilizando o ranking para seus planejamentos”, pontuou.

O segundo ponto: é preciso olhar mais para os cases de sucesso. D'Ávila observa que estados e municípios se transformaram em laboratórios de políticas transformadoras, as quais não aparecem na imprensa. “Essas experiências exitosas contribuem para apagar o debate ideológico e trazer evidências de sucesso. Isso é importantíssimo para a mudança de cultura”, avalia.

Terceiro ponto: novas lideranças políticas que estão conseguindo aglutinar esforços no Parlamento para reunir dados e informações para a Reforma Administrativa, bem como o terceiro setor, que vem agregando conhecimentos técnicos e especializados.

O dirigente do CLP acredita nos benefícios da reforma administrativa para a gestão pública e considera que os servidores públicos que enxergam a necessidade de mudanças também são favoráveis. Lembrou que não há democracia sólida sem uma burocracia competente para implementar políticas públicas de qualidade. E disse que eficiência e racionalidade do setor público são essenciais para esse momento, pois, se a reforma não for feita, o Estado caminha para a insolvência.

“Chegamos num ponto em que não há mais tempo para discutir. Precisamos ter propostas e ideias propositivas para salvar o país da insolvência. Nove estados já atingiram o limite da Responsabilidade Fiscal de 60% da Receita Corrente Líquida. Se a reforma não for feita, todos os 27 estados vão estar nesse barco da insolvência logo em 2024”, previu.

D'Ávila concluiu sua fala com uma mensagem de perseverança e de apoio aos parlamentares para que tenham noção da importância da reforma para o país. “O Consad tem papel importantíssimo: reunir experiências de sucesso para mostrar. Isso tem um efeito extraordinário para quebrar as resistências do corporativismo que sempre vão existir. Não dá mais para postergar uma reforma essencial para a melhoria do serviço público brasileiro”.

PAINEL 2

IMPACTO DA REFORMA ADMINISTRATIVA NAS FINANÇAS PÚBLICAS



TEXTO: KRISLEI OECHSLER – jornalista, servidora pública, assessora de Comunicação na secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina. É Mestre em Educação e atua como coordenadora do GT de Comunicação do Consad.

O tema foi apresentado no segundo painel da última edição do Fórum Conjunto Consad-Conseplan, nos dias 7 e 8 de outubro, com mediação de Eduardo Correa Tavares, secretário de Planejamento do Amapá, tendo como moderadores José Ronaldo de Castro Souza Junior, diretor de Estudos e Políticas Econômicas do Ipea; Regina Silvia Viotto Monteiro Pacheco, professora da Fundação Getúlio Vargas; Felipe Sato, diretor-executivo do Instituto Fiscal Independente, e André Horta Melo, presidente do Comitê Nacional dos Secretários da Fazenda, Comsefaz.

O painel teve início com um diagnóstico do sistema fiscal e das receitas e despesas com pessoal dos estados brasileiros, apresentado pelo diretor de Estudos e Políticas Econômicas do Ipea, José Ronaldo de Souza Junior. Ele apresentou alguns pontos ao abrir o painel, entre eles dados do Ipea sobre a piora no déficit primário mundial em razão da pandemia de Covid-19.

No Brasil, conforme os dados, o acumulado no primeiro semestre, entre janeiro e agosto de 2020, chegou a -12,12%, se comparado ao mesmo período do ano passado, quando a queda foi de -0,2%. Além disso, mostrou o crescimento substancial da dívida pública, que deve comprometer quase em 100% o PIB até o final do ano, o que afeta o crescimento econômico de forma muito incisiva.

No âmbito dos estados e municípios, o aumento e a disparidade de gastos com folha de pagamentos de pessoal, em especial de inativos em comparação com ativos, contribui sobremaneira com os gastos públicos, o que evidencia a necessária reforma previdenciária dos estados.

Com relação às receitas dos estados, dada a dimensão da crise da Covid-19, havia expectativa de queda maior da arrecadação. Mas, no comparativo do primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, a queda foi de apenas 3%, em média. Esperava-se que fosse bem maior, no início da pandemia. Percebeu-se ainda que o auxílio emergencial, apesar dos efeitos positivos nos estados e municípios como resgate econômico e auxílio à manutenção das empresas, aumentou significativamente os gastos federais.

Importante destacar também que, diferentemente da reforma da Previdência, não há na reforma administrativa uma projeção inicial de economicidade, porque se trata de uma medida inicial para permitir mudanças num emaranhado legal que precisa ser readequado de acordo com a realidade brasileira.

DIVULGAÇÃO



“O que há de concreto na reforma é a estagnação inicial dos reajustes salariais previstos para dois anos. Um alongamento das carreiras. Esta medida teria um impacto significativo de economia em dois anos de R\$ 2 bilhões”

José Ronaldo de Souza Junior, diretor de Estudos e Políticas Econômicas do Ipea.

“O que há de concreto na reforma é a estagnação inicial dos reajustes salariais previstos para dois anos. Um alongamento das carreiras. Esta medida teria um impacto significativo de economia em dois anos de R\$ 2 bilhões e que surtiria efeito maior cumulativamente ao longo dos anos”, disse o diretor do Ipea.

DIAGNÓSTICO

Na sequência, o presidente do Comitê Nacional dos Secretários da Fazenda, André Horta, apresentou um diagnóstico do serviço público brasileiro. De

acordo com estudo elaborado pelo Banco Mundial em 2019, sobre a gestão de pessoas no serviço público brasileiro, a União tem, em números absolutos, 12% do total dos servidores públicos e detém 25% da massa salarial brasileira. Os estados têm 31% dos servidores públicos e os municípios, 57%. O percentual dos municípios foi crescente principalmente nas últimas décadas dos anos noventas, ultrapassando os estados no número de servidores.

Com relação à questão salarial, as disparidades também são elevadas. O funcionalismo público federal tem 96% a mais de ganho que os trabalhadores do setor privado. Nos estados, os servidores têm salários 16% maiores que na iniciativa privada. Na esfera municipal, há paridade entre a média salarial de servidores e trabalhadores privados. A média salarial dos servidores em 142 países pesquisados é 21% maior entre os setores público e privado. O Brasil tem média geral de 8%.

Considerando-se as três esferas, o Brasil gasta 13,1% do PIB com o funcionalismo público, sendo, entre os 142 países pesquisados, o 15º que mais gasta com salários do serviço público. Com relação à carga tributária per capita, estamos na 57ª posição mundial em que a arrecadação per capita é mínima, mas a tributação elevada.

Horta observa que o Brasil tem uma estrutura que cobra muito imposto indireto e pouco imposto direto. Há uma disparidade do Brasil na comparação com os países da OCDE. Na tributação indireta, sobre bens e serviços, o Brasil ocupa as primeiras posições. Já na direta sobre renda per capita, caímos para a última posição. “Cobramos muito de quem tem pouco e pouco de quem tem muito. Em resumo, é isso. O que dificulta a eficiência da nossa carga tributária e também prejudica a arrecadação”, disse.

Outro aspecto abordado pelo presidente do Comsefaz foi o federalismo. A distribuição tributária federativa também contribui para a disparidade tributária entre os entes federados. Há muita assimetria na arrecadação e distribuição entre os entes. Sendo que os municípios estão nos degraus mais baixos e a União ocupa disparadamente o primeiro patamar.

INJUSTIÇAS

Na sequência das ponderações, Regina Silvia Viotto Monteiro Pacheco, professora da Fundação Getúlio Vargas, uma das incentivadoras e fundadoras da trajetória dos fóruns para a discussão da gestão pública no Consad e Conseplan, enfatizou a importância da aprovação da reforma como forma de diminuição das diferenças sociais.

DIVULGAÇÃO



“Cobramos muito de quem tem pouco e pouco de quem tem muito. Em resumo, é isso. O que dificulta a eficiência da nossa carga tributária e também prejudica a arrecadação”

André Horta, presidente do Comitê Nacional dos Secretários da Fazenda.

Ela defende que a discussão avance não apenas para a defesa de mudanças no ajuste fiscal. Mas que tenha um olhar voltado para a diminuição das diferenças sociais. “É preciso mais flexibilidade para melhorar a gestão pública e que (as mudanças) revertam em melhores serviços, públicos com novas formas de contratação. E não voltar a olhar para o Estado mínimo, que foi desenhado no século XIX para manutenção da lei e ordem”, disse.

Em sua fala, Regina Pacheco defendeu a correção das distorções salariais no serviço público. A começar pelo corte dos privilégios acumulados ao

DIVULGAÇÃO



“Os supersalários estão no cerne das injustiças e diferenças econômicas. É preciso haver uma forte disposição para enfrentar essa disparidade, que é o primeiro passo para caminharmos na aprovação de uma reforma administrativa mais justa”

Regina Pacheco, professora da Fundação Getúlio Vargas.

longo dos anos por algumas carreiras, os quais se tornam um peso para os estados. “A reforma é para melhorar as diferenças salariais e corrigir as distorções que foram acontecendo ao longo dos anos. Por exemplo, algumas profissões são muito necessárias, mas esbarram também na possibilidade de novas



OS R\$ 604 BILHÕES DE CRÉDITOS APROVADOS EM AUXÍLIO EMERGENCIAL A TRABALHADORES E EMPRESAS, ALÉM DE UMA SÉRIE DE PROGRAMAS QUE ULTRAPASSARAM O TETO PELA SITUAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, AJUDARAM A RECUPERAR A ECONOMIA DE FORMA MOMENTÂNEA

contratações por conta dos custos elevados para os estados.

Pregou também a adoção de regras claras e que impactem em mais igualdade de forma imediata e ampla. Para ela, direito adquirido é diferente de privilégio. “Os supersalários estão no cerne das injustiças e diferenças econômicas. E perpassam todas as esferas, da União aos municípios, nas carreiras que ganharam privilégios e que ficaram estagnadas nesse sentido. É preciso haver uma forte disposição para enfrentar essa disparidade que é o primeiro passo para caminharmos na aprovação de uma reforma administrativa mais justa”, disse.

Regina lembrou que há mais de 20 anos se discute no Brasil quais são as carreiras típicas de Estado e não há um avanço nesse sentido porque todas as carreiras se autoproclamam típicas de Estado e requerem estabilidades e níveis diferentes de hierarquias. “É preciso superar essa discussão para sair dos conflitos entre as pressões corporativas de classes de servidores por aumento de benefícios e salários, contra gestores ou governos, que acabam cedendo às pressões. A discussão precisa avançar para a qualidade do serviço prestado”.

QUADRO FISCAL

O painel foi fechado com os contrapontos de Felipe Scudeler Salto, diretor-executivo do Instituto

Fiscal Independente, ligado ao Senado. Ele ponderou que a realidade econômica brasileira foi agravada substancialmente com a crise da Covid-19. Por isso, na opinião dele, a reforma administrativa precisa caminhar no sentido de buscar equilíbrio entre os elevados gastos públicos, em especial os gastos primários com pessoal. Salto apresentou pontos da reforma sob três aspectos: um panorama geral do quadro fiscal brasileiro, a necessidade de racionalidade e a busca pela eficiência do Estado e ajustes para equalizar as despesas.

“O quadro geral fiscal do Brasil é gravíssimo. Nas décadas anteriores passamos por uma intensa crise externa grave. Agora, a economia está com índices externos aceitáveis. Mas a nossa crise é doméstica, com problemas tributários e financeiros graves. A pandemia da Covid-19 agravou essa situação. Em 2020, a dívida pública deve chegar a 96,1 % PIB”, calculou.

Ele reconheceu que os R\$ 604 bilhões de créditos aprovados em auxílio emergencial a trabalhadores e empresas, além de uma série de programas que ultrapassaram o teto pela situação extraordinária, ajudaram a recuperar a economia de forma momentânea. Mas acredita que, depois da crise de saúde, o Brasil corre o risco de enfrentar uma séria tempestade fiscal. “Nunca convivemos com gastos tão elevados. E as receitas não se recuperam em níveis tão acelerados”, argumentou.

Outro ponto abordado pelo diretor-executivo do Instituto Fiscal Independente foi a carga tributária, de 33%, elevada em comparação à média de carga per capita de outros países. Também mencionou o gasto público anual brasileiro, outro entrave a ser superado. Entre 2016 e 2019, houve corte de gastos discricionários, mas eles precisam ser ainda superiores, disse.

Tratou ainda da necessidade de uma agência de estudo e avaliação das reais necessidades de novas contratações e da eficiência do Estado. O prêmio salarial elevado em relação ao setor privado e a despesa média de pessoal elevada dos estados também precisam ser reavaliados. A PEC da reforma fornece as diretrizes para novas legislações que precisarão ser feitas para conseguir evoluções na qualidade dos gastos públicos e no reajuste fiscal.

O último aspecto apresentado foi a sustentabilidade fiscal diante da crise da Covid-19. O aumento dos gastos que ajudam a amenizar a precariedade da crise no mercado do trabalho precisa preservar o princípio da responsabilidade fiscal. “Não se pode gerar gastos novos sem apontar com clareza a fonte

DIVULGAÇÃO



“Não se pode gerar gastos novos sem apontar com clareza a fonte desses recursos, sob o risco de cairmos no populismo fiscal. Por outro lado, somente aumentar impostos pode resultar numa situação ainda pior do que se tem hoje, porque não há garantia da melhoria da qualidade do serviço”

Felipe Salto, diretor-executivo do Instituto Fiscal Independente.

desses recursos, sob o risco de cairmos no populismo fiscal. Por outro lado, somente aumentar impostos pode resultar numa situação ainda pior do que a que se tem hoje, porque não há garantia da melhoria da qualidade do serviço”, argumentou.

PAINEL 3

VÍNCULOS E CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO



DIVULGAÇÃO



“A modernização deve ser considerada um processo permanente e dinâmico e precisa ser afastada de qualquer ideia de penalização de servidores, pois são as pessoas os verdadeiros catalisadores das políticas públicas”

Marília Lins, secretária de Estado da Administração de Pernambuco.

O painel três do Fórum Conjunto Consad-Conseplan teve como foco os Vínculos e Carreiras Típicas de Estado e foi apresentado pela secretária de Estado da Administração de Pernambuco, Marília Lins, como um tema provocador, que está na agenda da União, dos entes subnacionais, na Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa e nos quatro cantos do País.

A PEC 32 enseja um conjunto de mudanças para o funcionamento do serviço público. E o ponto mais significativo é a proposta de alteração do artigo 39 da Carta de 1988, prevendo a criação de um regime jurídico de pessoal nos entes federativos a partir de cinco vínculos distintos: vínculo de experiência, por prazo determinado, cargo com vínculo por tempo indeterminado, cargo típico de Estado e cargo de liderança e assessoramento. Os critérios para os cargos típicos de Estado serão definidos por lei complementar.

“Tudo que tem sido debatido no bojo da reforma administrativa precisa ser entendido como um processo natural de mudança e adaptação da administração Pública à realidade. A modernização deve ser considerada um processo permanente e dinâmico e precisa ser afastada de qualquer ideia de penalização de servidores, pois são as pessoas os verdadeiros catalisadores das políticas públicas. As reformas (estruturais) devem ter como foco melhorar a vida dos cidadãos”, colocou a secretária.

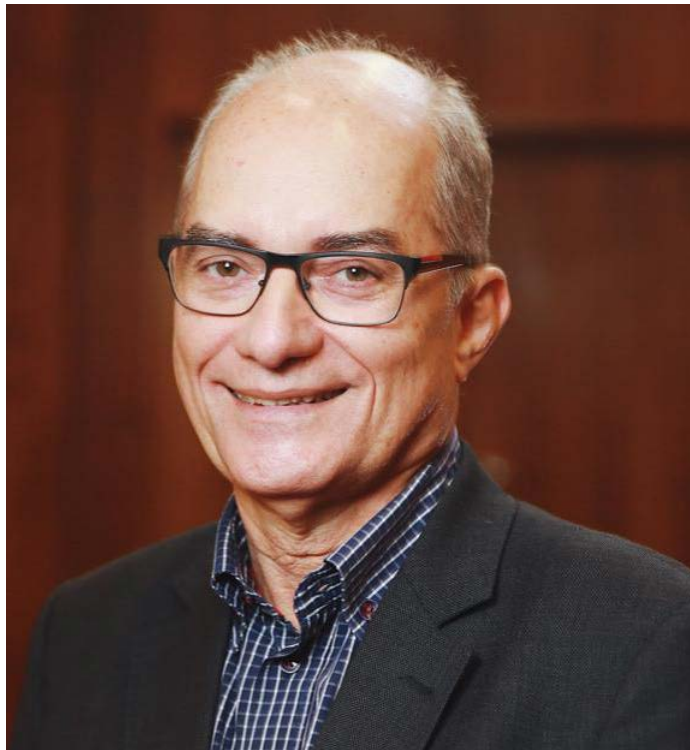
TRANSFORMAÇÕES VERTIGINOSAS

Wagner Lenhart, secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, expôs uma visão dos desafios que teremos daqui para frente em relação à gestão. Segundo ele, as duas últimas décadas foram de transformações vertiginosas e a dinâmica de fins do século XX foi completamente modificada. Hoje, vivemos em um mundo diferente do da Constituição de 1988.

Esse processo de mudança, diz o secretário, está se acelerando e se espera que a década de 2020 a 2030 seja a de maior disrupção da história da humanidade. Inteligência Artificial, sensores que conseguem entrar na corrente sanguínea e todas as tecnologias trabalhando juntas são um exemplo disso e vão mudar a rotina, o mercado de trabalho e a dinâmica das organizações.

“A história nos mostra que organizações que não conseguiram acompanhar as mudanças perderam protagonismo ou deixaram de existir. O Poder Público é diferente, mas, se não tiver essa capacidade de adaptação, vai ter cada vez mais dificuldade de atender o que a sociedade espera dele”, ponderou.

Nesse sentido, ele propôs três pontos para a reflexão. Primeiro: a reforma é o início de um processo de transformação que se constrói ao longo do tempo. Afinal de contas, gestão é a busca constante por aprimoramento e melhoramento. Idealmente, o novo modelo de gestão deve estar se reinventando constantemente. “Precisamos dar o primeiro passo e a proposta da PEC é mudar a regra geral e o marco constitucional do serviço público no país”, destacou o secretário.



“Tornar o Estado mais eficiente é uma premissa básica para o desenvolvimento da nossa sociedade e precisamos convencer as pessoas de que o Estado deve ser eficiente”

Haroldo Rocha, secretário-executivo de Ensino Médio da Secretaria de Educação do governo de São Paulo

Segundo: essa mudança não pode ser um projeto de governo. Deve ser um projeto de país, envolvendo todos os atores que têm interesse na pauta, assim como toda a sociedade. Isso interessa ao meio jurídico, ao meio acadêmico, a todos. Precisa superar divergências político-partidárias e ideológicas e que se busque o melhor para o país.

Terceiro: o modelo que temos hoje é inflexível, rígido, não incentiva a inovação, não traz agilidade e capacidade de adaptação para a administração pública, “Por isso, estamos propondo um sistema mais adequado a esse mundo atual, mais

flexível, mais ágil e que consiga se mover com maior facilidade”.

Como secretário de Gestão e Desempenho Pessoal, ele apresentou os desafios com o Regime Jurídico Único. Independentemente do cargo, quem ingressa hoje no serviço público fica em média 59 anos com vínculo. Isso já seria difícil para qualquer organização em outros momentos, agora ainda mais, pois não há certeza de que as contratações atuais serão necessárias em cinco ou dez anos.

“A constatação é de que temos um sistema que não conversa com o mundo em que vivemos e que foi desenhado para o fim da década de 1980 e não avançou de lá para cá. Às vezes nos atentamos demais para o presente e não para o futuro, focando no hoje e não nos preparando para o amanhã”, disse.

PREMISSA BÁSICA

Haroldo Rocha, secretário-executivo de Ensino Médio da secretaria de Educação do Governo de São Paulo, trouxe a provocação de que a necessidade de melhorar o serviço público é algo consensual. Segundo ele, há muitos indicadores a nos mostrar que estamos bem aquém do que se poderia chamar de razoável. “Tornar o Estado mais eficiente é uma premissa básica para o desenvolvimento da nossa sociedade e precisamos convencer as pessoas de que o Estado deve ser eficiente”, disse.

Ele destacou a necessidade de melhorarmos a qualidade dos gastos públicos. “Podemos reduzir 30% a despesa e aumentarmos o resultado, como o caso do Espírito Santo em educação nos mostra, com os cortes orçamentários e melhoria de aprendizado”, pontuou.

Outro ponto destacado é a necessidade de informatizar e estimular a inovação em todos os setores e níveis de lideranças no setor público, com competências técnicas e capacidade de gestão. Nenhum estado entrega serviços de qualidade sem servidores e sem inovação.. “A Gestão de Pessoas precisa ser questão central em cada nível de governo e não algo estritamente burocrático. Precisamos desenvolver pessoas, repensando as carreiras: o Brasil mudou demograficamente. Hoje, qualquer organização, para ter sucesso, precisa ter um propósito claro e tem que usar a tecnologia. E no setor público estamos atrasadíssimos”, alertou.

Na avaliação do secretário, a pandemia veio acelerar algumas transformações. “Vivemos em um Estado burocrático-corporativo, em que toda a organização de Gestão de Pessoas é definida pelas pressões sindicais. O Estado tem que exercer sua

autonomia relativa para a definição de caminhos. Não é ignorar, mas também não pode ser refém das pressões”, defendeu.

JANELA DE OPORTUNIDADE

A boa notícia na confusão que vivemos na carreira docente é que o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e o Consad estão juntando esforços a fim de estabelecer diretrizes para reformar a carreira docente. Superar a divergência entre Secretarias de Administração e Planejamento e as secretarias de educação são um exemplo desse esforço conjunto.

“É preciso olhar para frente, ser radical e redesenhar os padrões para chegarmos ao serviço público que queremos. Temos uma janela de oportunidade: se estamos críticos com a estrutura que temos, não dá para contratar mais gente na mesma regra, ou seja, a partir das aposentadorias temos que evitar contratações dentro desse modelo atual, resistindo às pressões dos órgãos de controle para criarmos as condições de promovermos as transformações necessárias”, justificou o secretário Haroldo Rocha.

CONSENSO

Vera Monteiro, professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), explicou que, como professora de Direito Administrativo, preocupa-se com assuntos relacionados ao Estado e não existe Estado sem servidor. Numa referência ao trabalho da Aliança sobre o tema Gestão de Pessoas no Setor Público, ela esclareceu que houve consenso de que havia um espaço a ser preenchido nessa área.

Esse grupo reuniu profissionais de diversas áreas e estamos divididos em três grupos: Gestão de Desempenho; Modelo de Carreira; Matriz de Vínculos e Segurança Jurídica. Esse último grupo, do qual ela faz parte, tem a missão de levantar dados, evidências, entender como funciona em outros países e trazer também as experiências dos estados.

Sobre a reforma administrativa, Vera Monteiro observou que a PEC tenta nos colocar dentro da realidade. “Temos uma idealização acerca do Regime Jurídico Único, como se fosse a melhor opção, e a vida real revela que há várias formas para além do cargo efetivo de Estado e que podem ser melhores. Queremos ainda estabilidade, apesar do número de estatutários estar diminuindo entre os estados nos últimos anos, de acordo com o que nos revelam as pesquisas recentes”, afirmou.

O que é preciso, na avaliação da professora, é dar algum grau de uniformização e legalidade aos

DIVULGAÇÃO



“Temos uma idealização acerca do Regime Jurídico Único, como se fosse a melhor opção, e a vida real revela que há várias formas para além do cargo efetivo de Estado e que podem ser melhores”

Vera Monteiro, professora da Fundação Getúlio Vargas.

diversos caminhos que os gestores estaduais e municipais estão encontrando para driblar o modelo rígido que temos. É preciso focar a reforma administrativa naquilo que vai fazer diferença nas nossas vidas. Essa discussão da burocracia de Brasília e dos privilégios não pode contaminar quem faz o trabalho social na ponta, destacou.

“Acabamos de terminar uma pesquisa para levantamento de jurisprudência sobre contratação temporária: A legislação dos estados e municípios não reconhece direitos básicos (férias, 13º, FGTS) aos temporários, algo que deveria estar em uma legislação federal”, defendeu a professora.



PAINEL 4

COLABORAÇÃO ENTRE AS UNIDADES FEDERATIVAS

O encerramento do Fórum Conjunto Consad-Conseplan trouxe um panorama das relações cooperativas entre União, estados e municípios e de como o apoio mútuo pode ajudar os municípios nas transições de governos com as próximas eleições, numa situação inédita de pandemia, com impacto incisivo na saúde e na educação.

A mediação foi do secretário de Planejamento do Paraná, Valdemar Bernardo Jorge, apresentado pela presidente do Conselho dos Secretários de Planejamento (Conseplan) e secretária de Planejamento e Orçamento do Maranhão, Cynthia Mota Lima.

Os debates foram abertos pelo panorama de Fernando Coelho, doutor e mestre em Administração Pública e Governo e professor da Universidade de São Paulo (USP), com uma agenda contemplando cinco aspectos principais:

- A elaboração de uma agenda de apoio mútuo aos municípios em transição de governo, trazida pelas eleições municipais, especialmente nos primeiros 100 dias de governo e na elaboração do PPA 2021-2022, e como os estados podem auxiliar nessa transição;
- Orientação para elaboração das Políticas Públicas de Gestão nos municípios, sobretudo os com até 50 mil habitantes, com aproveitamento dos grupos de trabalho do Consad, na área de transformação digital, gestão de pessoas e outras;
- Pactuação de Políticas Públicas, em especial nas áreas da saúde e educação, aproveitando índices para aproximação e aproveitamento das realidades nacionais nos municípios;
- O papel do Planejamento e Gestão no pacto territorial, na indução, por parte dos estados, de associativismos e arranjos regionais, como os consórcios, sem tirar dos estados o protagonismo de coordenar esses rearranjos;
- A identificação nos municípios de boas práticas de gestão e o fomento dessas ações de resultados com prêmios de inovação e de incentivo.

Para encerrar sua fala, Coelho respondeu a pergunta do mediador focando no tratamento dado aos municípios de diferentes portes. “É preciso ampliar o prazo para que os nanomunicípios, os que têm até cinco mil habitantes, possam repensar suas receitas e sua forma de atuação, mediante apoio dos estados e da União. Além disso, é preciso mudarmos nossa visão: municípios de grande porte não podem ter o mesmo tratamento dos pequenos municípios,” disse.

DIVULGAÇÃO



“Tudo que foi falado aqui nos ajuda a ampliar a visão sobre as ações de gestão pública”

Cynthia Mota Lima, presidente do Conseplan.

CRESCIMENTO

Na sequência, o secretário-adjunto de Planejamento e Orçamento do Maranhão, Roberto Santos Matos, apresentou suas considerações. Entre elas, a de que não se pode dissociar a discussão sobre colaboração e cooperativismo sem mencionar as reformas que estão em vigência no país, como a administrativa, a da previdência e a discussão tributária.

Ele destacou a necessidade de se levar em conta que cerca de 70% dos municípios brasileiros têm até 20 mil habitantes, além de serem municípios extremamente pobres. “É preciso considerar que esses também podem ter bons resultados na qualidade de vida e de educação, por exemplo”, observou.

Lembrou que nos últimos 15 anos houve crescimento da ordem de 160% nos municípios consorciados, que evidenciam essa estratégia como forma de sobrevivência desses entes. “É preciso pensar os consórcios públicos com foco no fortalecimento das

DIVULGAÇÃO



“Hoje atuamos no consenso de que deve haver união de forças entre os entes federativos, cada um dentro de suas competências, mas visando à cooperação e ao crescimento ordenado de todos. Nesse sentido, os debates no dia são de extrema importância”

Valdemar Jorge, secretário de Planejamento do Paraná.

autonomias municipais e no compartilhamento de custos, planejamento, implantação das políticas públicas de forma compartilhada”, ressaltou.

Ele destacou que ainda há os diversos regimes de colaboração e a existência das comissões bi e tripartites. Estas instâncias têm o papel de discussão dessas políticas públicas. “Os consórcios, além de demonstrarem força e competências regionais, também trazem à tona discussões importantes e que podem servir de exemplos para gestões públicas de todo país”, disse.

Por último, ele mencionou a necessidade de se encontrarem canais para impulsionar essas iniciativas

NOS ÚLTIMOS 15 ANOS
HOVE CRESCIMENTO
DA ORDEM DE 160% NOS
MUNICÍPIOS CONSORCIADOS,
QUE EVIDENCIAM ESSA
ESTRATÉGIA COMO FORMA DE
SOBREVIVÊNCIA DESSES ENTES



ao longo dos tempos, “pois percebemos que acabam perdendo forças, sendo, muitas vezes, sequer implementadas”.

PACTO FEDERATIVO

O painel também teve a contribuição da secretária especial de Assuntos Federativos, Deborah Arôxa. Ela apresentou algumas ações do governo federal no apoio aos entes federativos, em especial aos municípios, além de um programa já pronto para orientações aos futuros prefeitos brasileiros, visando à conclusão do próximo pleito eleitoral.

“Na Secretaria, trabalhamos com os pilares de fortalecimento do pacto federativo, da governança e da gestão pública, e com o desenvolvimento dos estados e dos municípios. Estamos focando em um trabalho de gestão em rede visando a contribuições sobre esclarecimentos das principais reformas em andamento no país hoje, como a reforma administrativa, da previdência e as revisões tributárias”, pontuou.



Ela contou que, nos primeiros 100 dias de governo, os municípios terão orientações sobre algumas mudanças importantes, especialmente porque o país vive um período inédito de pandemia mundial em todas as áreas de gestão pública, a qual também traz reflexos para os municípios. Também apontou ser preciso reforçar o diálogo constante entre estados e municípios para facilitar a transição dos governos.

“Sobre o pacto federativo, penso que a PEC 188 apresenta importantes avanços, incluindo os

MARCELLO CASAL JR/Agência Brasil



“Sobre o pacto federativo, penso que a PEC 188 apresenta importantes avanços, incluindo os municípios que terão mais liberdade de reverem suas estruturas. Além de ser uma oportunidade para evitarmos o retrabalho e a repetição de informações em diferentes canais de controles”

Deborah Arôxa, secretária especial de Assuntos Federativos do governo federal.

municípios que terão mais liberdade de reverem suas estruturas. Além de ser uma oportunidade para evitarmos o retrabalho e a repetição de informações em diferentes canais de controles”, afirmou.

Além disso, ela destacou que há previsão de capacitação com informações e fontes de acesso a essas informações para embasar os novos prefeitos na gestão transparente e eficiente dos municípios. ●

* Matéria produzida com o apoio do GT de Gestão Estratégica de Pessoas

REFORMA ADMINISTRATIVA MUDA AS REGRAS PARA OS SERVIDORES DOS TRÊS PODERES

PEC DÁ MAIS PODER AO PRESIDENTE, QUE
PODERÁ EXTINGUIR ÓRGÃOS POR DECRETO, E
ACABA COM O REGIME JURÍDICO ÚNICO

por ANA SEIDL*

* MATÉRIA PRODUZIDA COM O APOIO DO GT DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS



EMBRATUR



RAWPIXEL.COM / Freepik.com

Quase um ano depois da previsão inicial, o governo Bolsonaro entregou ao Congresso Nacional, no dia 3 de setembro, a proposta de emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que muda as regras do funcionalismo, a maioria delas em vigor há 32 anos, estabelecidas pela Constituição de 1988.

O texto propõe modificações na forma de contratação na administração pública, que abrange servidores estatutários dos três poderes da União, estados e municípios. A PEC prevê o fim da estabilidade para parte dos futuros concursados, permite a demissão por desempenho insuficiente e extingue progressões automáticas de carreira. A proposta acaba com o Regime Jurídico Único, criando cinco formas de vínculo, além de extinguir os aumentos retroativos e a licença-prêmio. Esta última já não vigora na União, mas permanece em 20 estados da Federação.

A PEC prevê o fim da estabilidade para parte dos futuros concursados, permite a demissão por desempenho insuficiente e extingue progressões automáticas de carreira.

Se a PEC for aprovada, o presidente poderá extinguir órgãos e reorganizar as autarquias e fundações. Hoje, isso só pode ser feito por projeto de lei e medida provisória, instrumentos que precisam passar pela Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

CONTAS PÚBLICAS

Antes da crise causada pela Covid-19, o país vivia um processo de consolidação fiscal no esforço para reduzir a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB). Buscava-se maior estabilidade do ambiente macroeconômico a fim de proporcionar a retomada do crescimento. Com o agravamento da pandemia, a melhora nas contas públicas foi interrompida pela adoção de medidas emergenciais de apoio à saúde e de preservação de empregos e renda, as quais ensejaram aumentos de gastos e/ou perda de receitas.

O Projeto de Lei Orçamentário Anual (PLOA-2021) revela um comprometimento quase integral do orçamento com despesas obrigatórias: de 93,7%, restando apenas 6,3% para as despesas não obrigatórias. Este será o sétimo ano de déficit e a projeção é de que teremos pelo menos mais seis anos nessa condição. Em 2008, a folha de pagamento dos servidores públicos federais era de R\$ 44,8 bilhões. Em 12 anos, essa cifra cresceu 145%, alcançando R\$ 109,8 bilhões.

Entre 1997 e 2019, as despesas com pessoal e encargos sociais do governo federal mais que dobraram em termos reais, passando de R\$ 152 bilhões para R\$ 321 bilhões, a preços de julho de 2020. Atualmente, esse item de despesa corresponde a cerca de 4,3% do PIB, representando o segundo maior peso nas despesas primárias totais da União – atrás apenas dos gastos com benefícios previdenciários, que equivalem a 8,6% do PIB (Ipea-2020).

A falta de recursos e de investimentos dificulta a prestação de serviços básicos à população. O resultado disso é a falta de remédios e insumos nos hospitais públicos, sucateamento das escolas da rede oficial e policiais sem condições materiais de garantir a segurança da população.

De acordo com o Ministério da Economia, nove estados estão com mais de 60% das despesas comprometidas apenas com a folha de pagamento: Acre (64,02%), Minas Gerais (69,4%), Mato Grosso (62,6%), Mato Grosso do Sul (61,3%), Paraíba (61%), Rio de Janeiro (65%), Rio Grande do Norte (72,8%); Rio Grande do Sul (66,4%) e Tocantins (66,3%).

SIMULAÇÃO

Nota técnica do Ipea, do terceiro trimestre de 2020, revela ser possível fazer economia significativa de recursos ao longo das próximas décadas com despesas de pessoal. A economia em 10 anos está pautada em dois conjuntos de medidas. Um que se aplica aos atuais servidores – basicamente os efeitos da Lei Complementar 173, que suspendeu a

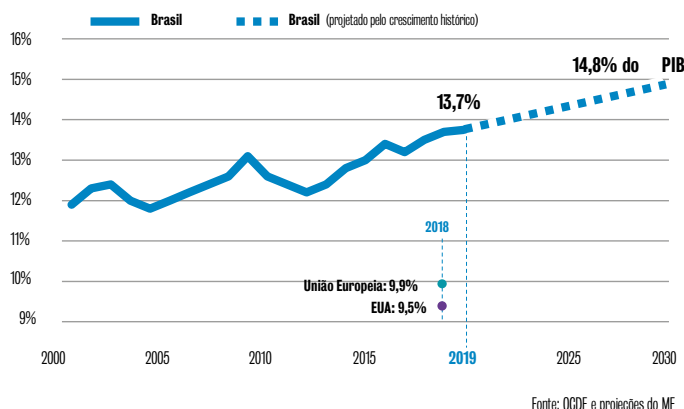
MARCELLO CASAL JR / Agência Brasil



Ministro Jorge Antônio de Oliveira, da Secretaria Geral da Presidência da República, fez a entrega simbólica da proposta no Congresso

Despesa com pessoal do setor público consolidado % PIB

Quase 1/7 do que o Brasil produz vai para pagar salários, benefícios e encargos da máquina



EDU ANDRADE / Ascom, Ministério da Economia



“A gente compreende a inquietação dos analistas em saber o impacto fiscal, mas a reforma não é tratada só na Constituição, mas também na Lei 8.112; nas leis de carreira; no conjunto de leis complementares; em decretos, em leis de Estado”

Gleisson Rubin, secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital.

concessão de reajustes em todos os níveis de governo até 31 de dezembro de 2021. Essa medida, que alcança os atuais servidores, tem impacto de R\$ 502 bilhões para os três entes federativos: R\$ 126 bilhões para União; R\$ 211 bilhões para estados; R\$ 165 bilhões para municípios.

Segundo o secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Gleisson Rubin, o estudo do Ipea foi realizado a pedido do Ministério da Economia. Foi feita uma simulação dos efeitos da reforma administrativa, um teste de hipóteses com três premissas. Por exemplo, a primeira, se for alterada a taxa de reposição dos servidores atuais, não repondo todos que se aposentam. Uma das justificativas é porque grande contingente foi contratado para funções que deixaram de existir.

A segunda premissa, trabalhar com carreiras mais alongadas, em que o servidor não chegue ao final



ESTADOS QUE POSSUEM MAIS DE 60% DAS DESPESAS COMPROMETIDAS APENAS COM A FOLHA DE PAGAMENTO

Estado	Despesa de Pessoal
RN	72,8%
MG	69,4%
RS	66,4%
TO	66,3%
RJ	65,0%
AC	64,0%
MT	62,6%
MS	61,3%
PB	61,0%

FONTE: BOLETIM DE FINANÇAS DOS ENTES SUBNACIONAIS 2020/ TESOURO NACIONAL

de sua carreira em nove, 12 anos, como ocorre nas regras atuais. A terceira premissa é de salários iniciais menores que os atuais, mais próximos aos da iniciativa privada. O Ipea calculou que seria gerada, em 10 anos, uma economia de mais R\$ 235 bilhões. Com a Lei Complementar 173 e as três premissas, a economia seria de R\$ 737 bilhões.

A nota técnica do Ipea destaca também o efeito benéfico da digitalização de serviços. Isso abre espaço para usar a força de trabalho que já está nas organizações. De acordo com o Ministério da Economia, 65 milhões de atendimentos anuais deixaram de ser presenciais e o Brasil se tornou o 20º país no ranking da pesquisa de governo eletrônico das Nações Unidas de 2020.

Hoje, 60% dos 3,7 mil serviços existentes são digitais, com destaque para o Meu INSS (do Instituto Nacional do Seguro Social), carteira de trabalho

JOSÉ CRUZ / Agência Brasil



“Nós não podemos mais tirar dinheiro da sociedade com os impostos e, do outro lado, sair muito pouco em serviços para a sociedade”

Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados

e carteira de trânsito, cujos aplicativos são os mais procurados nas lojas oficiais do governo.

O secretário Gleisson Rubin diz que não dá para prever quando a reforma administrativa será concluída, pois muitas matérias serão tratadas nos projetos complementares, que serão apresentados na sequência. “A gente compreende a inquietação dos analistas em saber o impacto fiscal, mas, diferentemente da reforma da Previdência, em que todas as regras estavam condensadas no texto da PEC, a reforma administrativa não é tratada só na Constituição, mas também na Lei 8.112; nas leis de carreira; no conjunto de leis complementares; em decretos, em leis de Estado”, explica. É muito mais complexo o processo normativo.

O impacto fiscal será mais preciso com esses textos apresentados. Além disso, o ritmo das votações dependerá do Congresso, que ainda trata de outras reformas importantes, como a tributária.

ALAN SANTOS / PR



O ministro Paulo Guedes queria que a reforma administrativa tivesse um impacto mais profundo nas contas públicas

A PEC 32/2020

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32 foi entregue ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) pelo ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Jorge Antonio de Oliveira Francisco, que representou o presidente Jair Bolsonaro. O ministro destacou: “As regras que estão sendo propostas aqui, assim como na reforma previdenciária, serão analisadas no tempo do Congresso e sob a coordenação dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre”.

O ministro disse que os deputados e senadores poderão aperfeiçoar a medida e entregar ao povo brasileiro aquilo que ele espera: “um Estado que seja mais eficiente e que possa prestar o serviço para aqueles que são a nossa razão de existir”. Rodrigo Maia, por sua vez, fez questão de agradecer ao presidente Jair Bolsonaro pelo envio da proposta e elogiou

a articulação política do governo, que segundo ele está mais aberta e transparente.

“Agradeço ao presidente, parabenizo o presidente pela correta decisão de encaminhar uma reforma que vai no ponto correto, olhando o futuro do serviço público brasileiro com a sua importância, que é qualidade e bom atendimento ao cidadão. Nós não podemos mais tirar dinheiro da sociedade com os impostos e, do outro lado, sair muito pouco em serviços para a sociedade. Entra um real aqui e certamente sai menos de 20 centavos do outro lado, e sempre com pouca qualidade”, disse Maia, em entrevista para o jornal *O Globo*, no dia 4 de setembro.

A iniciativa é uma resposta à pressão do ministro da Economia, Paulo Guedes, mas tem impacto mais brando do que ele pretendia, uma vez que não deve afetar os atuais servidores, mas só os que ingressarem depois da aprovação da proposta.

VOTAÇÃO

Para a PEC virar lei, de fato, precisará ser aprovada em dois turnos de votação por três quintos dos parlamentares de Câmara e Senado. Dentro do governo, em especial na equipe econômica, a reforma é vista como uma medida essencial para modernizar a máquina pública e cortar gastos. A primeira fase da reforma ainda não prevê mudanças na remuneração – a intenção é que uma proposta que reduza salários

iniciais e alongue o tempo necessário para conseguir aumentos seja encaminhada posteriormente.

A PEC prevê o fim da progressão automática na carreira por tempo de serviço, possibilita a contratação de concursados por contrato temporário e facilita a demissão (fim da estabilidade) para servidores que não estejam em carreiras típicas de Estado.

Inicialmente, o governo também propõe acabar com alguns benefícios considerados “regalias” pelos críticos, como a possibilidade de tirar mais de 30 dias de férias no ano e a aposentadoria compulsória como modalidade de punição. Entretanto, essas mudanças não devem atingir algumas carreiras da elite dos servidores, como os juízes, promotores e procuradores, os quais, além de terem benefícios como o direito a 60 dias de férias por ano, também estão entre os que recebem os maiores salários do funcionalismo.

A estabilidade está prevista apenas para juízes, promotores e parlamentares, cujas regras só podem ser alteradas pelas próprias instituições. A extinção do privilégio da licença-prêmio, em vigor em 20 das 27 unidades federativas, atingirá estados e municípios sem precisar de regulamentação. Nas carreiras de Estado (auditores, delegados da Polícia Federal e outros), é mantida a estabilidade após três anos e vedada a redução de salário e jornada. Chegou-se a propor dez anos para a estabilidade, mas o texto final ficou mais brando.

O QUE VAI MUDAR

Maior Autonomia Organizacional para o Executivo

Agilidade na adequação de estruturas e cargos para melhoria na prestação de serviços públicos à sociedade



O presidente da República poderá, se não houver aumento de despesa:

Extinguir cargos (efetivos ou comissionados), funções e gratificações

Reorganizar autarquias e fundações

Transformar cargos, quando vagos, mantida a mesma natureza do vínculo

Reorganizar atribuições de cargos do Poder Executivo

Extinguir órgãos

PONTOS IMPORTANTES DA REFORMA

Fim da estabilidade – Entre as mudanças propostas pelo governo está o fim da estabilidade para parte dos novos servidores do Executivo federal. A estabilidade dos servidores que já ingressaram no serviço público continuará, nos mesmos termos da Constituição atual. Os vencimentos dos servidores atuais não serão reduzidos.

Para os atuais servidores, de acordo com a Constituição, só é possível demiti-los em três hipóteses:

- processo administrativo disciplinar (PAD);
- por decisão judicial transitada em julgado;
- por insuficiência de desempenho (o que ainda não foi regulamentado).

A partir da PEC, haverá duas situações distintas:

Para ocupantes de carreira de Estado:

- por processo administrativo disciplinar (PAD);
- por decisão judicial transitada em julgado ou por decisão colegiada;
- por insuficiência de desempenho (que será finalmente regulamentada na próxima fase da reforma).

Os demais (para os que têm vínculo por tempo indeterminado):

- haverá a possibilidade de demissão em outras hipóteses previstas em lei a ser aprovada pelo Congresso.

O governo garante que nenhum servidor será desligado por critérios arbitrários ou preferências político-partidárias, independentemente de seu vínculo. Além disso, informa que decisões relacionadas ao desligamento serão colegiadas, isto é, não serão tomadas somente por uma pessoa.

Maior poder para o presidente extinguir cargos e órgãos – A PEC altera o artigo 84 da Constituição a fim de dar mais liberdade para o chefe do Executivo mexer no desenho da administração pública, para que possa extinguir órgãos e entidades, como

ministérios, autarquias e fundações, sem a necessidade de projeto de lei. O presidente poderá também extinguir cargos (efetivos ou comissionados), funções e gratificações; reorganizar autarquias e fundações; transformar cargos, quando vagos, mantida a mesma natureza do vínculo; e reorganizar atribuições de cargos do Poder Executivo. Pelas regras atuais, o presidente da República só pode extinguir cargos vagos.

“Penduricalhos” – O texto também prevê o fim dos chamados “penduricalhos” para futuros servidores – benefícios como licença-prêmio e aposentadoria compulsória como punição por irregularidades. Na aposentadoria compulsória, o servidor deixa de trabalhar, mas continua recebendo salário.

Acumulação de cargos – Para os servidores ocupantes de carreiras típicas de Estado, é vedada a realização de qualquer outra atividade remunerada, incluída a acumulação de cargos públicos. A exceção está somente no exercício da docência e atividades regulamentadas na área de saúde. Para os demais servidores, é autorizada a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários e não houver conflito de interesse.

Adicional para tempo de serviço – Também chamado de anuênio, aumenta o salário do servidor em 1% por ano. No governo federal já tinha sido extinto. Agora não será permitido também nas outras esferas.

Aumento retroativo – Fica proibida a concessão de reajustes salariais retroativos.

Cargos comissionados – Os cargos comissionados e funções gratificadas serão gradativamente extintos para dar lugar aos novos cargos de liderança e assessoramento. Uma parte dos cargos de liderança e assessoramento será ocupada mediante seleção simplificada. Os cargos estratégicos dos níveis mais

altos da administração, como os de secretários, bem como os de assessoramento, serão de livre nomeação e exoneração. Para esses, a seleção simplificada não é requisito obrigatório.

Carreiras de Estado – São compostas de servidores que exercem atividades exclusivamente públicas e que são finalísticas, indispensáveis para a existência ou representação do Estado. Compõem o núcleo duro do Estado. Futuramente, o governo apresentará uma proposta legislativa para delimitar taxativamente tais carreiras.

Concursos – Segundo o governo, continuarão sendo a principal forma de entrada no serviço público. Haverá também um novo modelo de seleção simplificada para cargos de liderança e assessoramento.

Férias – Nenhum servidor poderá ter férias com mais de 30 dias de duração. Em alguns estados, há contagem de férias em dias úteis, por exemplo, o que alonga o período de ausência do servidor de seu posto de trabalho.

Incorporação – Servidores não poderão mais incorporar ao salário valores referentes ao exercício temporário de cargos e funções.

Licença-capacitação – Tal modalidade de afastamento fica mantida para os atuais e futuros servidores.

Licença-prêmio – Dá ao servidor três meses de licença a cada cinco anos de trabalho. Já havia sido encerrada em âmbito federal. Será totalmente extinta.

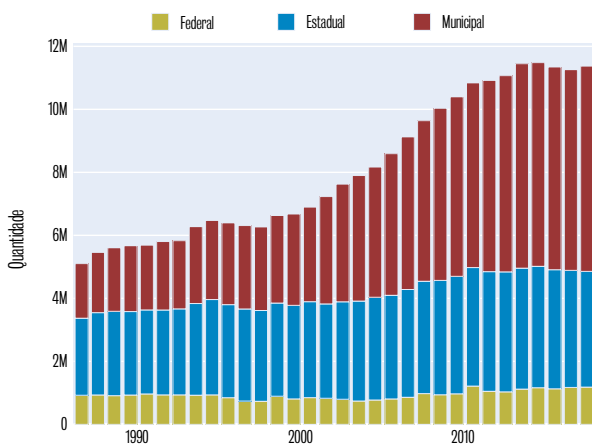
Mau desempenho – Já existe previsão legal na Constituição para desligamento do servidor, mas o tema nunca foi regulamentado. Agora o governo promete enviar posteriormente ao Congresso a regulamentação.

Orçamento – Sobre a possibilidade de demissão quando o país estiver em crise econômica ou recessão, a PEC não trata do tema. O governo já encaminhou para o Congresso Nacional a PEC Emergencial (PEC 186/2019), que prevê algumas medidas de racionalização, incluindo, em último caso, a possibilidade de desligar um percentual de servidores a partir de critérios técnicos e objetivos a serem definidos em lei.

Parcelas indenizatórias – Fica proibido o pagamento de qualquer tipo de parcela indenizatória ou algo semelhante com outra denominação sem previsão

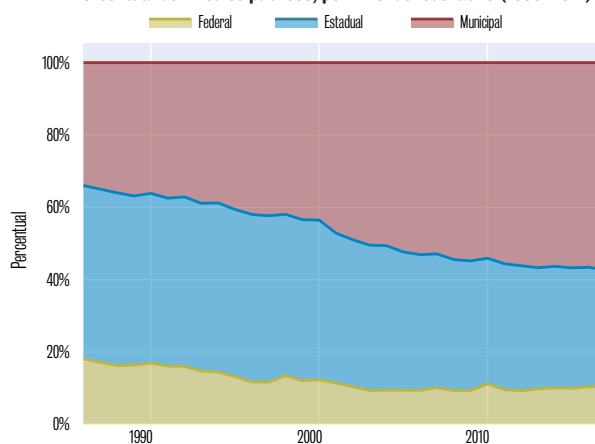
O funcionalismo público no país se expandiu nas últimas três décadas e a expansão se concentrou no nível municipal.

Total de vínculos públicos, por nível de federativo (1986–2017)



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA.

Percentual de vínculos públicos, por nível de federativo (1986–2017)



legal. Ou seja, a administração não pode criar os chamados penduricalhos por conta própria.

Progressão ou promoção – Fica proibida a progressão ou promoção baseada somente no tempo de serviço.

FASES

A intenção do governo é fazer a reforma administrativa em três fases:

- 1ª. PEC 32/2020: Novo regime de vínculos, alteração organizacional da administração pública e fim imediato de alguns benefícios.
- 2ª. Projetos e projetos de lei complementar serão apresentados para tratar de gestão de desempenho, diretrizes de carreiras e cargos, funções e gratificações.
- 3ª. Será apresentado o Projeto de Lei Complementar do Novo Serviço Público tratando de direitos e deveres, estrutura remuneratória e organização das carreiras.

Redução de jornada e salário – Fica proibida a redução de jornada sem a consequente redução de salário, exceto por motivo de saúde. É vedada a redução da jornada e da remuneração para os cargos típicos de Estado.

Transição – A transição do modelo atual para o novo levará tempo. Como não está previsto alterar os vínculos ou carreiras dos atuais servidores, os dois modelos (antigo e novo) deverão conviver lado a lado durante um período.

Vínculos – A proposta do governo cria cinco novos vínculos jurídicos em substituição ao atual Regime Jurídico Único (RJU). São eles:

- por prazo determinado;
- por cargo de liderança e assessoramento;
- por tempo indeterminado (via concurso público);
- por cargo típico de Estado (via concurso público);
- de experiência (via concurso público).

O vínculo de experiência será uma espécie de alternativa ao atual estágio probatório, sendo mais uma etapa do concurso público. Somente os mais bem avaliados no fim do vínculo serão investidos no cargo. ●

* Matéria produzida com o apoio do GT de Gestão Estratégica de Pessoas

O QUE VAI MUDAR

Diretrizes gerais para todos os entes e poderes sobre gestão de pessoas



Política remuneratória e de benefícios



Organização da força de trabalho



Desenvolvimento de servidores



Ocupação dos cargos de liderança e assessoramento

VAI MUDAR A AUSÊNCIA DE AUTONOMIA ADMINISTRATIVA. POR QUÊ?

- Mudanças na estrutura administrativa precisam, em regra, de lei
- Há pouca autonomia na reorganização de cargos e órgãos
- O processo é complexo e moroso como resposta às necessidades urgentes e de interesse público

gov.br

GLEISSON RUBIN



EDU ANDRADE / Ascom - Ministério da Economia

“O BRASIL PRECISA SAIR DO RECEITUÁRIO ÚNICO DO RJU”

GLEISSON RUBIN ALERTA QUE, SEM A REFORMA, GOVERNO FEDERAL ENTRARÁ EM INSOLVÊNCIA DENTRO DE 10 ANOS

por ANA SEIDL*

O secretário especial-adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Gleisson Rubin, é taxativo: o país não pode mais esperar para rever as condições estruturais de organização do serviço público, sob pena de chegarmos, daqui a 10 ou 15 anos, a uma situação de insolvência, no governo federal, em relação à capacidade de honrar a folha de pagamentos, situação que já acontece em alguns estados.

Gleisson acha que o Congresso reconhece a necessidade de enfrentar este debate. O modelo de contratação dos servidores é o mesmo há 32 anos, desde a Constituição de 1988. A última grande reforma do Estado foi feita em 1998, na gestão do ex-ministro Bresser Pereira, quando ocorreram várias inovações, como a criação das agências reguladoras, das organizações sociais, das agências executivas e a ideia do contrato de gestão. A discussão das carreiras típicas de Estado ganhou importância na época, quando foi prevista a demissão por insuficiência de desempenho. Mas esta matéria nunca foi regulamentada. Assim, o ordenamento jurídico é o mesmo há mais de 30 anos.

Como a PEC 32 vai modernizar o serviço público?

A gente precisa sair de uma realidade de 30 anos atrás, do Regime Jurídico Único, trazido pela Constituição Federal de 1988, que previu uma única forma de contratação dos servidores públicos em todo país, seja no governo federal, nos municípios e estados, nos três poderes. O servidor estatutário possui estabilidade e faz toda sua carreira no serviço público, onde passa 25 a 30 anos, e depois se aposenta como servidor público. E quando falece, muitas vezes,

tem seu salário convertido em benefício para um pensionista. Esta figura existe no mundo inteiro e nisso nosso país não difere de outras nações. Aqui no Brasil, 95% dos servidores são estatutários. Por exemplo, na Espanha são 53%; na Itália, 15%; no Reino Unido, 8%. O mais próximo é a França, com 80% de estatutários. Mas neste momento o país desenvolve um amplo debate sobre novas formas de contratação. Atualmente temos uma dinamicidade, com desaparecimento e surgimento de funções como consequência da evolução tecnológica, e dinamismo do nosso mercado de trabalho. É muito complicado o Estado assumir um compromisso de contratar alguém e permanecer com essa pessoa nos seus quadros por 60 anos ou mais, quando se soma o período como servidor ativo, inativo e, depois, seus descendentes, que serão seus pensionistas. Isso faz todo sentido para as funções permanentes e essenciais ao Estado brasileiro ou as funções típicas de Estado, mas não faz sentido nas funções de caráter acessório, operacional e que, muitas vezes, atendem a demandas transitórias. Por isso o Brasil precisa urgentemente rever sua forma de contratação, sair do receituário único, do Regime Jurídico Único (RJU), e partir para um modelo que contemple várias formas de contratação, como vários países têm feito.

Os sindicatos do serviço público reclamam que o governo não debateu a PEC 32.

Como se trata de uma proposta que será levada ao debate no Congresso, o espaço para esta discussão está preservado, que é o próprio Parlamento. Usualmente, a tramitação de Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) promove audiências públicas. Este é



A PEC vai passar por duas votações na Câmara e duas no Senado. O que fizemos foi construir um texto que serve como ponto de partida. Não se trata de um decreto ou uma medida provisória ou uma norma de eficácia imediata



um processo mais demorado, com a apresentação de diferentes visões e linhas de entendimento. A PEC vai passar por duas votações na Câmara e duas no Senado. O que fizemos foi construir um texto que serve como ponto de partida. Não se trata de um decreto ou uma medida provisória ou uma norma de eficácia imediata. A PEC não gera consequência imediata antes da sua conversão em emenda constitucional, da sua promulgação. O que temos é um texto posto ao debate no ambiente mais apropriado, o Congresso Nacional.

O senhor acha que a máquina pública brasileira é inchada?

Nosso problema não é o tamanho da força de trabalho. Já manifestamos isso publicamente. Quando a gente compara com os países da OCDE, é sempre importante olharmos dois indicadores: o tamanho da nossa força de trabalho e quanto ela custa em proporção ao PIB. Olhando o primeiro indicador, o Brasil não é o país de grande proporção de servidores públicos em relação à força de trabalho. Temos uma quantidade de servidores públicos total que é bem aceitável. No entanto, o custo da nossa folha de pagamento é muito alto. Segundo dados recentes, gastamos 13,8% do PIB com o pagamento de servidores públicos nos três níveis de poder (União, estados e municípios). Na Colômbia é cerca de 8%; no México, 7%; no Chile, 6,5%. Então, gastamos em média o dobro do que gastam nossos vizinhos da América do Sul ou América Latina. Além do problema de custo, temos o problema de má alocação. Temos um excesso de pessoas notadamente em funções de área meio, com menor nível de escolaridade, e déficit de

pessoas em áreas estratégicas e de maior nível de especialização. Muitas destas contratações foram feitas na década de 70, dentro da estabilidade, e não passaram por nenhuma reavaliação. Temos hoje no Executivo federal 603 mil servidores ativos, e mais de seis mil, ou seja, 10%, ocupam cargos já declarados em extinção. As pessoas se mantêm no emprego porque gozam da estabilidade. Não devemos permitir que essa regra continue daqui para a frente.

O fim da estabilidade não estimularia práticas como o coronelismo e o apadrinhamento? O que pode ser alterado na estabilidade do servidor público?

Existem dois extremos: o servidor com o desempenho muito abaixo da crítica e que não é desligado, pois não existem instrumentos de desligamento dele. E quem paga essa conta é o próprio contribuinte. O outro extremo é achar que, sem estabilidade, o dirigente vai poder, a seu critério, promover o desligamento de qualquer servidor. A gente sabe que não é assim que isso acontece. No serviço público federal há servidores contratados de forma temporária, e mesmo assim os dirigentes não podem livremente e de forma arbitrária promover o desligamento dessas pessoas. Na PEC vai continuar a existir a figura do estatutário, que deverá permanecer com a proteção legal, desde que a função dele exija esta proteção. A lei complementar vai prever em que hipóteses este vínculo poderá ser desfeito e não o dirigente máximo ou chefe imediato. Até para as pessoas que não têm estabilidade haverá a proteção para medidas de caráter arbitrário. A PEC apresenta um dispositivo

de que em nenhuma hipótese será admitido desligamento de servidor por critério eminentemente político ou partidário. Na Constituição não há esta proteção. Então estaremos avançando neste sentido.

A PEC 32 não alcança membros dos poderes Legislativo e Judiciário (parlamentares, juízes e integrantes do Ministério Público). Será possível incluí-los em outra oportunidade?

Parlamentares são ocupantes de cargos políticos. Então, não faz sentido a discussão, porque não vamos discutir carreira e estabilidade para eles. Em relação ao Judiciário, o Legislativo pode, a seu juízo, determinar se a PEC deve alcançar os membros do Judiciário, não apenas a magistratura, como as funções essenciais da Justiça, Ministério Público e as Cortes de contas. Esta discussão se dará no Poder Legislativo, o melhor espaço para discutir esta questão se entrar no mérito da PEC.

Os militares também ficaram de fora da reforma. E no ano passado o Congresso aprovou uma reestruturação das carreiras das Forças Armadas com elevação de salários.

Há algum tempo uma emenda constitucional excluiu os militares do conceito de servidor público. Há uma série de diferenças. Por exemplo, militares não contam com o direito de greve. Na Constituição não devemos tratar da reestruturação de carreiras nem de civis nem de militares. Nós só estamos tratando na PEC dos servidores públicos. Portanto, nada relativo aos militares.

Sindicalistas acusam o governo de tentar blindar o “andar de cima”, mantendo o foco nos servidores que mantêm a máquina pública funcionando. O que o senhor diz disso?

Não quero fazer contradições às manifestações de outras lideranças que terão espaços mais adequados no Congresso, quando o mérito começar a ser debatido. Particularmente, não gosto de trabalhar com estereótipos. Estamos procurando nos dirigir aos atuais servidores explicando que a PEC não é voltada para eles. Esta é voltada para uma nova realidade do serviço público.

Portanto, alcançará aqueles que ingressarem no serviço público daqui para frente. Sempre procuramos nos dirigir de forma serena e respeitosa, sem abarcar este tipo de jargão: “andar de cima”, “barnabé”. Isso nos leva a um debate mais empobrecido. A questão é a seguinte: se não tivermos uma reforma, temos a opção de continuarmos com o que temos. A gente sabe aonde este enredo vai nos levar. Basta olhar para os estados, que já estão com um nível de comprometimento de suas receitas que os impede de cumprir a mais elementar de suas obrigações: pagar o salário de quem trabalha para o próprio Estado. Podemos perguntar a um servidor de qualquer estado da Federação com problemas o que acha de receber o salário com 20 dias de atraso, ou receber o salário e não o décimo-terceiro, ou receber o salário em três parcelas. Até mesmo recorrer a um familiar para pegar dinheiro emprestado para pagar suas contas, pois ele nem tem previsão de quando o salário dele será creditado. Temos um problema estrutural que precisa ser resolvido com soluções estruturais.

O nosso serviço público hoje é ineficiente?

O serviço público no Brasil tem atualmente um nível de excelência que não é o que desejamos. Como secretário do Ministério da Economia, não me considero satisfeito com o nível geral do serviço público no país, embora o nosso espaço de atuação não seja suficientemente amplo para interferir nos serviços de estados e municípios. Precisamos reconhecer que, dos 11 milhões e 400 mil servidores públicos do país, a maioria é de pessoas muito comprometidas que desejam fazer um trabalho de qualidade. Eu sou professor, minha formação acadêmica é no magistério em redes públicas, inclusive aqui no Distrito Federal. Pude constatar como é difícil fazer um bom trabalho quando não existem meios. Não é possível que todos os recursos públicos sejam consumidos com as despesas obrigatórias. Da mesma forma que é preciso que o servidor seja bem remunerado, é indispensável que ele tenha os insumos para realizar o seu trabalho. Assistimos, na imprensa, médicos que não têm o material suficiente para realizar seu trabalho. Professores que atuam em escolas com uma estrutura física decadente. Policiais que não têm equipamentos de proteção pessoal e de combate ao crime. A reforma é importante para manter o serviço público em funcionamento. ●

* Matéria produzida com o apoio do GT de Gestão Estratégica de Pessoas

MUDANÇA NO SERVIÇO PÚBLICO PROVOCA MUITA POLÊMICA

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES FAZEM RESTRIÇÕES À PEC DA REFORMA. A PRINCIPAL DELAS É A DE NÃO ATINGIR A ELITE DO FUNCIONALISMO, COMO JUÍZES, MAGISTRADOS E PROCURADORES

por ANA SEIDL



A pesar da necessidade clara de ajustes na máquina administrativa para conter gastos, em razão do desajuste fiscal que agrava a situação econômica do país, e da crescente falta de recursos para oferecer à sociedade serviços públicos de qualidade, a reforma administrativa que o governo pretende implantar, com o aval do Congresso Nacional, foi mal recebida pelas lideranças sindicais e políticas que representam os servidores. As queixas são muitas. A começar pelo momento em que a proposta foi apresentada.

“O Brasil vive um estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do novo coronavírus, justamente o que permitiu transpor as limitações de gasto das leis fiscais. Nesse contexto, propostas de alteração constitucional só seriam aceitáveis se a urgência e a relevância as justificassem, como foi o caso da PEC 10/2020, do Orçamento de Guerra”, diz o presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical), Rudinei Marques.

Ele lembra que 93% do funcionalismo estão concentrados no Poder Executivo, boa parte em áreas que estão na linha de frente do combate à pandemia, como é o caso de médicos, enfermeiros, agentes de saúde e assistentes sociais. “Como esses servidores vão se mobilizar para defender seus direitos se estão totalmente mobilizados em defesa da vida?”, indaga.

Além disso, segundo ele, uma reforma de tal magnitude exigiria aprofundamento em audiências públicas no Congresso, com especialistas de diversas áreas, o que fica inviabilizado em razão do isolamento social. Nem mesmo a apresentação de emendas ao texto será algo trivial, pois ficou muito difícil colher 171 assinaturas válidas, já que os parlamentares estão fora de Brasília.

O secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Gleisson Rubin, discorda da crítica. “Fizemos uma PEC para os servidores que viessem a ingressar no serviço público de agora em diante. Deixamos claro, desde o início, que estávamos respeitando as regras que foram pactuadas no momento em que cada servidor entrou no serviço público. O fato de servidores atuais estarem no combate à pandemia não tem influência. Estamos modernizando nossas formas de organização do trabalho. Recentemente publicamos um novo normativo para disciplinar o teletrabalho e entendemos que ele foi o aprendizado mais importante desta pandemia. Estamos

CLÉIA VIANA / Câmara dos Deputados



“A estabilidade é inegociável, porque o Brasil ainda é o país do coronelismo e do apadrinhamento. Prefeitos e vereadores nomeiam 45% dos professores das escolas públicas sem concurso”

Deputado Israel Batista, presidente da Frente de Defesa do Serviço Público

empenhados em criar para os servidores as melhores condições possíveis de trabalho. Mas não podemos esperar para rever as condições estruturais de organização do serviço público, sob pena de chegarmos a uma situação daqui a 10 ou 15 anos de insolvência no governo federal em relação à capacidade de honrar o pagamento da folha. O que já acontece em alguns estados no tempo presente”, justifica.

INCHAÇO DA MÁQUINA

A Frente de Defesa do Serviço Público se diz contra a possibilidade do que chama de terceirização irrestrita do serviço público, o fim do Regime Jurídico Único e a autorização para o Executivo extinguir órgãos e cargos. O presidente da Frente, deputado Israel Batista (PV-DF), também considera inoportuna a ocasião para essa discussão que vai alterar a Carta de 1988.



“Não podemos esperar para rever as condições estruturais de organização do serviço público, sob pena de chegarmos a uma situação daqui a 10 ou 15 anos de insolvência no governo federal em relação à capacidade de honrar o pagamento da folha”

Gleisson Rubin, secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

“O Congresso trabalha de forma remota, a discussão e os debates estão prejudicados. Não podemos estabelecer comissões especiais para debater o mérito dos projetos que estão no Congresso. Além disso, a sociedade está desmobilizada e grande parte dos servidores está na linha de frente do combate à pandemia”, destaca o deputado. Para ele, a proposta tem um foco meramente fiscalista e não visa a melhoria do serviço público, mas, unicamente, o corte de gastos. Israel Batista ressalta que a profissionalização do serviço público é o que gera economia e combate à corrupção.

Outro ponto abordado pelo parlamentar refere-se à tese neoliberal do “inchaço” da máquina pública.

O Brasil, segundo ele, tem um percentual da população ligada ao serviço público muito menor do que outros países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Enquanto 12% da população brasileira estão ocupados com o serviço público, a média destes países é quase o dobro: 21%.

Mas o que o parlamentar considera mais grave na reforma é o fim da estabilidade. “A Frente de Defesa do Serviço Público entende que a estabilidade é inegociável, porque o Brasil ainda é o país do coronelismo e do apadrinhamento. Prefeitos e vereadores nomeiam 45% dos professores das escolas públicas sem concurso”, exemplifica. Segundo ele, a reforma administrativa vai precisar de vários ajustes do Congresso.

“É uma covardia encaminhar ao Congresso esta proposta no momento em que grande parte dos servidores está na linha de frente do combate à pandemia causada pelo novo coronavírus, que já matou mais de 140 mil brasileiros. É um texto que uberiza o serviço público. Não deixa claro o quanto será economizado e em que vai beneficiar o serviço público. A falta de debate nos leva a única opção: a de rejeitar a matéria”, reforça o presidente do Fonacate, Rudinei Marques.

Na avaliação do sindicalista, a tendência é a pobreza extrema aumentar depois da pandemia. “Diante disso, devemos optar pelo fortalecimento do serviço público”. Ele chama de fake news a tese da ineficiência do serviço público. E cita exemplos de eficiência, como o Banco Central, pesquisas das universidades federais e as instituições sociais que, com expertise acumulada com o Bolsa Família, propiciaram o pagamento do auxílio emergencial.

“A deficiência vem mais do planejamento do que do servidor público, que, muitas vezes, tira dinheiro do próprio bolso para comprar insumos para o seu trabalho”, condena. Rudinei Marques não considera a máquina inchada nem cara: “93% dos servidores são do Executivo, com uma média salarial de R\$ 4.200”. Para ele, o fim da estabilidade é inaceitável.

“A reforma, do jeito que foi proposta, vai gerar uma ingerência política e um aparelhamento do Estado sem precedentes no serviço público com o fim do RJU e a criação de novas formas vulneráveis de contratação, até sem concurso público. Uma terceirização sem precedentes. A possibilidade de extinção de órgãos pelo presidente da República é um absurdo, um retrocesso. Não acredito que o Congresso vai levar a sério esta proposta. Também não acredito que esta reforma atingirá só os novos servidores. Ela criará uma insegurança política muito grande”.



“BARNABÉS”

O alcance da reforma administrativa também é alvo de críticas. “Por que sempre que se fala em reforma os afetados são apenas os do andar de baixo? Os que estão do segundo ao terceiro andar são sempre blindados. Estão querendo fazer com que o servidor público tenha vergonha de ser servidor público. Isso começou há 30 anos com o governo Collor, que dizia querer caçar os marajás, mas estes foram blindados. Extinguiram órgãos, demitiram e colocaram servidores em disponibilidade com a promessa de que a máquina pública iria andar ‘de vento em popa’. Pasmem! Trinta anos depois, o ex-presidente Collor reconheceu e pediu ao povo brasileiro desculpas pelo mal que fez”, lembra Sérgio Ronaldo, secretário-geral do Condsef/Fenadsef, entidade que,

segundo ele, representa 80 por cento dos servidores públicos federais.

Ele ironiza a projeção do governo de que a reforma, se for aprovada, vá gerar uma economia de R\$ 300 bilhões. “No ano passado, disseram que, com a reforma trabalhista, a economia ia ‘bombar’ e que o emprego bateria na porta dos quase 4 milhões de pessoas na formalidade e 13 milhões de desempregados. Não funcionou também a terceirização. Disseram também que, com a reforma da previdência, estaria tudo resolvido. Queriam economizar 100 bilhões de reais nos próximos dez anos. Falácia. Só

“É um texto que uberiza o serviço público. Não deixa claro o quanto será economizado e em que vai beneficiar o serviço público. A falta de debate nos leva a única opção: a de rejeitar a matéria”

Rudinei Marques,
presidente do Fonacate

FONACATE / Divulgação





O professor José Matias-Pereira vê um “novo normal” na gestão pública no mundo e diz que as reformas estruturais, como a administrativa e a tributária, estão no epicentro dessas mudanças

privilegiaram os do andar de cima. Os militares, por exemplo, que já vinham recebendo benefícios, foram blindados com uma proposta de estruturação, de plano de carreira, que repassou para eles o R\$ 100 bilhões que seriam economizados”, acusa.

Ele lembra que, antes da reforma, veio o Projeto de Lei Complementar 173 que, com o congelamento dos salários dos servidores federais, estaduais e municipais, proporcionaria uma economia de R\$ 130 bilhões. “Quem está bancando o auxílio emergencial para estados e municípios são os servidores”, diz. Sérgio critica a falta de diálogo com os servidores para a elaboração da PEC 32. E disse que lutará contra a reforma.

“NOVO NORMAL”

Mas nem tudo são críticas. O economista, pós-doutor em Administração pela Universidade de São Paulo, pesquisador do Programa de Pós-Graduação

em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de Brasília (UnB), José Matias-Pereira, acha que o momento nunca foi tão oportuno para uma reestruturação do serviço público.

Ele acredita que as incertezas causadas pela pandemia trouxeram um ‘novo normal’ no funcionamento dos governos e das administrações públicas no mundo. “O Brasil também está vivenciando, de forma intensa, na gestão pública, esse ‘novo normal’, que jogou por terra as expectativas do governo e do mercado de retomada do crescimento e da redução das taxas de desemprego em 2020”.

Matias-Pereira observa que, nesse cenário de dificuldades, é importante que Executivo e Legislativo continuem avançando com as medidas necessárias para modernizar a administração pública. “Deve-se destacar que, no epicentro dessas mudanças relevantes, estão as reformas estruturais, como a da previdência, já aprovada pelo Congresso, a administrativa e a tributária. Essas reformas são decisivas para o país sair da recessão e avançar para um crescimento sustentado nos próximos anos”, argumenta.

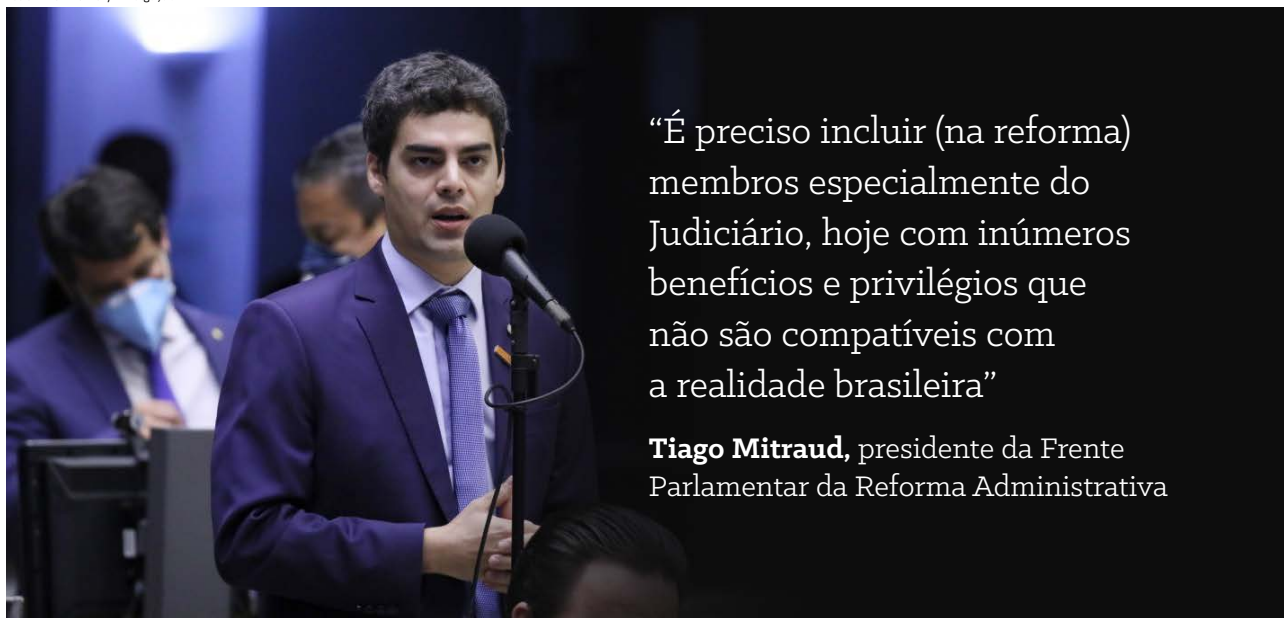
Por tudo isso, o economista avalia que a proposta de reforma administrativa submetida ao Congresso é oportuna e merece ser amplamente debatida pelo Parlamento, por entidades dos servidores públicos e pela sociedade. “Em relação aos direitos dos atuais servidores, na mesma linha da proposta formulada pelo governo federal, entendo que devem ser preservados. Parece-me salutar que a reforma seja orientada para valer apenas para os que ingressarem na administração pública depois de sua aprovação”.

MODERNIZAÇÃO

O presidente da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa, deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), também defende a oportunidade da reforma, que, segundo ele, refere-se à modernização de todas as regras que regem o funcionamento da administração pública brasileira. Mitraud critica a qualidade do serviço público brasileiro.

“Existe um diagnóstico de que ninguém quer continuar vivendo num país com serviço público de baixa qualidade. Não vivemos num país de educação de qualidade nem com um serviço de saúde no nível que a população merece. Os índices de criminalidade ainda são muito altos. Somos a oitava ou nona economia do mundo, mas, quando olhamos qualquer índice do serviço público brasileiro, estamos lá atrás, perto de países de que a população brasileira nunca ouviu falar” afirma.

PARTIDO NOVO / Divulgação



“É preciso incluir (na reforma) membros especialmente do Judiciário, hoje com inúmeros benefícios e privilégios que não são compatíveis com a realidade brasileira”

Tiago Mitraud, presidente da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa

A administração pública brasileira precisa ser modernizada e suas regras precisam ser trazidas para o século XXI, pondera o parlamentar. Mas ele observa que a péssima qualidade do serviço não é culpa do servidor que estudou muito e prestou concurso. “Ele é uma vítima de um sistema que muitas vezes não reconhece o trabalho que é entregue e vive atualmente num ambiente desmotivador. O problema está nas regras do serviço público”.

Sobre a ausência da elite do serviço público na reforma, o deputado acha que ela devem entrar. “É preciso incluir membros especialmente do Judiciário, hoje com inúmeros benefícios e privilégios que não são compatíveis com a realidade brasileira”. Ele ressaltou a importância da aprovação de outras propostas para reduzir distorções e privilégios, como o PL dos super-salários. E destacou a necessidade de rever a estabilidade, porque ela não pode ser vista como o maior mal do serviço público. “Ela existe para proteger o interesse público, para evitar que um político de plantão faça uma coerção do servidor para que ele aja contra o interesse público e a favor do interesse pessoal dele”.

A estabilidade que existe hoje, sem instrumentos que combatam o baixo desempenho, acaba se transformando em mais um estímulo para a ineficiência, avalia. Ele defendeu a proposta de existir um tempo de experiência que não é o estágio probatório de hoje, o qual, na verdade, não avalia ninguém. “Precisamos tirar o país desta inércia, pois está quebrado

e apresenta déficits consecutivos. No meu estado, Minas Gerais, os servidores estão há quatro anos sem receber salário em dia por falhas da administração vigente.

FALTA DIAGNÓSTICO

O consultor econômico e ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Raul Velloso, lembrou que as regras do funcionalismo público foram definidas na Constituinte de 1988, da qual ele participou como membro do governo. “Esta é a primeira grande tentativa de uma reforma administrativa. Se a proposta for aprovada, terá um efeito muito lento. Eu penso se estaria vivo para assistir o início deste impacto. Da forma que está deve demorar de 20 a 30 anos”, observa.

Velloso acredita que falta um diagnóstico organizado da situação do funcionalismo público que fundamente a proposta de reforma administrativa. Não acredito que esta reforma, que não atinge os atuais servidores, poderá gerar em 10 anos uma economia de cerca de R\$ 300 bilhões, como afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes. Velloso lembra que o principal problema da gestão macroeconômica está na explosão dos déficits previdenciários dos regimes próprios. “Os déficits dos estados, que em 2011 eram da ordem de R\$ 22 bilhões a R\$ 23 bilhões, em 2019 passaram para R\$ 111 bilhões. Se somarmos os déficits dos servidores da União e dos municípios, chega a R\$ 240 bilhões”, contabiliza. ●

JOSÉ MATIAS-PEREIRA

“REFORMA DEVE REDUZIR OS GASTOS PÚBLICOS”

ECONOMISTA ACHA QUE PEC PRECISA ABRANGER A ELITE DO FUNCIONALISMO PARA ALIVIAR OS COFRES PÚBLICOS

por ANA SEIDL*

O economista José Matias-Pereira, pós-doutor em administração, pesquisador e professor de administração pública do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de Brasília, entende que o objetivo da reforma administrativa é adequar o setor público a uma nova realidade para reduzir custos e melhorar a eficiência dos serviços prestados à população. Ele acha que a estabilidade não pode ser um instrumento para privilegiar servidores que não tenham desempenho compatível com sua função e remuneração. No entanto, o professor não considera adequado o fato de a proposta não alcançar os integrantes do Judiciário: juízes, desembargadores, ministros de tribunais superiores, promotores e procuradores. Ele acredita que a reforma administrativa pode ser concluída até o final de 2022.

Críticos da reforma administrativa acham errado discutir o tema num momento de pandemia. O que o senhor pensa disso?

As incertezas provocadas pela pandemia trouxeram um ‘novo normal’ no funcionamento dos governos e das administrações públicas no mundo. O Brasil

também está vivenciando, de forma intensa, na gestão pública, esse ‘novo normal’, que jogou por terra as expectativas do governo e do mercado de retomada do crescimento e da redução das taxas de desemprego em 2020. Nesse cenário de dificuldades, é importante que o Executivo e o Legislativo continuem avançando com as medidas necessárias para modernizar a administração pública. Deve-se destacar que no epicentro dessas mudanças relevantes estão as reformas estruturais, como a da previdência, já aprovada pelo Congresso, a administrativa e a tributária. Essas reformas são decisivas para o país sair da recessão e avançar para um crescimento sustentável nos próximos anos. Nesse sentido, o texto da proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020 – ou PEC da reforma administrativa que foi submetida ao Congresso Nacional no início de setembro de 2020 – deve ser entendido como uma proposta oportuna, feita pelo governo federal, e que merece ser amplamente debatido pelo Parlamento, entidades dos servidores públicos e a sociedade. Em relação aos direitos e conquistas dos atuais servidores, na mesma linha da proposta formulada pelo governo federal, entendo que devem ser preservados. Parece-me salutar que a reforma seja orientada para valer apenas para os servidores que ingressarem na administração pública depois de sua aprovação.

No epicentro dessas mudanças relevantes estão as reformas estruturais, como a da previdência, a administrativa e tributária. Essas reformas são decisivas para o país sair da recessão e avançar para um crescimento sustentável nos próximos anos

O senhor considera a máquina pública brasileira inchada?

Todos os países que se tornaram desenvolvidos tiveram o suporte de administrações públicas bem estruturadas e competentes, capazes de ofertar serviços públicos de boa qualidade. O nível de exigência para ingresso no setor público e os critérios de avaliação de desempenho dos servidores nesses países desenvolvidos também são bastante elevados. O Brasil tem um percentual da população ligada ao serviço público muito menor do que outros países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Enquanto 12% da população brasileira estão ocupados com o serviço público, a média destes países é quase o dobro, 21%. Na Grã Bretanha, por exemplo, 24%; França, 20%; Alemanha, 15%. Mas é preciso destacar que esses países têm características territoriais, econômicas, sociais, políticas e culturais diferenciadas do Brasil. No caso brasileiro, a partir da posse do presidente Bolsonaro, em janeiro de 2019, estamos vivenciando um debate salutar no Congresso e na sociedade para redefinir o tamanho da máquina pública do país. A reforma administrativa tem esse objetivo: adequar a administração pública a essa nova realidade, com vistas a reduzir custos e elevar a produtividade do setor público, ofertando serviços públicos de boa qualidade.

O que deve ser alterado na estabilidade do servidor público?

A questão da estabilidade no setor público merece e deve ser amplamente debatida no Parlamento, com a participação dos segmentos que representam os servidores e com a sociedade. No meu entendimento, a estabilidade não pode ser um instrumento para privilegiar servidores que não apresentam um desempenho compatível com a sua função e remuneração. Nesse sentido, as mudanças propostas de definir duas situações distintas para a demissão (para os ocupantes de carreira de Estado e para os demais, com vínculo por tempo indeterminado) são pertinentes. No que se refere aos servidores que exercem atividades exclusivamente públicas e que são finalísticas, indispensáveis para a existência ou representação do Estado, parece-me oportuna uma atenção especial no encaminhamento dessa questão por parte do Executivo, com vista a delimitar com clareza essas carreiras.

Acha que a reforma pode melhorar os serviços públicos essenciais para a população e aumentar a capacidade de investimento da União, estados e municípios?

A baixa qualidade do setor público brasileiro na oferta de serviços básicos é um fenômeno que vem se agravando nas últimas décadas, notadamente após a Constituição de 1988. É necessário recordar que, na maioria dos países, as administrações públicas estão sendo questionadas pelos seus custos elevados e a

baixa qualidade dos serviços ofertados. Os cidadãos-contribuintes querem redução desses custos e, ao mesmo tempo, serviços públicos de melhor qualidade. Para alcançar esses propósitos faz-se necessária uma reforma administrativa consistente. Aí tenho de concordar com o deputado federal Tiago Mitraud (Novo-MG), coordenador da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa: a reforma é necessária.

A proposta não alcança a elite do Legislativo e Judiciário. Isso não compromete a economia no gasto público?

O fato de a reforma proposta não alcançar juízes, desembargadores, ministros de tribunais superiores, promotores e procuradores não me parece adequado. A questão alegada pelo governo, de que haveria vício de iniciativa e não poderia propor mudanças para tais tipos de agentes públicos pertencentes a outros poderes, pode ser superada no âmbito do Legislativo. Na minha visão, a única exclusão recomendável é a dos parlamentares, visto que são cargos políticos eletivos, com duração fixa. Assim, entendo que no debate e votação da PEC é importante que o Parlamento aprove uma reforma mais abrangente, para que ela possa contribuir de fato para uma redução significativa dos gastos públicos.

Entidades sindicais do setor público alegam falta de diálogo na reforma. O que o senhor acha?

A reforma já afastou a possibilidade de atingir os direitos e a remuneração dos atuais servidores. Ou seja, ela deverá alcançar somente os que ingressarem no setor público a partir da promulgação da emenda constitucional. Entendo que o debate da proposta, mesmo em tempo de pandemia, está sendo feito de forma ampla no âmbito do Legislativo e da sociedade.

Há quem defenda a idéia de que o serviço público no Brasil é eficiente e que o texto da reforma não moderniza o setor, mas precariza relações de trabalho. Qual sua opinião sobre isso?

Ninguém pode discordar que a administração pública brasileira possui diversas instituições e servidores bem preparados, que desempenham com eficiência e efetividade suas atribuições. No entanto, essas “ilhas de excelência” são apenas uma parcela do setor público. Os indicadores divulgados por instituições nacionais e internacionais, que medem o nível de eficiência na administração



Os indicadores divulgados por instituições nacionais e internacionais evidenciam que, em geral, a administração pública no país, nos três níveis de governo – municípios, estados e governo federal –, deixa a desejar

pública brasileira, evidenciam que, em geral, a administração pública no país, nos três níveis de governo – municípios, estados e governo federal –, deixa a desejar. Nesse sentido, fica evidente que a reforma é necessária e oportuna, pois visa a melhorar a qualidade do serviço público no país.

Os militares também ficaram de fora da reforma. E foram beneficiados com a reestruturação das carreiras, com elevação de salários. Não estariam sendo privilegiados?

As carreiras das Forças Armadas são distintas das dos servidores civis. Possuem características e peculiaridades próprias, em decorrência do papel desempenhado por elas. Parece-me válido, no entanto, nos debates sobre a PEC no Congresso Nacional, deixar mais claro para a sociedade os motivos que levaram o Executivo a não incluir os militares da reforma administrativa.

O ministro Guedes diz que a reforma vai gerar economia de R\$ 300 bilhões em 10 anos. E o economista Raul Velloso acha que falta um diagnóstico dos problemas do setor público e do resultado das soluções propostas. Para ele, o problema maior é a previdência do setor. Qual a sua opinião?

A estimativa feita pelo Paulo Guedes me parece plausível. É preciso assinalar que essa economia

poderá ser maior ou menor, dependendo da amplitude da reforma que for aprovada pelo Legislativo. Por sua vez, o alerta feito pelo Raul Velloso é uma questão relevante e que, entendo, não deve ser ignorada. Os déficits crescentes da previdência social dos servidores públicos dos municípios, estados e União são muito preocupantes e representam uma ameaça ao esforço de reequilibrar as contas públicas. Conforme temos observado nas nossas pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, a questão do equilíbrio atuarial e financeiro da previdência social, em especial no setor público, emerge como um fator que merece uma atenção especial dos governantes, nos três níveis de governo.

O fato de a proposta não incluir os atuais servidores facilitará a aprovação da proposta?

Sim. A definição de que a reforma administrativa só valerá para quem ingressar no setor público a partir da promulgação da Emenda Constitucional contribui, sobremaneira, para viabilizar a sua aprovação pelo Congresso.

A proposta da reforma dá amplos poderes para o presidente da República extinguir cargos, entidades e órgãos. Isso não pode causar a politização da máquina pública?

Esta é uma função inerente ao chefe do Executivo, no esforço de organizar e fazer funcionar de forma adequada a máquina pública. E o objetivo final da administração pública é atender as demandas da população com serviços públicos de qualidade, com menores custos para os cidadãos-contribuintes.

O inciso XXIII do artigo 37 proíbe os chamados “penduricalhos, como o adicional de tempo de serviço e a redução de jornada sem a redução de remuneração. Qual pode ser o impacto disso na redução do gasto público?

Os efeitos destas medidas na redução do gasto público, notadamente as que dizem respeito aos “penduricalhos”, ao longo do tempo, serão significativos, caso a PEC seja aprovada.

O fim do Regime Jurídico Único e as novas possibilidades de contratação não poderão causar perda de qualidade e maior ingerência política no serviço público?

O fim de RJU e a criação de cinco novos vínculos na administração pública me parece adequado, tendo em vista a complexidade da administração pública. Entendo que esse aumento de possibilidades de contratação irá contribuir para melhorar a qualidade da gestão pública, em termos de organização e funcionamento.

Além da aprovação da PEC no Congresso, o governo ainda precisará enviar projetos de lei que envolvem gestão de desempenho; arranjos institucionais; diretrizes de carreiras; e ajustes no Estatuto do Servidor. Esse processo não será lento?

É preciso alertar que a aprovação da PEC no Congresso é o primeiro e decisivo passo para a modernização da administração pública no Brasil. O envio e a aprovação dos projetos de lei que irão permitir a implementação da reforma vão depender da vontade política do chefe do Executivo e da força da bancada de apoio do governo no Congresso. O cenário político, econômico e social do país, diante da necessidade de melhorar o desempenho da gestão pública, me parece favorável à aprovação dessas matérias. Caso não ocorra nenhum incidente no campo da saúde pública (nova onda da Covid-19), ou um impasse político, parece-me possível concluir essa reforma até o final de 2022. ●

* Matéria produzida com o apoio do GT de Gestão Estratégica de Pessoas



O IMPACTO DO GT NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DOS GOVERNOS

PESQUISA REVELOU A ALTA CAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO E INFLUÊNCIA DO GRUPO DE TRABALHO NAS AÇÕES DE GOVERNO DIGITAL DOS ESTADOS E DO DF, APESAR DE TER APENAS 13 MESES DE EXISTÊNCIA

TEXTO: ASCOM/CONSAD

O objetivo do estudo, realizado em julho de 2020, foi verificar a percepção da influência e dos impactos das ações do GTD.GOV na Transformação Digital dos governos estaduais e distrital do Brasil. O resultado da pesquisa mostrou, entre outros aspectos: que o Grupo, com apenas 13 meses de existência (na data da coleta de dados), apresenta alta capacidade de articulação e influência no âmbito da Transformação Digital em nível subnacional no Brasil; que a maioria dos respondentes (79,5%) concorda que o GTD.GOV está apoiando a aceleração da Transformação Digital nos governos estaduais e distrital; no que tange à credibilidade, os respondentes informaram confiar na atuação do GTD.GOV, bem como em suas ações e resultados.

Na percepção dos especialistas quanto à contribuição do GTD.GOV sobre os aspectos de compreensão de onde o Grupo tem atuado, os aspectos de “Governança”, “Estratégias” e “Portais ou Plataformas Digitais” foram os itens com as melhores avaliações. Por outro lado, “Financiamento de Projetos” e “Legislação” foram as áreas com menor impacto por parte das ações do GTD.GOV. O estudo constatou que a ação articuladora do GTD.GOV está fortalecendo as estratégias de Transformação Digital na maior parte dos governos estaduais e distrital do Brasil que fazem parte do Grupo. Aproximadamente 140 iniciativas de Transformação Digital, citadas por 19 das 20 unidades da Federação pesquisadas, foram mencionadas como ações que tiveram apoio ou foram inspiradas em iniciativas do GTD.GOV.

A pesquisa identificou que existem sete governos estaduais que têm uma presença muito forte na articulação das parcerias para a Transformação Digital: Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Alagoas, Paraná e Espírito Santo. Este trabalho ressalta a importância de um agente articulador, como o GTD.GOV, para o desenvolvimento da Transformação Digital em ambientes institucionais distintos, por meio de práticas e ações de cooperação entre os governos estaduais e distrital. Além disso, fornece uma visão macro de quais têm sido os aspectos que guiam as ações de Transformação Digital no setor público brasileiro.

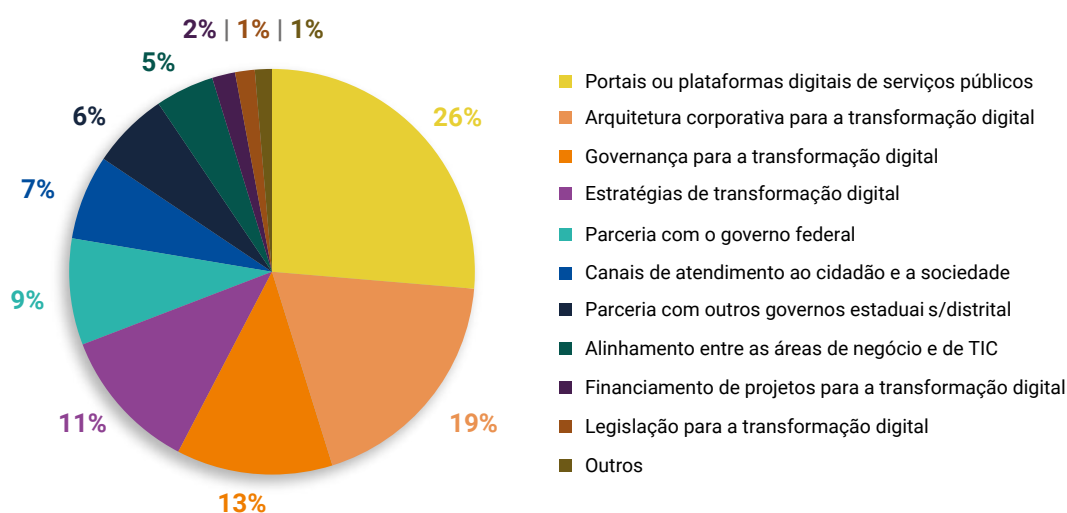
A pesquisa foi lançada em 25 de setembro de 2020 e o material está disponível no site do GTD.GOV (<https://www.gtdgov.org.br>).

TENDÊNCIAS

Nos meses de agosto e setembro de 2020, o Grupo de Transformação Digital (GTD.GOV) desenvolveu quatro eventos estratégicos voltados para o desenvolvimento de competências e capacidades dos especialistas das instituições com atuação no Grupo.

No dia 04 de agosto, no painel Estratégias de Enfrentamento Digital à Covid-19, os estados do Amapá, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul apresentaram diversas soluções e iniciativas digitais desenvolvidas em resposta à pandemia da Covid-19. Dentre as iniciativas, o Rio Grande do Sul desenvolveu painéis de informações para apoiar a tomada de decisões sobre a governança da pandemia. A Bahia

Iniciativas de TD influenciadas pelo GTD.GOV classificadas pelos dez aspectos investigados



inovou, incorporando o atendimento por soluções remotas mediante agendamento, em substituição ao atendimento presencial, voltado inicialmente para serviços para os servidores públicos.

No dia 28 de agosto, o PhD Silvio Meira, considerado um dos 100 brasileiros mais influentes do país em 2007 pela revista *Época*, professor emérito do Centro de Informática da UFPE, fundador do C.E.S.A.R. Recife, um dos fundadores do Porto Digital do Recife e autor do livro *Novos negócios inovadores de crescimento empreendedor no Brasil*, conduziu a primeira edição da série de palestras *Tendências em Transformação Digital no Setor Público*. Na palestra, mediada por Romero Guimarães (coordenador do Subgrupo de Arquitetura Corporativa do GTD.GOV), Silvio Meira apresentou diversas tendências da sociedade digital e provocações sobre comportamentos, hábitos e soluções que o poder público deveria ofertar para o cidadão que é cada vez mais digital.

No dia 16 de setembro, o painel *Cibersegurança e Transformação Digital no setor público* debateu diversos temas críticos relacionados à segurança no mundo digital e seus impactos na Transformação Digital. A Proteção de Dados Pessoais e os Impactos da Vigência da Lei Geral de Proteção de Dados na Administração Pública (LGPD) foi um dos principais temas de debate. Este painel contou com os especialistas Elba Vieira, consultora em Segurança da Informação e doutoranda em Ciência da Informação na UFBA; Fabrício Mota, advogado especialista em Direito Digital e LGPD, e Robson Albuquerque, oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), com a moderação de Walter Palma, consultor técnico da Prodeb/BA e líder do Núcleo de Estratégias Digitais do GTD.GOV.

No dia 28 de setembro, a segunda edição da série de palestras *Tendências em Transformação Digital no Setor Público* contou com o especialista Cezar Taurion (ex-IBM e atual vice-presidente da CiaTécnica Consulting), uma das maiores referências em inovação e Transformação Digital do Brasil, especialmente quando se trata de Inteligência Artificial e Machine Learning. Cezar pontuou os reflexos de uma sociedade hiperconectada na nossa vida privada e profissional e como a pandemia ajudou na aceleração da Transformação Digital. E finalizou com um cenário no qual tudo que é passível de ser automatizado será automatizado. Enfatizou que um dos maiores desafios da transformação é a mudança do mindset, algo que deve fazer parte da cultura de governo, o pensar digital como essência da Transformação Digital. O evento foi moderado pela

A atuação do Consad foi de grande relevância mediante a atuação dos especialistas do GTD.GOV, os quais, com sua experiência em Governo Digital, puderam compor o Comitê Técnico-Científico que definiu os critérios e a metodologia de cálculo do Índice

consultora do BID, Beatriz Lanza, que também faz parte do Núcleo Científico do GTD.GOV.

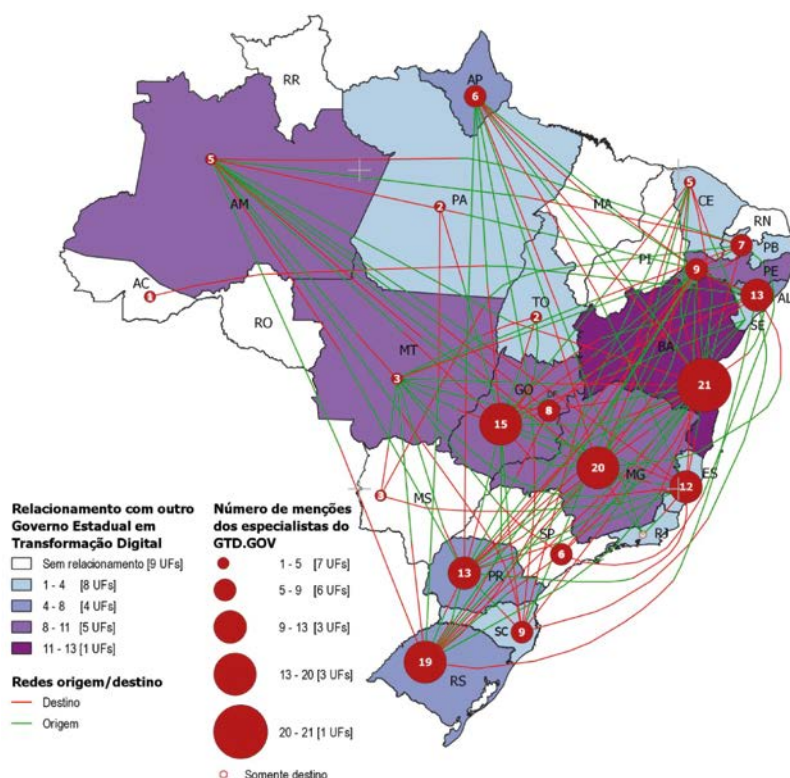
OFERTA DE SERVIÇOS DIGITAIS

O Índice de Oferta de Serviços Digitais é uma iniciativa inédita e tem o objetivo de mensurar a capacidade de prover e ofertar serviços públicos por parte dos governos estaduais e distrital por meios digitais, bem como a sua regulamentação. Neste contexto, as questões que fizeram parte do índice foram fundamentadas nas leis 13.460/2017 (Código de Defesa do Usuário do Serviço Público), 13.726/2018 (Lei da Desburocratização e da Simplificação) e no Projeto de Lei 3.443/2019 – que define parâmetros para o Governo Digital. O Índice é uma iniciativa da ABEP-TIC e do CLP, com apoio do BID e do CONSAD através do GTD.GOV.

Neste Índice, os estados de Minas Gerais e Santa Catarina foram classificados em primeiro lugar na oferta de serviços digitais, seguidos do Rio Grande do Sul, Bahia e Espírito Santo. O Índice identificou 23 critérios de Governo Digital dos 27 governos estaduais e distrital nas dimensões “capacidades para a oferta de serviços digitais”, “oferta de serviços digitais” e “regulamentação para a modernização da oferta de serviços digitais”.

A atuação do CONSAD foi de grande relevância mediante a atuação dos especialistas do GTD.GOV, os quais, com sua experiência em Governo Digital, puderam compor o Comitê Técnico-Científico que definiu os critérios e a metodologia de cálculo do Índice. Destaca-se que o Índice de Oferta de Serviços Digitais passou a integrar o conjunto de indicadores do Ranking de Competitividade dos Estados em 2020, no pilar Eficiência da Máquina Pública. A edição 2020 do Ranking de Competitividade dos Estados, que incluiu de forma inédita o primeiro indicador de Governo

Relacionamento entre governos para o desenvolvimento de iniciativas de Transformação Digital



A pesquisa percebeu um intenso relacionamento entre os 20 Governos consultados. Todavia, há de se destacar que sete governos tem uma posição de maior centralidade nesta rede, atuando como “hubs” de cooperação entre os Governos. O Governo da Bahia foi reconhecido como um Governo parceiro para iniciativas de Transformação Digital por 21 especialistas. **Minas Gerais** (com 20 menções); **Rio Grande do Sul** (19); **Goiás** (15); **Alagoas** (13); **Paraná** (13); e **Espírito Santo** (12), também obtiveram destaque neste critério de Governos que foram mencionados como parceiros de outros Governos Estaduais ou Distrital para o desenvolvimento da Transformação Digital. O mapa ao lado mostra a rede de relacionamento formada no âmbito do GTD.GOV.

Digital, foi lançada no dia 17 de setembro pelo CLP, com a presença de vários governadores.

Com a premissa de que os dados devem ser obtidos de bases de dados públicas ou por meio de dados primários, as informações coletadas e analisadas para compor o Índice de Oferta de Serviços Digitais estão disponíveis na íntegra no endereço eletrônico <https://www.jornaldaabep.com.br/indice-de-oferta-de-servicos>.

BRASIL MAIS DIGITAL

Após lançar a linha de crédito Brasil Mais Digital, voltada para o financiamento de programas de Transformação Digital no setor público brasileiro, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) conta com o apoio do CONSAD e da ABEP-TIC, por meio do Grupo de Transformação Digital (GTD.GOV) para apoiar os estados na preparação de cartas-consulta e programas estruturantes para o desenvolvimento do Governo Digital nos estados e Distrito Federal.

O GTD.GOV atuou conjuntamente com o BID na elaboração e desenvolvimento de um amplo

diagnóstico da situação atual da Transformação Digital dos 26 estados e Distrito Federal. No mês de setembro, uma pesquisa foi aplicada com questões-chave sobre as capacidades digitais, arcabouço institucional e legal sobre Governo Digital e oferta de serviços públicos por meios digitais, dentre outros fatores relevantes.

Além disso, os estados de Alagoas, Ceará e Paraná iniciaram as tratativas com o BID para a adesão ao Programa Brasil Mais Digital. Contando com especialistas das Secretarias Estaduais de Administração e Gestão e das Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação em atuação no GTD.GOV, as cartas-consulta estão sendo estruturadas para servir de base aos programas estratégicos de Transformação Digital desses governos. Esta cooperação do BID com o CONSAD e ABEP-TIC por meio do GTD.GOV permitirá que esses projetos, com perfil inovador e com alto poder de transformação da qualidade do serviço público estadual, possam evoluir conjuntamente e servir de referência para os demais estados brasileiros, e não somente para aqueles que possuem o Capag (capacidade de endividamento) em nível A ou B. ●



GT DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

TEXTO: ASCOM/CONSAD



O GT de Gestão Estratégica de Pessoas, criado em 2019, tem como objetivos principais: elaborar e propor estudos técnicos, promover análises de dados, planos e ações, e apresentar pautas para debates nacionais sobre temas relacionados à modernização e à inovação da Gestão de Pessoas, para alcançar mais eficiência e efetividade nos serviços públicos prestados pelos estados.

Para tornar possíveis esses objetivos, o GT conta com uma Coordenação Executiva, atualmente exercida por Marília Lins, secretária de Estado de Administração de Pernambuco; uma Coordenação Técnica, exercida conjuntamente por Sérgio Silveira, secretário

especial de Gestão e Patrimônio de Alagoas, e Silvana Dourado, coordenadora de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas do Ceará, além do apoio importante de instituições do Terceiro Setor.

Fiel à sua missão de trabalhar para que haja um compartilhamento entre as experiências e práticas de Gestão de Pessoas entre os estados, bem como permitir aprendizado e desenvolvimento das pessoas e ao compromisso de fazer da Gestão de Pessoas uma área estratégica no setor público, o GT tem produzido materiais e pesquisas que têm o objetivo de serem referências para uma profissionalização cada vez maior das áreas de Gestão de Pessoas dos estados.

Respondendo ao desafio de sistematização e gestão de informações estratégicas sobre a estrutura de pessoal dos diversos estados da Federação e que permitam aos gestores públicos melhores negociações com dados comparativos e facilmente encontrados, o GT desenvolveu a pesquisa Quadro da Administração dos Estados Brasileiros, que busca fornecer um amplo retrato, que complementa alguns dados secundários existentes, para traçar um perfil detalhado do servidor e da gestão de pessoas nos 26 estados e no Distrito Federal.

O estudo tem por objetivo dotar a Gestão de Pessoas de maior capacidade de diagnóstico e planejamento de ações, com o propósito de uma gestão pública mais efetiva, baseada em dados e evidências.

A pesquisa está dividida em quatro partes. A primeira seção mostra os grandes números do setor público e suas tendências recentes com base nas fontes secundárias disponíveis. A segunda parte apresenta a motivação para a pesquisa, seus objetivos, amostra e percepções a partir do processo de coleta. A terceira parte traz elementos para uma agenda estratégica na área de Gestão de Pessoas na administração pública estadual identificados a partir da pesquisa.

Os resultados, considerando a informação de 19 unidades da Federação, são apresentados na quarta parte, distribuídos pelos três blocos da pesquisa:

- Bloco I: Quantitativo de pessoal, planejamento e Gestão de Pessoas;
- Bloco II: Seleção, avaliação e desenvolvimento;
- Bloco III: Integração, planejamento, orçamento e Gestão de Pessoas.

O desafio atual está em viabilizar a publicação dos dados em plataforma online de fácil acesso para que os gestores dos diversos estados tenham disponível, sempre que precisarem, uma ferramenta eficiente e eficaz para a condução de negociações com *stakeholders*, bem como para reestruturações de carreiras e demais setores que se façam necessárias.



1

Subgrupo Lideranças elabora cartilha eletrônica de seleção de lideranças por meio de uma matriz de competências

Focado em sistematizar conhecimentos e produzir conteúdos que sejam relevantes para a elevação do grau de maturidade da Gestão de Pessoas no setor público, o GT de Gestão Estratégica de Pessoas, através do Subgrupo Lideranças, coordenado por Andrea Quadros Pasquini, diretora do Departamento de Gestão de Pessoas do Rio Grande do Sul, está elaborando uma cartilha eletrônica de seleção de lideranças por meio de uma matriz de competências. Sabemos que uma das principais dificuldades que os gestores encontram é justamente o processo de recrutamento e seleção de líderes que estejam, ao mesmo tempo, adequados ao perfil da vaga e tenham também alinhamento com o projeto político que está em processo de implementação.

Nesse sentido, por meio da experiência de Minas Gerais, com o programa Transforma Minas, e do Rio Grande do Sul, com o programa Qualifica RS, que já demonstraram a potência de se desenharem processos seletivos de lideranças por meio de uma matriz de competências, e contando também com a colaboração de representantes do Ceará, Pernambuco, Paraná, Sergipe e São Paulo, que também tiveram experiências com programas de seleção baseados em matriz de competências, a cartilha apresenta um modelo simples e implementável em diversas realidades, mostrando o passo-a-passo do processo e contando com a colaboração da especialista em Gestão Pública Cristina Mori para garantir que o material fique o mais claro possível e seja de grande valia para os gestores de todos os estados.



2

Subgrupo Lideranças estrutura processo de contratação de Consultor Sênior para o GT de Gestão Estratégica de Pessoas

A partir dos conhecimentos que o Subgrupo Lideranças já possui sobre seleção de lideranças por meio de uma matriz de competências, o Subgrupo estruturou um processo para a contratação de um consultor sênior, definindo como perfil desejado um profissional que tenha a capacidade de realizar ponte entre os integrantes do Grupo de Trabalho sobre Gestão Estratégica de Pessoas (GT.GEP) e entre o grupo e o Consad. Pensando a gestão estratégica de pessoas no setor público enquanto instrumento para melhoria da qualidade e eficiência dos serviços públicos. Devendo possuir iniciativa para buscar novas soluções, identificar oportunidades e propor atividades que possam contribuir na Gestão de Pessoas nos estados e Distrito Federal.

O processo resultou na contratação do Consultor Bartholomeu Eneias Gomes da Silva, especialista em Gestão de Políticas Públicas e com experiência em articulação política e políticas públicas em educação. O consultor iniciou seus trabalhos em setembro e tem trazido muitas contribuições ao trabalho do GT como um todo, especialmente no que se refere ao desenho de um Planejamento Estratégico que irá guiar o trabalho do Grupo de Trabalho daqui para frente.

COMPARATIVO CARREIRAS DOS ESTADOS BRASILEIROS

Análise Estados Análise Cargos Comparativos

Realização: CONSAD

3

Subgrupo Carreiras elabora Diagnóstico de Carreiras dos Estados

Como todos os que acompanham a Gestão de Pessoas no setor público sabem, um dos principais desafios dos gestores está na estruturação, monitoramento e progressão das diversas carreiras que existem vinculadas ao Poder Executivo. Pensando nisso, o Subgrupo Carreiras, liderado por Felipe de Carvalho Pires, superintendente de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas do Rio de Janeiro, elaborou um questionário a ser enviado aos representantes dos estados para que respondam sobre a estruturação das diversas carreiras. A ideia é coletar os dados e conseguir elaborar um repositório dinâmico e útil para que os gestores possam consultar, comparar sua realidade à de outros estados e tenham sua capacidade de negociação com sindicatos e entidades de classe potencializada.

O GT está comprometido em criar as condições e oferecer instrumentos concretos e dinâmicos para os gestores de pessoas dos diversos estados, conferindo um papel cada vez mais estratégico das áreas de Gestão de Pessoas e evitando que negociações justas e relevantes percam seu potencial, dada a ausência de informações sistematizadas que permitam um panorama da realidade nacional, tornando os gestores públicos muito vulneráveis à pressão de entidades de classe e corporações e não tendo argumentos sólidos para propor soluções conciliatórias alinhadas com a realidade brasileira e as melhores práticas entre os estados.

4



Subgrupo Visão Estratégica produz estudo O Papel das Unidades Centrais para a Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público

Alinhado com o atual momento da discussão sobre a Gestão de Pessoas do setor público, o GT de Gestão Estratégica de Pessoas do Consad, através do Subgrupo Visão Estratégica, coordenado por Gilsa Eva de Sousa Costa, analista de Gestão Governamental da SEAD/GO, produziu o estudo “O Papel das Unidades Centrais para a Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público”. O documento, que está em fase de finalização, tem como objetivo apresentar o estado da arte da produção acadêmica sobre os órgãos centrais na gestão estratégica de pessoas no setor público, bem como trazer exemplos de alguns estados que regulamentaram o papel dos órgãos centrais.

O estudo também apresenta uma análise sobre os principais desafios que as unidades centrais precisam enfrentar e quais têm sido as experiências dos diversos estados em relação a tais desafios. Além disso, traz também experiências internacionais de Singapura, Estados Unidos, Chile e Reino Unido que são inspiradoras e podem ajudar os gestores a terem um panorama maior sobre as melhores práticas, podendo identificar os melhores caminhos para as suas realidades.

5



GT de Gestão Estratégica de Pessoas realizará dois webinários sobre temáticas relevantes à Gestão de Pessoas no setor público

Um componente importante do trabalho do GT de Gestão Estratégica de Pessoas é contribuir com o aprendizado e desenvolvimento das pessoas. Nesse sentido, serão realizados dois webinários, até o final de 2020, para trazer especialistas em temas relevantes para a Gestão de Pessoas no setor público. São muitos os temas, mas, respeitando o contexto atual e procurando trazer discussões alinhadas com a complexidade do momento que estamos vivendo, os representantes dos estados do GT definiram que as temáticas dos webinários serão:

1. Reforma administrativa e seus impactos na Gestão de Pessoas;
2. Modelo de Teletrabalho.

Em breve serão divulgadas as datas de realização de cada um dos eventos online, a lista de palestrantes e a programação completa para que todos possam participar desse momento importante de discussão e crescimento profissional.



GT DE COMUNICAÇÃO

O Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação do Consad tem se articulado, mesmo que de forma remota, em virtude da pandemia de Covid-19, para atuação em duas importantes frentes de trabalho:

Para impulsionar o compartilhamento das informações sobre boas práticas de gestão entre todos os estados brasileiros, princípio basilar de criação do Consad, contribuindo com a transparência pública dos atos do Poder Executivo;

Em estratégias de comunicação para avançar e fortalecer o Consad como instituição defensora das políticas públicas voltadas para a qualidade do gasto público, de gestão de pessoas e bens públicos e no fomento às iniciativas que trazem resultados eficientes de gestão.

Como produtos dessas atividades, que tiveram de ser adaptadas à nova realidade, podemos citar o Plano de Comunicação já apresentado para os integrantes do Grupo; a produção das revistas Governança e Desenvolvimento, procurando integrar ainda mais

os participantes do GT e também assessores estaduais com o compartilhamento de material de divulgação; a realização de lives no Instagram do Consad entre secretários das Pastas de Administração, Governo, Desburocratização e Planejamento estaduais com ações de resultados eficientes para a gestão pública.

Recentemente, a comunicação do Consad também foi impulsionada com a contratação de assessor de comunicação próprio. Nesse caso, o GT de Comunicação também se beneficia, já que poderá estar mais voltado para as ações de comunicação que contribuam de forma incisiva com o princípio constitucional de transparência pública.

Por fim, a contribuição mais efetiva da jornalista Krislei Oechsler, de Santa Catarina, que passa a ser mais um braço forte nas nossas ações, em parceria com os demais integrantes do grupo. Todas as ações visam a trazer os melhores resultados.

Inês Caroline Simonetti

Secretária de Estado do Amazonas

GESTÃO NOS ESTADOS





BRANDÃO DESTACOU QUE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO AJUDA A SUBSIDIAR A TOMADA DE DECISÕES PELOS GESTORES E OTIMIZA A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

ACRE MODERNIZA A ADMINISTRAÇÃO COM NOVAS FERRAMENTAS

INOVAÇÃO COMEÇOU EM JANEIRO. GOVERNO JÁ GERENCIA UMA CARTEIRA COM 1.300 AÇÕES PACTUADAS, COM CINCO AGENTES FINANCIADORES EM 14 PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

O governo do Acre tem investido na implantação e fortalecimento de ferramentas gerenciais para garantir a modernização dos atos da gestão pública a fim de ampliar a eficiência da administração pública. Iniciado em janeiro deste ano, o Sistema de Gerenciamento de Operações de Crédito Nacionais e Internacionais foi desenvolvido e implantado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), por meio da Diretoria de Modernização e Desenvolvimento Institucional. Atualmente, o sistema gerencia uma carteira com 1.300 ações pactuadas, com cinco agentes financiadores, distribuídos em 14 programas de financiamento.

O sistema de gerenciamento permite o agrupamento de informações estratégicas da carteira de operações do estado com agentes financeiros, como

TEXTO: VIVIANE TEIXEIRA / ASSESSORIA SEPLAG

os Bancos Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), Banco Alemão KfW, Caixa Econômica Federal (Caixa) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“A implantação dessa ferramenta tem o objetivo de proporcionar uma visão da execução física e financeira, subsidiando a tomada de decisões pelos gestores, além de otimizar a utilização dos recursos públicos”, destacou o secretário de Planejamento e Gestão, Ricardo Brandão.

O Sistema de Operações de Créditos está integrado com o Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil do Acre (Safira), responsável pelos pagamentos realizados na administração estadual, e com o Sistema Gestão de Recursos Públicos do Acre (GRP), responsável pela gestão dos contratos.

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CONVÊNIO

Outra importante ferramenta adotada pelo governo do estado é o Sistema de Gerenciamento de Convênio. Ele gerencia uma carteira com 600 instrumentos de repasse celebrados com 25 órgãos da administração pública estadual, dos quais 171 se encontram em fase de execução.

O mecanismo está integrado ao Safira e aos sistemas do governo federal, Sistema Integrado de Administração Financeira e ao de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, e começou a ser implantado em outubro de 2019.

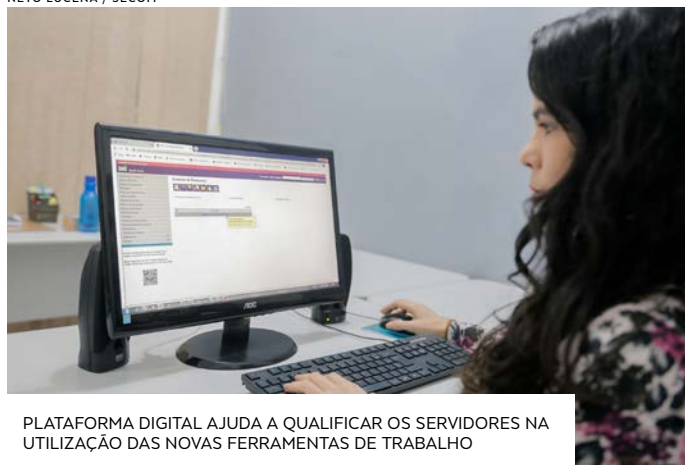
Márcio Barros de Oliveira, diretor de Modernização e Desenvolvimento Institucional da Seplag, afirma que a integração dessas ferramentas reduz a intervenção humana no cadastro dos dados, evitando erros, aumentando a eficiência e fidedignidade dos registros.

A modernização da gestão estadual inclui também a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Regulamentado pelo Decreto nº 8.478, de 2018, e pela Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 0001, do mesmo ano, o sistema é uma ferramenta utilizada para produção e gerenciamento de documentos e processos eletrônicos.

A implantação, acompanhamento e sistematização do programa nas instituições estão sendo realizados em parceria com as secretarias de Indústria, Ciência e Tecnologia (Seict), de Planejamento e Gestão (Seplag) e Controladoria Geral do Estado (CGE).

“A virtualização dos processos administrativos permite que o uso indiscriminado do papel seja deixado de lado, reduzindo custos, desocupando espaços físicos e contribuindo para a manutenção do meio ambiente. Outros aspectos positivos são a

NETO LUCENA / SECOM



PLATAFORMA DIGITAL AJUDA A QUALIFICAR OS SERVIDORES NA UTILIZAÇÃO DAS NOVAS FERRAMENTAS DE TRABALHO

transparência e o compartilhamento das informações e controle de prazo”, observou Oliveira. Desde o início do ano, o sistema tem sido ampliado e implantado em todos os órgãos da administração direta e indireta.

Ricardo Brandão, secretário de Planejamento e Gestão, informa que a implantação do SEI contribui para a melhoria da produtividade, para a celeridade na tramitação dos processos, na confiabilidade dos dados e na segurança das informações, bem como para a redução do uso do papel e dos custos operacionais de armazenamento dos processos em meio físico.

“Podemos citar como vantagem, ainda, neste período de pandemia, que o uso dessa ferramenta tem permitido o teletrabalho ou trabalho remoto aos servidores, uma vez que a tramitação de processos ocorre virtualmente. Processos que demoravam até quatro meses estão sendo finalizados em 40 dias”.

CURSOS GRATUITOS

Com o objetivo de qualificar os servidores na utilização das novas ferramentas de trabalho, a Secretaria de Planejamento e Gestão criou uma plataforma digital. Atualmente, a ferramenta oferece 13 cursos, como, por exemplo, o de Sistema Eletrônico de Informações (SEI), Sistema de Gestão de Recursos Públicos (GRP) – Módulo Frotas e Módulo Patrimônio, Noções Básicas sobre Administração Pública, dentre outros.

Para acessar a plataforma de cursos, gerenciada pelo Departamento de Formação e Capacitação, o servidor deve utilizar o usuário e senha do e-mail funcional, acessando o link <http://servicos.seplag.ac.gov.br/capacitacao/>. A inscrição é realizada de forma imediata e automática. Os cursistas que alcançarem aproveitamento igual ou maior que 60% na avaliação, após a conclusão do conteúdo, têm direito a certificado. ●



SOLUÇÕES INOVADORAS DINAMIZAM O SERVIÇO PÚBLICO EM ALAGOAS

INICIATIVAS COMO O AGENDAMENTO JÁ E O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES AGILIZAM O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DO ESTADO, EVITANDO O DESLOCAMENTO DAS PESSOAS

TEXTO: MINNE SANTOS
FOTOS: MINNE SANTOS E LAYS PEIXOTO

O fim das filas é um dos benefícios que as inovações trouxeram para a população

“A pandemia e as decorrentes orientações sanitárias de afastamento social impuseram a toda a administração pública uma nova concepção de como deve acontecer o atendimento presencial. O Agendamento Já! tem funcionado, nesse sentido, como padronizador, pautado por valores de transparência, isonomia, segurança e respeito ao contribuinte, bem como pela entrega de serviços públicos com comodidade, conforto e urbanidade”, afirma Alexandre Norberto, superintendente de Atendimento ao Cidadão da Seplag.

FIM DAS FILAS

Chefe administrativa do Instituto de Identificação, Shirley Araújo, explica que, além de facilitar a vida da população, a ferramenta foi indispensável para tornar possível o retorno dos atendimentos no instituto, o qual tem grande demanda para a emissão de Carteira de Identidade.

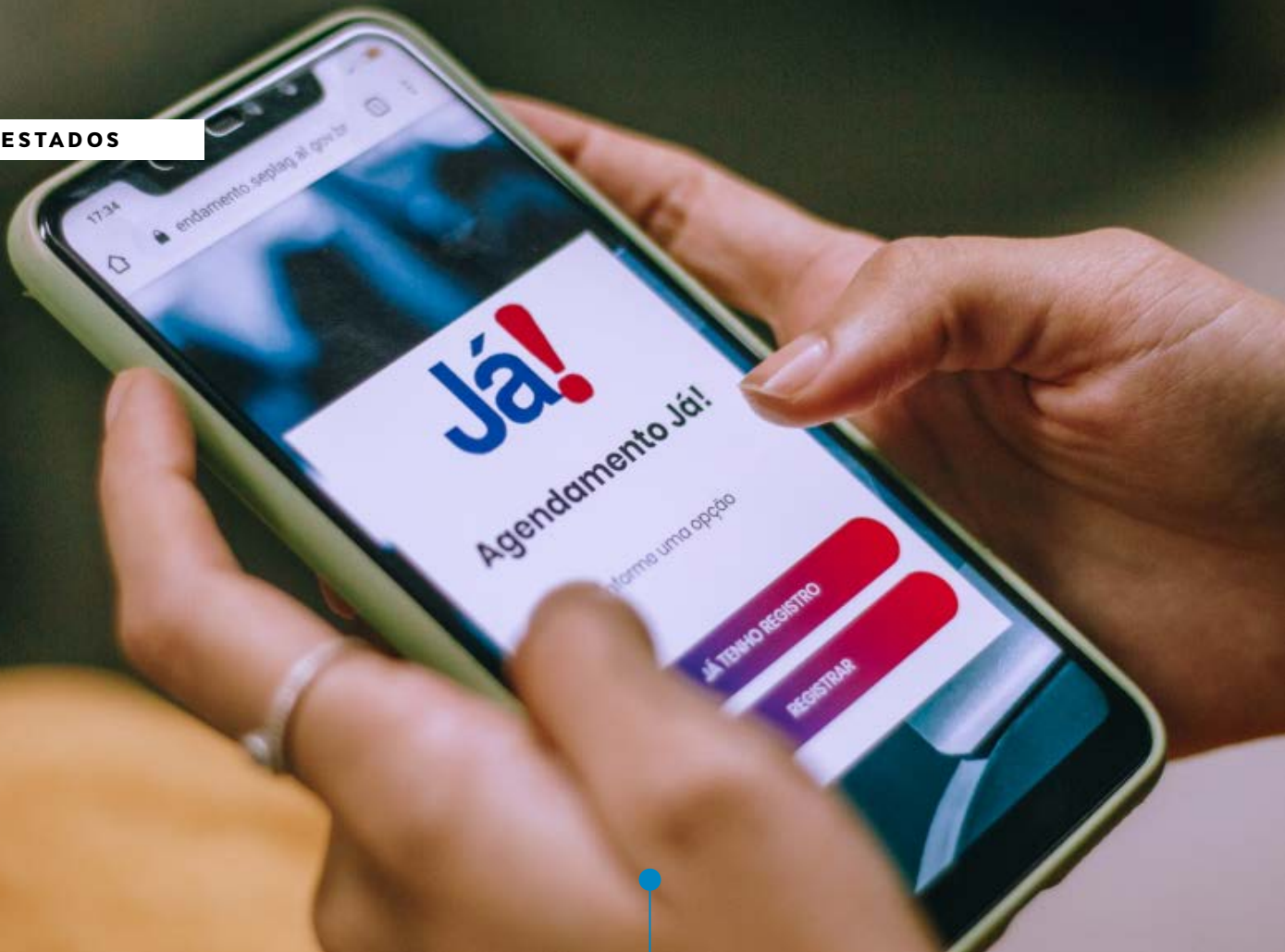
“Com o cidadão tendo o dia e o horário marcados para ser atendido, não precisa mais enfrentar longas filas e tem a possibilidade de se organizar, uma vez que ele mesmo é quem escolhe as datas. Além disso, o órgão tem controle da quantidade de pessoas e do tempo dos atendimentos, ou seja, a rotina de trabalho e os serviços ficam, igualmente, distribuídos no período”, pontua Shirley.

No Detran não tem sido diferente. Ana Fábria, chefe de Articulação Regional do órgão, afirma que o Agendamento Já! viabiliza um planejamento mais assertivo para os atendimentos e isso tem sido o diferencial no período de retomada.

“O sistema está sendo fundamental. O Detran tem uma demanda de atendimento presencial muito alta, mas a pandemia exige que haja um distanciamento e uma análise em relação à capacidade de atender. O sistema propicia esse planejamento. O gestor pode adequar a quantidade de pessoas com o espaço físico, seguindo os protocolos de segurança, e isso é fundamental não só durante a pandemia, mas

Trabalho conjunto, muito diálogo e soluções inovadoras. É dessa forma que a Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas (Seplag-AL) tem atuado para subsidiar, de maneira sustentável, o desenvolvimento local. As ações, alinhadas a diversos órgãos do Poder Executivo, têm dado retornos positivos à população.

É o caso do Agendamento Já! Trata-se de uma plataforma em que os cidadãos podem reservar o melhor dia e horário para serem atendidos nas Centrais Já! do estado. Modelada para suprir as demandas das unidades em questão, a ferramenta ganhou mais uma utilidade na pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e, desde então, é utilizada também como auxílio para a retomada dos atendimentos presenciais de outros órgãos.



no pós-pandemia também, porque a organização pública precisa de projetos como esse”, afirma Ana.

CELERIDADE NAS ENTREGAS

Outra plataforma que vem reconfigurando a forma de fazer e de entregar serviço público em Alagoas é o Sistema Eletrônico de Informações (SEI). A ferramenta, que vinha sendo implantada desde 2017, hoje conta com 100% de adesão dos órgãos e secretarias do Poder Executivo e é um dos principais fatores que fizeram com que a máquina pública não ficasse estagnada na pandemia do novo coronavírus.

“No cenário atual, tem sido uma ferramenta que proporciona a continuidade dos serviços públicos, uma vez que toda a parte administrativa dos órgãos pode continuar realizando suas atividades, principalmente no que se refere às áreas de apoio aos setores finalísticos. Sem o SEI, com certeza teríamos uma exposição muito grande de servidores das áreas essenciais do estado num momento como esse, pois precisaríamos que eles se deslocassem até a unidade de trabalho para dar andamento aos trâmites e às entregas à população”, explica Adriana Nunes, coordenadora de implantação do SEI em Alagoas.

Ela conta que todos os processos de aquisição de material para a Pasta da Saúde foram e estão sendo

Vários serviços públicos podem ser agendados sem a necessidade da busca presencial

abertos pelas áreas administrativas, analisados pelas áreas internas e por todos os órgãos que participam de um trâmite como esse. Tudo isso sem a necessidade de deslocamento, que implicaria num risco de contágio, na falta de economia dos cofres públicos e na demora para que as entregas do estado se concretizassem.

O SEI permite a tramitação de processos eletrônicos até por meio de um Smartphone

Desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e implantado em Alagoas pela Seplag, o sistema permite a tramitação de processos eletrônicos até mesmo por meio de um Smartphone. Com uma interface simplificada, a plataforma viabiliza a realização de todo esse procedimento em tempo real.

“O SEI é, sem dúvida, um dos maiores ganhos para a máquina pública e para a sociedade, uma ferramenta que já vinha sendo indispensável e que, com a pandemia, ganhou outra dimensão bem maior. No entanto, ele não está sozinho. Temos hoje uma agenda prioritária, um conjunto de medidas adotadas para que o estado esteja cada vez mais moderno, célere e com real capacidade de atender às principais demandas sociais. É parte de um movimento que vem ganhado corpo e que tem transformado o fazer gestão pública em Alagoas”, afirma Fabrício Marques Santos, secretário do Planejamento, Gestão e Patrimônio do estado. ●



“Temos hoje uma agenda prioritária, um conjunto de medidas adotadas para que o estado esteja cada vez mais moderno, célere e com real capacidade de atender às principais demandas sociais”

Fabrício Marques Santos, secretário do Planejamento e Gestão

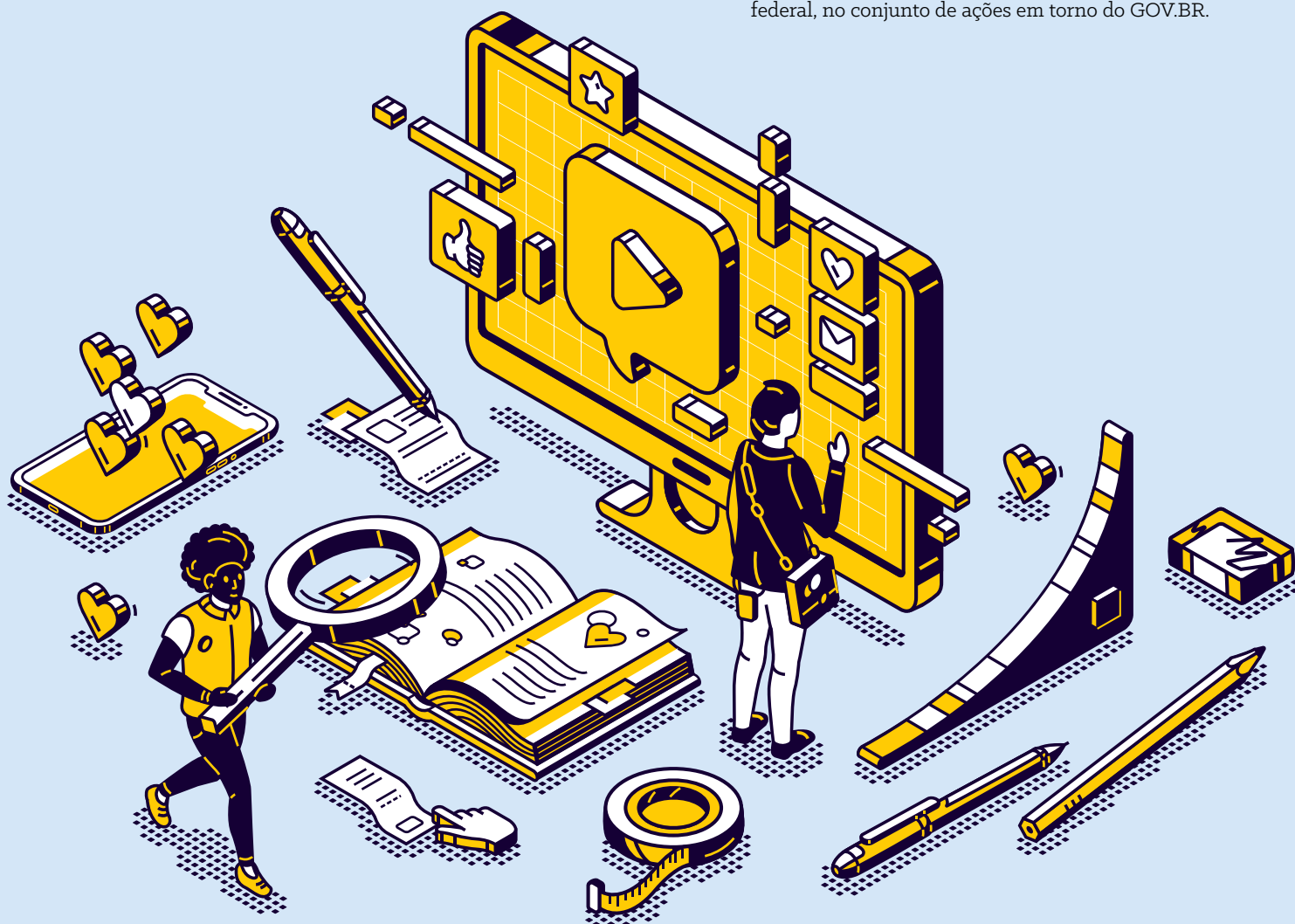




QUAL O BRASIL DIGITAL QUE QUEREMOS?

No mês de agosto/2020, com a divulgação do Índice de Serviços Digitais da ONU (Online Service Index), o Brasil, pela primeira vez na história, foi classificado no 20º lugar neste ranking global.

Sem dúvida, é um resultado que orgulha a todos que atuam em prol da Transformação Digital no setor público. E essa conquista deve-se, em especial, ao excelente trabalho em desenvolvimento pelo governo federal, no conjunto de ações em torno do GOV.BR.



Entretanto, se, de um lado, o Brasil alcançou tal patamar, há de se considerar que este índice (dentre outros) realiza sua avaliação considerando majoritariamente os avanços dos governos nacionais/federais dos países. Neste caso, para países de menor complexidade territorial e administrativa, como os países nórdicos ou a Coreia do Sul (que se encontram na liderança do índice há vários anos), esta abordagem avaliativa consegue ter maior sucesso na percepção do desenvolvimento do governo digital nas nações. Por outro lado, em países como o Brasil, com uma estrutura de Estado que prevê autonomia entre a União, estados e municípios e com várias desigualdades socioeconômicas, há de se considerar outros fatores quanto ao desenvolvimento do governo digital no país.

A realidade digital dos governos estaduais, distrital e municipais é muito diversa e, na maioria dos casos, não dialoga com a realidade do governo federal mensurada pelo índice da ONU. Para evidenciar essa diversidade, o Consad, por meio do Grupo de Trabalho para a Transformação Digital (GTD.GOV), apoiou a Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Distrital (ABEP-TIC) e o Centro de Liderança Pública (CLP) no desenvolvimento do Índice de Oferta de Serviços Digitais, com o objetivo de mensurar a capacidade de prover e ofertar serviços públicos por parte dos governos estaduais e distrital por meios digitais, bem como a sua regulamentação.

Apenas nesse Índice, podemos perceber os diversos níveis de maturidade digital dos estados e do Distrito Federal. Se, por um lado, estados como Bahia, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam bons resultados, devido ao seu histórico de décadas no desenvolvimento de agendas digitais, 15 dos 27 governos estaduais foram classificados como regulares ou ruins quanto à oferta de serviços digitais, sugerindo que há muito trabalho a fazer para termos um Estado brasileiro digital à altura da posição de 20º lugar mensurada no Índice da ONU.

Nesse sentido, o CONSAD, em parceria com a ABEP-TIC, tem desempenhado uma agenda prioritária e intensiva para apoiar e acelerar a Transformação Digital nos governos estaduais. Além das ações desenvolvidas em 2019, culminando com a conquista do prêmio internacional Global Public Service – Team of The Year, concedido pela Apolitical (Reino Unido), o GTD.GOV está desenvolvendo uma agenda intensa de 26 ações de articulação, cooperação, capacitação e apoio aos estados e Distrito Federal em prol da Transformação Digital, além da atuação

estratégica junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para a implementação da primeira linha de crédito voltada ao governo digital do Brasil, denominada Brasil Mais Digital.

“A realidade digital dos governos estaduais, distrital e municipais é muito diversa e, na maioria dos casos, não dialoga com a realidade do governo federal mensurada pelo Índice da ONU”

O Brasil digital que queremos passa pela construção de uma agenda comum e com o equilíbrio de prioridades da União, estados e municípios, tais como: (1) a priorização da pauta digital na reforma administrativa em tramitação no Congresso Nacional; (2) o aprimoramento da rede.GOV.BR, com a representatividade das três esferas do Estado brasileiro, poderá criar o *locus* adequado para esta agenda digital comum, fortalecendo as parcerias e o desenvolvimento de ações e alcance de metas que beneficiem todos os brasileiros, especialmente os que mais dependem dos serviços estaduais e municipais.

Com o GTD.GOV, o Consad tem dado a sua contribuição, atuando fortemente na identificação e priorização de demandas dos estados e do Distrito Federal, dialogando e construindo parcerias com as demais instituições públicas, organismos internacionais, instituições de fomento e da sociedade civil, cujos resultados começam a ser percebidos, em especial pelas recentes pesquisas de Mapeamento do Impacto da atuação do GTD.GOV na Transformação Digital dos Governos Estaduais e Distrital e demais pesquisas lançadas e em desenvolvimento.

A construção do Brasil digital que queremos depende de mais cooperação entre os entes federados.. Estamos fazendo a nossa parte, reforçando o compromisso do Consad com a Transformação Digital do Estado brasileiro. ●

Thiago Ávila é o atual coordenador técnico do Grupo de Trabalho para a Transformação Digital nos governos estaduais e distrital (GTD.GOV), pelo CONSAD, e atua como superintendente de Produção da Informação e do Conhecimento na Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas.



AMAPÁ AGENDA PERÍCIA MÉDICA POR VIDEOCONFERÊNCIA

OBJETIVO DA INICIATIVA É GARANTIR MAIS COMODIDADE AOS
FUNCIONÁRIOS ESTADUAIS E FEDERAIS A SERVIÇO DO ESTADO
E EVITAR AGLOMERAÇÕES NESTE PERÍODO DE PANDEMIA

Dentre os serviços oferecidos, destaca-se o de concessão de licenças para tratamento de saúde, autorização de viagem, licença por motivo de doença em pessoa da família e licença maternidade

Em razão da pandemia e das medidas de restrição de aglomeração de pessoas implantadas pelo governo do Amapá, a Secretaria da Administração (Sead) passou a adotar novos procedimentos para atender os servidores estaduais e federais à disposição do estado –do Ministério Público, Tribunal de Justiça e da Universidade Estadual do Amapá, que buscam atendimento de perícia médica.

Com a regulamentação da telemedicina, os atendimentos presenciais realizados no Núcleo de Perícia Médica (NPM/Sead) passaram a ser por meio de agendamento eletrônico diretamente no site da Secretaria, com os atendimentos por videoconferência.

“Estamos buscando diferentes formas de atendimento para mais comodidade dos servidores, na tentativa de colaborar com as campanhas de enfrentamento da Covid-19, evitando aglomerações, e o deslocamento dos servidores de suas residências, principalmente dos que estão acometidos de enfermidades, de forma a diminuir a exposição deles e proteger a vida. Mas existem algumas exceções que requerem atendimento presencial. Nesses casos, a Sead preparou um ambiente munido com os recursos e procedimentos de acordo com os protocolos de combate à Covid-19 estabelecidos pelos órgãos de saúde”, disse Regina Duarte, secretária-adjunta de Gestão de Pessoas da Sead.

REQUISITOS PARA AGENDAMENTO

Os agendamentos podem ser feitos no endereço eletrônico <https://sead.portal.ap.gov.br>, onde o requerente deve preencher o formulário eletrônico, seguindo algumas instruções predefinidas no guia do usuário, e anexar às documentações exigidas para o respectivo atendimento.

“A Sead vem inovando suas ações e modernizando seu parque tecnológico com investimentos em pessoas e com estratégias de governança desenvolvidas de forma compartilhada com outros estados, com

A Secretaria de Estado da Administração - SEAD passa a contar com o

agendamento eletrônico para a perícia médica!

Solicite através do portal

sead.portal.ap.gov.br

Clique no ícone da perícia médica no rol de navegação.



Preencha o formulário e anexe a documentação necessária.

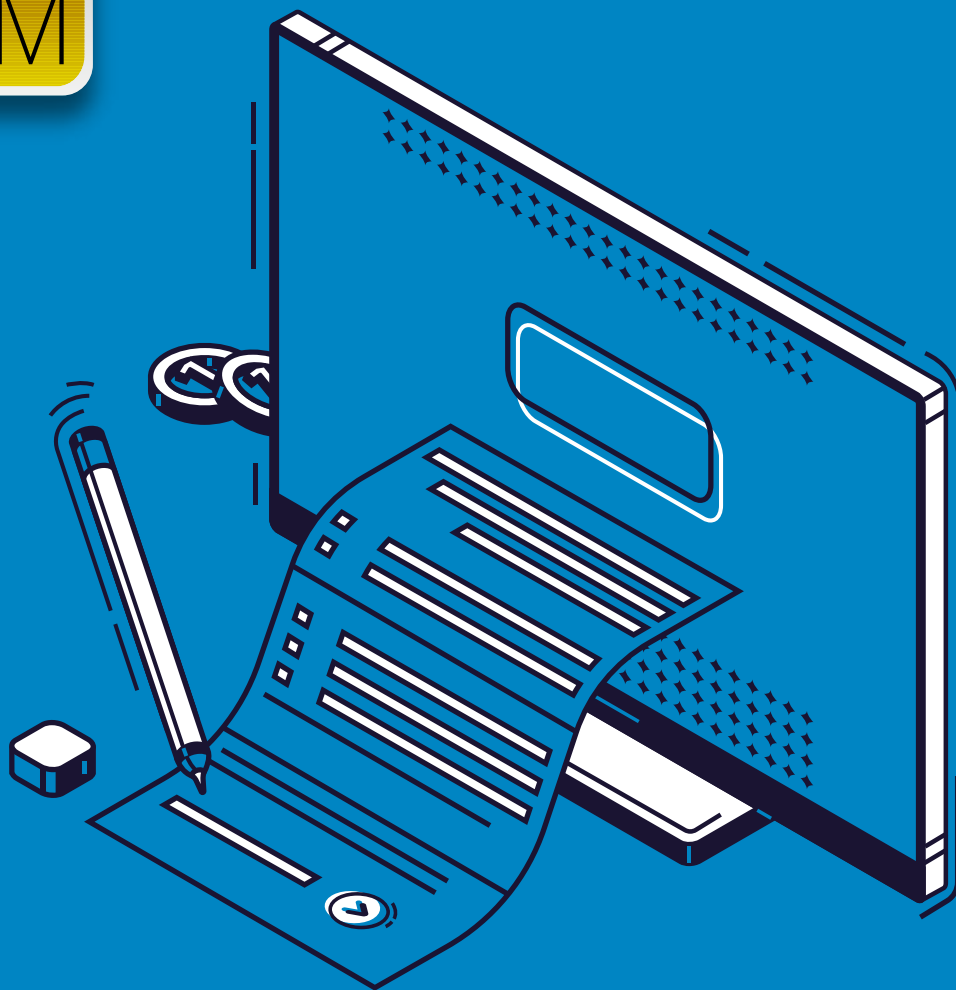


SEAD
SECRETARIA DA
ADMINISTRAÇÃO



AMAPÁ
GOVERNO DO ESTADO

técnicos participando nos Grupos de Trabalho (GT) instituídos pelo Consad. O Projeto da Perícia Médica é apoiado com soluções digitais, resultado das discussões no GT de Transformação Digital, que envolve a digitalização do legado de documentos, além do atendimento virtualizado. Este conjunto de ações tem o foco principal na melhoria dos serviços, no intuito de aliar a eficiência dos serviços com melhor aproveitamento dos recursos, oferecendo comodidade para os usuários e melhor estrutura aos servidores que atuam no atendimento ao público”, observa Suelem Amoras, secretária de Administração.



GESTÃO COM FOCO NA EFICIÊNCIA E NA SUSTENTABILIDADE

NOVO SISTEMA ELETRÔNICO A SER IMPLANTADO EM TODAS AS SECRETARIAS E ÓRGÃOS ESTADUAIS ELIMINARÁ O USO DE PAPEL E DARÁ AGILIDADE E ECONOMIA À TRAMITAÇÃO DOS DOCUMENTOS

TEXTO: ROSE MEDEIROS/ASCOM DA SEAD E DA SECOM
FOTOS: GABRIEL RETONDANO/SEAD E ARTHUR CASTRO/SECOM

Integrar a maior floresta tropical do mundo traz responsabilidades gigantescas para os gestores públicos do Amazonas. Quando assumiu a administração estadual, o governador Wilson Lima ressaltou em seu plano de trabalho a gestão pública com foco na sustentabilidade e na eficiência dos processos e dos serviços.

Para atender decisão do Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cetic/AM), por meio do Decreto nº 42.727, de 8 de setembro de 2020, o Sistema Integrado de Gestão Eletrônica de Documentos (Siged) foi oficializado pelo governador Wilson Lima como sistema oficial no âmbito do Poder Executivo estadual para prestar suporte tecnológico ao Sistema de Arquivos e Gestão de Documentos do Estado do Amazonas (Saged-AM), para autuação, produção, tramitação e consulta de processos administrativos eletrônicos no âmbito da administração pública do estado, tornando também mais eficiente, segura e econômica a comunicação entre os órgãos.

O SIGED

Desenvolvido e cedido, gratuitamente, pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) ao estado, o Siged teve seu crescimento iniciado em 2011, a partir do sistema disponibilizado pelo governo de Minas Gerais. Porém, a versão amazonense foi, completamente, customizada para a realidade da Sefaz-AM e dos órgãos estaduais e será evoluída conforme as necessidades dos órgãos e da administração pública estadual.

Com implantação gradativa, no prazo de oito meses, a utilização do Siged será obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração direta, autarquia e fundações, sendo facultativo às empresas estatais.

“Nossos técnicos da tecnologia da informação desenvolveram essa importante ferramenta de gestão, com a qual os processos são tratados de forma digital, o que confere maior segurança, além de eliminar o uso de papel e de trazer maior agilidade e economicidade à tramitação dos documentos, gerando, assim, mais eficiência aos serviços prestados à população”, informa Alex Del Giglio, secretário de Fazenda do Amazonas.

NÚCLEO GESTOR DO SIGED

No decreto, o governador Wilson Lima instituiu um Núcleo Gestor, formado pelas Secretarias de Administração e Gestão (Sead), à qual compete a coordenação e o monitoramento, e de Fazenda (Sefaz),



“Com a redução da emissão de documentação física, a gestão ganha modernidade, agilidade, transparência e credibilidade na administração pública”

Inês Carolina Simonetti, titular da Sead Amazonas.

assim como pela Empresa de Processamento de Dados do Amazonas S.A. (Prodam), responsável pela hospedagem e suporte técnico do sistema, garantindo a disponibilidade e a integridade das informações a serem processadas no Siged.

Ao Núcleo Gestor foram atribuídos o planejamento e o acompanhamento da implantação do Siged em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

TREINAMENTO CONTÍNUO

A Secretaria de Administração e Gestão do Amazonas (Sead), por meio de dotação específica, fará a gestão orçamentária e financeira da implantação, hospedagem, suporte e manutenção contínua do Siged por meio de contrato formalizado com a Prodam. Será a responsável pela elaboração e emissão de normas e diretrizes pertinentes à gestão de documentos e processos eletrônicos, pelo monitoramento da implantação e aderência do Siged nos órgãos, bem como disponibilizará treinamento para utilização do sistema aos servidores do estado.



“Além das normas e diretrizes para a gestão de documentos, a Sead disponibilizará e manterá treinamento contínuo do Siged por meio da Escola de Gestão e Aperfeiçoamento, a Esasp”, informa Inês Carolina Simonetti, secretária de Administração e Gestão do Amazonas. A titular da Sead destaca, ainda, que o Arquivo Público do Estado do Amazonas (Apeam), vinculado à secretaria, será responsável pela parametrização e atualização da classificação e avaliação arquivística.

A secretária observa que, com os órgãos públicos estaduais implantando o Siged, os principais ganhos são a celeridade e a segurança na tramitação dos processos para os usuários. “Com a redução da emissão de documentação física, a gestão ganha modernidade, agilidade, transparência e credibilidade na administração pública. O maior impacto será na redução de custos, com a economia de papel e de combustível, ampliando a sustentabilidade”, ressalta Simonetti.

CELERIDADE NA SAÚDE

O Siged já foi implantado em 100% das unidades de saúde da capital amazonense vinculadas à Secretaria de Estado de Saúde (SES-AM). Hospitais e prontos-socorros, Serviços de Pronto Atendimento (SPA), policlínicas, Centros de Atenção Integral à Saúde da

O Siged será implantado em todos os órgãos da administração pública do estado

Criança (Caic), Centros de Atenção Integral à Melhor Idade (Caimi), além da sede da secretaria, fundações, Central de Medicamentos e Central Unificada de Regulação e Agendamento, já estão utilizando o sistema de tramitação dos processos internos.

Além de garantir transparência e legalidade aos trâmites processuais, o Siged possibilita economia de recursos públicos – aproximadamente, R\$ 2,5 milhões, somente na SES-AM. Os recursos economizados deverão ser investidos em outras áreas. A celeridade processual é uma das maiores conquistas no setor de saúde. Cada processo digital é acompanhado de forma mais adequada por meio do Siged. Com os processos 100% digitais, o fluxo de pessoas em cada órgão diminui, contribuindo com o distanciamento social. ●



DESAFIOS E CENÁRIOS PARA A RETOMADA DA ECONOMIA BRASILEIRA PÓS-PANDEMIA

A enorme dimensão do choque econômico no mundo, provocado pela pandemia da Covid-19, está evidenciada nas quedas acentuadas dos PIBs da maioria dos países, no primeiro semestre de 2020.

As projeções feitas pelas instituições internacionais para os próximos anos também não são animadoras. Essa crise econômica e social que abalou o planeta pode ser comparada às vivenciadas na grande depressão, da década de 1930, e na crise financeira mundial, ocorrida em 2008.

A economia mundial, conforme previsão do Banco Mundial, terá uma contração de 5,2% em 2020. Essa queda deve ser mais acentuada entre as economias avançadas, onde a previsão é de que o PIB encolha 7%. A contração nos países emergentes e em desenvolvimento deverá ser de 2,5%, e uma queda de 3,6% na renda per capita em 2020. Em todo o mundo, a recessão deve registrar a maior proporção de economias com queda no PIB per capita desde 1870.

Em relação ao Brasil, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prevê uma queda do PIB de 6,5% em 2020. Essa previsão pessimista é devido às medidas de contenção da Covid-19, que causou uma queda acentuada nos investimentos e redução nos preços globais das *commodities*. Assinala na sua previsão que o crescimento da economia brasileira em 2021 deverá ser de 3,6%. Por sua vez, a previsão do mercado financeiro é de uma queda de 5% do PIB em 2020.

Assim, decorridos os nove primeiros meses, desde o início da divulgação pela China da notícia do surgimento do novo coronavírus, no final do mês de dezembro de 2019 – que se espalhou rapidamente por todo o planeta –, constata-se que, além da letalidade da doença, ela também é responsável por provocar um cenário de incertezas em relação às políticas e ações que cada país terá que implementar para enfrentar os problemas econômicos e sociais advindos da recessão econômica no pós-pandemia.

Mesmo nesse ambiente de incertezas, é relevante considerar, no esforço de desenhar cenários do

pós-pandemia da Covid-19, os seguintes fatores: a China, apesar da preocupação com uma segunda onda da doença, está saindo do confinamento e reabrindo as fábricas; o apoio dos bancos centrais, notadamente nos EUA e União Europeia, está sendo implementado de maneira consistente; a agilidade para dar liquidez ao mercado se mostra efetiva; as curvas de contágio do novo coronavírus estão ficando mais planas; e as intervenções governamentais estão produzindo efeitos positivos na estabilização da volatilidade do mercado financeiro.

Registre-se, conforme evidenciado nos dados analisados (IBGE, 02/09/20), que a retomada da economia brasileira pós-pandemia da Covid-19 não será fácil, visto que o país – que já vinha buscando se recuperar de um período recessivo da economia –, terá de superar os desafios do desemprego, aumento da pobreza, elevado número de falências e a necessidade de um mercado de crédito mais eficiente.

É preciso alertar que a recuperação da economia brasileira não poderá ser feita apenas com a participação do Estado, por meio de aumento dos investimentos públicos. Essa retomada vai necessitar da participação do setor privado nacional e de investidores externos. Para que isso ocorra é necessário que o governo federal, com a participação efetiva do Congresso Nacional, continue avançando com as reformas estruturais de que o país necessita, em especial a tributária e a administrativa. É importante, também, retomar a agenda de consolidação fiscal, notadamente a manutenção do teto de gastos, e realizar um amplo elenco de reformas pró-mercado, para aumentar a confiança no país e a segurança jurídica. ●

José Matias-Pereira é economista, advogado, doutor em Ciência Política pela Universidade Complutense de Madri (UCM-Espanha) e pós-doutor em administração pela Universidade de São Paulo (FEA/USP). É professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília. Autor, entre outros livros, de *Finanças Públicas*, 7. ed. GEN-Atlas, 2018.



INOVAÇÕES EM COMPRAS PÚBLICAS NO CENÁRIO DE PÓS-PANDEMIA

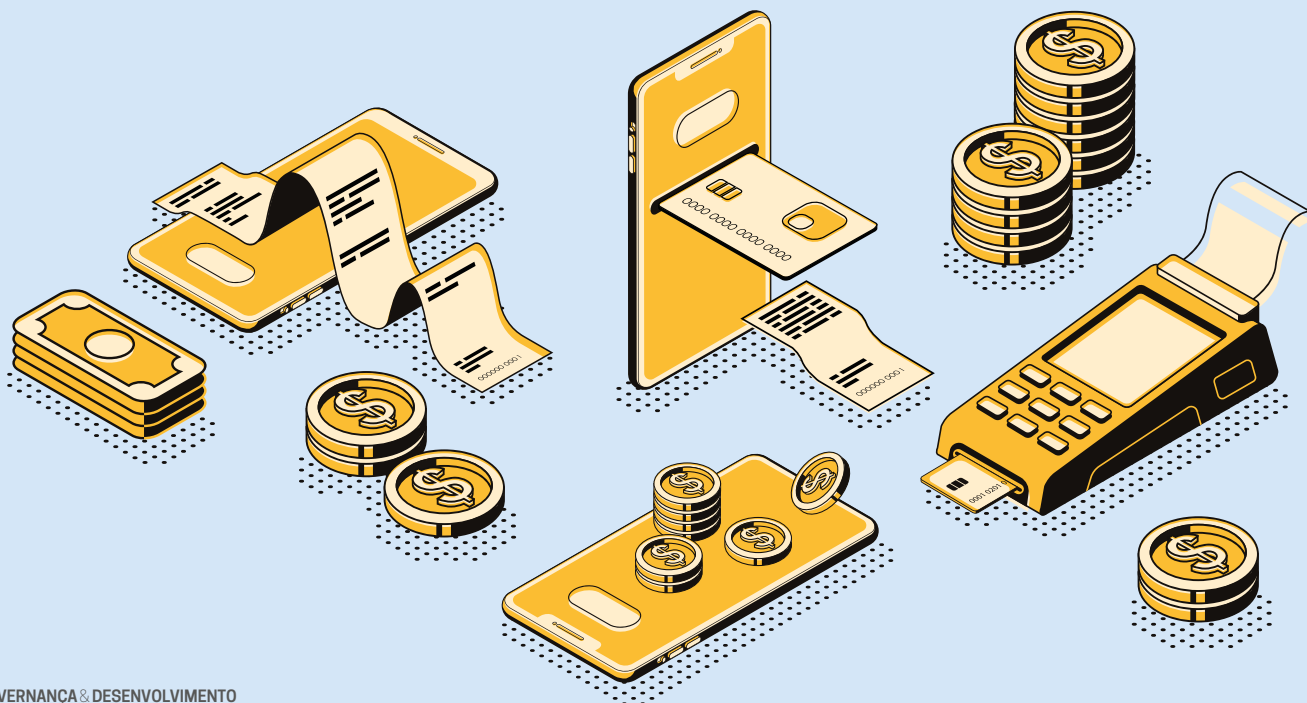
A pandemia do novo coronavírus transformou a sociedade e produziu impactos no panorama econômico mundial. A administração pública foi dotada de novos desafios que exigem as melhores práticas internacionais, assim como um incremento na segurança, competitividade e inovação.

O setor público vem de uma crise fiscal, primando por reforma administrativa. Anteriormente à pandemia, o Brasil estava focado em produção e desenvolvimento. Porém, o país não estava preparado para atender aos problemas atuais e as instituições – sejam públicas ou privadas – estão sendo desafiadas a repensar estratégias para obter resultados imediatos, sobretudo as públicas. Essa busca por solução é no menor tempo possível e com recursos mais escassos.

Para a administração pública, este é um cenário complexo. A maioria dos estados brasileiros se concentra, atualmente, nos desafios orçamentários pós-pandemia, ou seja, superar quedas na arrecadação, resultado de medidas sanitárias restritivas impostas pela Covid-19.

Neste ensejo de inovação, um dos vetores de oportunidade e desenvolvimento é o de compras públicas. A China, por exemplo, cresceu baseada em compras governamentais. Mesmo em países fortemente liberais, os governos são os maiores consumidores. Em consonância a esses fatores de sucesso, o Ministério da Economia formalizou em maio deste ano a intenção de aderir ao Acordo de Compras Governamentais (GPA, Government Procurement Agreement, na sigla em inglês). É um acordo plurilateral mantido pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Decisão já anunciada na reunião anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça).

A medida tem a intenção de alinhar o país ao regime de licitações das maiores economias do mundo. No plano internacional, o Acordo sobre Compras Governamentais (GPA) estabelece para os países signatários uma série de compromissos em matéria de transparência e acesso aos mercados nacionais de compras públicas. Atualmente, são 48 os países signatários do GPA, incluindo Estados Unidos, Canadá, União Europeia, Oceania, Reino Unido, entre outros.



O GPA concentra parâmetros mais rígidos e eleva a transparência nos processos de compras públicas, promovendo a não discriminação de fornecedores nacionais e estrangeiros. Com a adesão, o Brasil vai integrar empresas brasileiras ao mercado de compras governamentais dos países participantes do GPA. Como benefício, despertará o interesse de fornecedores estrangeiros no mercado de compras brasileiro. O país também poderá participar de licitações no exterior, facilitando o acesso a novas metodologias e tecnologias inovadoras em áreas/setores em que é carente. No acordo há limites de entidades, bens e patamares para não prejudicar o mercado brasileiro.

O governo do Amazonas, antes mesmo da pandemia, já debatia no Centro de Serviços Compartilhados (CSC), antiga Comissão Geral de Licitação (CGL), mecanismos de transparência, com o objetivo de garantir a regularidade e a correta aplicação dos recursos públicos no estado. Implantou, em 2019, o Programa de Integridade para Empresas Privadas, visando a atender à Lei estadual nº 4.730/18.

O Amazonas, após reuniões técnicas e com o aval do governador Wilson Lima, está numa segunda etapa, produzindo a documentação necessária para o Ministério da Economia. A divisão de compras da CSC já participa do grupo de entes subnacionais (estados e municípios) no projeto de adesão ao GPA.

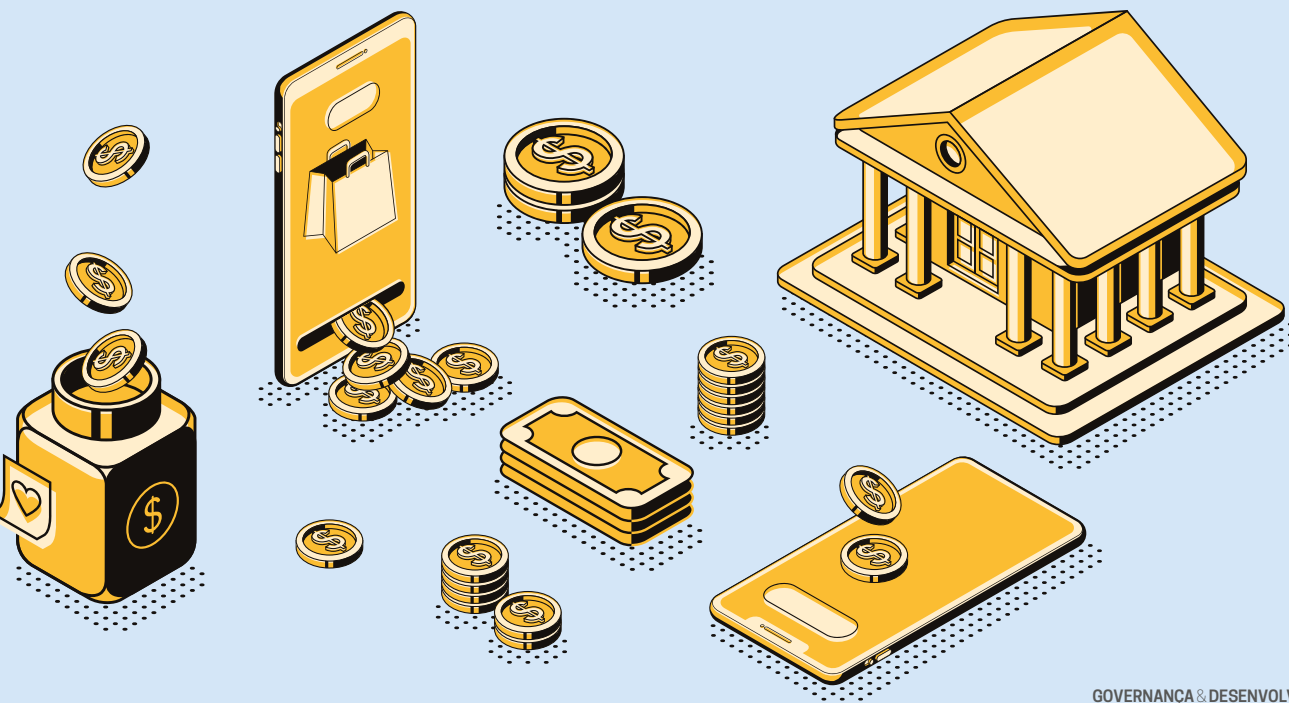
Assim como eliminar barreiras e reduzir a discriminação nas compras governamentais de produtos e serviços entre os países integrantes, o GPA também objetiva aumentar a eficiência. Segundo o Ministério da Economia, o tratado traz impactos positivos

“O GPA também objetiva aumentar a eficiência, assim como eliminar barreiras e reduzir a discriminação nas compras governamentais de produtos e serviços entre os países integrantes”

no fomento de boas práticas de governança nas licitações e contribui para o aumento da concorrência entre os fornecedores, tanto de bens como de serviços.

E aumentar a eficiência na administração pública é uma das metas do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), além de aliar os estados no intercâmbio de conhecimentos e troca de experiências, promovendo a transparência no uso dos recursos públicos. Estamos desafiados nesse novo horizonte. ●

Inês Carolina Simonetti é vice-presidente do Consad e secretária de Administração e Gestão (Sead) do Amazonas.





AOS 25 ANOS, SAC REGISTRA NÚMEROS QUE IMPRESSIONAM

PREMIADO PELA ONU, PROGRAMA QUE VIROU REFERÊNCIA PARA OUTROS PAÍSES FEZ 215 MILHÕES DE ATENDIMENTOS. NÚMERO DE UNIDADES INAUGURADAS CRESCEU 220% NOS ÚLTIMOS 13 ANOS

TEXTO: ASCOM

O SAC já tem 80 unidades no estado, entre elas três carretas do SAC Móvel

Data de aniversário que se preze não pode passar em branco. Com o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) não poderia ser diferente. Referência no serviço público na Bahia e no Brasil, a Rede SAC completa 25 anos de sua inauguração. De lá para cá, foram realizados mais de 215 milhões de atendimentos, sendo 4,2 milhões com o SAC Móvel.

Em números absolutos, o SAC impressiona mesmo. Pioneiro nesse formato de atendimento ao público no país, do primeiro posto, no bairro do Comércio, ao mais recente Ponto SAC, inaugurado em Vera Cruz, na Ilha de Itaparica, já são 80 unidades no estado, considerando-se as três carretas do SAC Móvel.

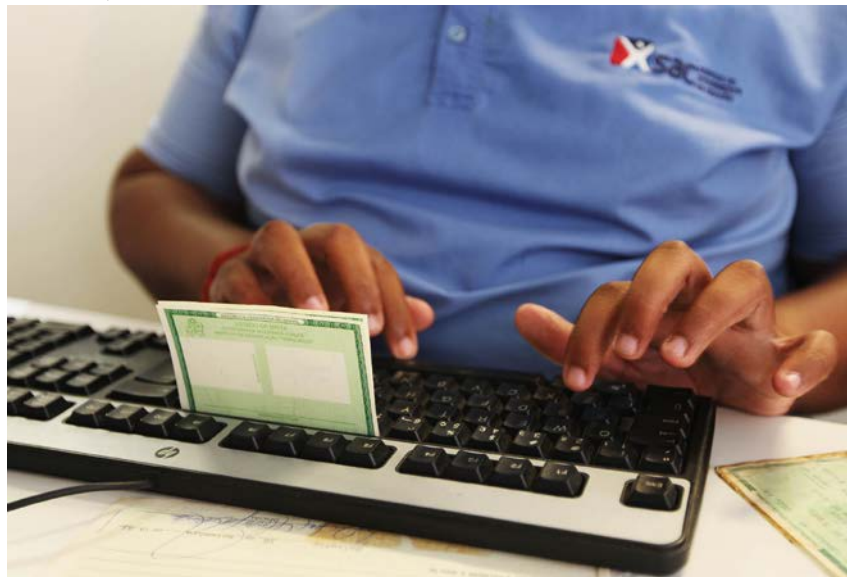
O pedido de emissão de Certificado de Antecedentes Criminais lidera os serviços mais demandados, com mais de 11 milhões de solicitações, seguido de perto pela segunda e demais vias do Registro Geral (RG), que somam, juntas, 9,1 milhões de solicitações. Em terceiro lugar aparece a pesquisa por vaga de emprego no Sine Bahia, com 7,2 milhões de atendimentos.

Quanto aos 16 postos na capital e Região Metropolitana de Salvador (RMS), o que registrou mais atendimentos computados nessas duas décadas e meia foi o SAC Barra, com quase 22 milhões. Entre os 21 postos no interior e 40 Pontos SAC, a liderança no quesito quantidade de atendimentos é do SAC Feira I, com, aproximadamente, 10 milhões.

Um grande diferencial do SAC nos últimos anos é a expansão da rede, principalmente no interior. De 2007 a 2020, a rede passou de 25 unidades para 80, um crescimento de 220%. Dessas 55 novas unidades em 13 anos, 40 foram os denominados Pontos SAC. De 2015 a setembro de 2020, foram inaugurados 23 deles. “São unidades mais compactas, situadas em municípios do interior, estruturadas para atender às demandas de populações que tinham dificuldade em conseguir documentos básicos de cidadania”, destaca o secretário da Administração, Edelvino Góes. A Rede SAC já está presente em 63 municípios da Bahia.

Ao longo dessas duas décadas, o modelo de prestação de serviço da Secretaria da Administração do Estado se tornou referência e hoje é adotado em 24

CAROL GARCIA / GOVBA



estados brasileiros, no Distrito Federal e em países como Portugal, Colômbia e República Dominicana, além de ter rendido prêmios de reconhecimento internacional ao órgão, como um da Organização das Nações Unidas

SERVIÇO DIGITAL

O avanço tecnológico, tão presente no cotidiano das pessoas, sempre esteve na realidade do SAC. Atualmente, o atendimento em qualquer posto da rede é feito por agendamento por meio do SAC Digital. “O atendimento por hora marcada traz mais comodidade e facilidade ao cidadão, que só precisa chegar ao posto com apenas 15 minutos de antecedência do horário previsto, sabendo que não vai enfrentar filas e desgastes. Por isso, decidimos implantá-lo em toda a rede”, afirma Góes. Além de agendar os serviços presenciais em postos SAC na Bahia, o SAC Digital disponibiliza serviços públicos pela Internet acessáveis pelo computador ou celular.

A plataforma eletrônica disponibiliza, atualmente, 295 serviços, sendo 32 totalmente digitais, resolvendo tudo pela Internet. Apenas entre janeiro e agosto de 2020, o SAC Digital já realizou mais de 1,1 milhão de serviços públicos completamente on-line. Para ter acesso à plataforma, basta digitar o endereço www.sacdigital.ba.gov.br na Internet ou baixar o aplicativo disponível para Android e iOS, seguindo o passo a passo para cadastro. Para outras informações, a Saeb ainda disponibiliza, além do site institucional do SAC, a central de chamadas (ou *call center*, em inglês) 0800 071 5353 ou 4020-5353. ●



GOVERNO DIGITAL MUDA RELAÇÃO ENTRE O CIDADÃO E O ESTADO

CEARÁ AVANÇA NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E AMPLIA OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS À POPULAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL TAMBÉM SE BENEFICIA COM A OTIMIZAÇÃO DOS GASTOS

TEXTO: DHÁFINE MAZZA

O uso da tecnologia para aumentar a oferta de serviços digitais para a população tem sido uma das prioridades do governo do Ceará. O estado, por meio do programa Governo Digital, está transformando a forma como o cidadão se relaciona com a administração pública e melhorando os processos de trabalho executados pelos seus colaboradores.

Conduzido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), pela Casa Civil (por meio do Íris, Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Ceará), pela Controladoria e Ouvidoria Geral (CGE) e órgãos

gestores dos negócios, o Governo Digital contará com crédito de US\$ 30 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do programa Brasil +Digital, iniciativa da organização financeira para ofertar apoio técnico e financeiro aos estados e municípios para que eles planejem e implementem suas iniciativas de Transformação Digital.

“O governo do estado do Ceará manifestou interesse em aderir ao Brasil +Digital. Essa manifestação foi aprovada pelo BID e, agora, o Ceará irá apresentar uma carta-consulta para aprovação e assinatura do governador Camilo Santana e posterior submissão à Comissão de Financiamento Externo (Cofix), no Ministério da Economia.

O documento está sendo elaborado pelo estado do Ceará, por meio da Seplag, em parceria com o Ministério Público Estadual. A expectativa é de que o primeiro desembolso ocorra em 12 meses, mas alguns investimentos poderão ser iniciados a partir da aprovação do acordo de empréstimo pelo Senado Federal”, afirma o secretário do Planejamento e Gestão do Ceará, Ronaldo Borges.

Ele conta que, entre as informações contidas na carta-consulta, estão os projetos realizados no âmbito do Governo Digital, incluindo a ampliação e modernização do Cinturão Digital, implantação de um centro de excelência em inovação digital, formação de empreendedores públicos, digitalização de serviços e processos e segurança de dados, dentre outros.

FACILIDADE PARA O CIDADÃO

Entre os projetos do programa Governo Digital está o Portal Único de Serviços, por meio do qual o cidadão poderá utilizar os diferentes serviços oferecidos pelo estado em um só local, como emissão de documentos e marcação de consultas, usando uma identificação única para realizar o acesso.

“O objetivo é tornar mais ágil, simples e prático o relacionamento do cidadão com o estado, possibilitando que os serviços sejam prestados de forma integrada pelos diferentes órgãos, sem a necessidade de o cidadão ter mais de um usuário e senha. Essa mudança, sem dúvida, vai melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo estado à população e trará benefícios para a administração pública, como a otimização dos gastos e a disponibilidade de dados e informações íntegras e seguras que poderão ser utilizadas para implementar ou melhorar as políticas públicas”, explica o secretário Ronaldo Borges.

Com o Portal Único de Serviços e o Ceará App, o cidadão não precisará mais sair de casa para ir até

um órgão ou entidade da administração pública estadual emitir um documento ou ter acesso a determinada informação, por exemplo. Tudo poderá ser feito por meio do computador ou do smartphone. No entanto, para garantir o atendimento dos cidadãos que tiverem alguma dificuldade para acessar os canais digitais, serão mantidos e também modernizados os pontos para atendimento presencial.

Ainda não há data para o lançamento do Portal Único de Serviços, mas, até o fim do ano, outro projeto do programa Governo Digital sairá do papel. Trata-se do projeto Papel Zero, que consiste na digitalização dos processos da administração pública estadual. “Estamos finalizando a primeira fase do desenvolvimento da solução que tornará possível a tramitação virtual dos processos administrativos e documentos do governo. A previsão é de que a implantação dessa primeira fase do projeto de digitalização de processos seja iniciada em janeiro do próximo ano”, diz o secretário, destacando que o Papel Zero trará celeridade e agilidade na tramitação dos processos, além de melhorar a transparência.

GOVERNO NA PALMA DA MÃO

Atualmente, algumas iniciativas realizadas no âmbito do Governo Digital já estão disponíveis para a população, como o Ceará App, aplicativo para smartphone que reúne uma série de serviços prestados à população e que está disponível para os sistemas iOS e Android.

Desenvolvido pelo Íris – Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Ceará, o aplicativo foi lançado no início deste ano, oferecendo, inicialmente, serviços na área da saúde que se tornaram fundamentais durante o isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19. Desde então, foram incorporados ao aplicativo diversos serviços de áreas que vão da agricultura familiar à ouvidoria, colocando na palma da mão dos cidadãos tudo o que eles mais precisam em relação a atendimento e serviços prestados pelo estado.

“O Governo Digital promoverá uma verdadeira transformação no serviço público do Ceará. Também estão sendo trabalhados projetos como o Big Data Ceará, o compartilhamento de dados, o desenvolvimento de competências dos colaboradores para a Transformação Digital e a integração dos diversos canais de atendimento ao cidadão, além da adequação do governo à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)”, afirma a coordenadora de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação da Seplag, Evelise Braga. ●



SECRETARIA DE ECONOMIA DO DF JÁ É 100% DIGITAL

COM A PANDEMIA DE COVID-19, O ISOLAMENTO SOCIAL E O TRABALHO REMOTO, PASTA PASSA A OFERECER TODOS OS SERVIÇOS ONLINE. PORTAL DA RECEITA REÚNE MAIOR PARTE DELES: 430 SERVIÇOS

AGÊNCIA BRASÍLIA

A notícia já seria boa. Mas, em tempos de pandemia do novo coronavírus, é ainda melhor. Todos os serviços oferecidos pela Secretaria de Economia à população estão disponíveis on-line. Ou seja, o cidadão não precisa mais sair de casa para resolver pendências com o GDF (Governo do Distrito Federal). Basta acessar o computador, celular ou tablet.

Só no portal da Receita, que concentra a maior parte dos serviços, são cerca de 430 serviços on-line. Os mais acessados pelos cidadãos são os relacionados a IPTU e IPVA. Já para pessoas jurídicas, os mais procurados são os processos relacionados a ISS e ICMS. Além deles, serviços relacionados ao Microempreendedor Individual (MEI) e ao Nota Legal também são campeões de acesso.

Oferecer todos os serviços por meio digital é um grande passo para dar mais conforto e rapidez ao cidadão, que pode acessá-los de qualquer lugar. “É um importante avanço, especialmente em uma época de pandemia”, avalia o secretário de Economia, André Clemente. “Essa evolução significa oferecer atendimento melhor e mais inteligente ao cidadão, além de gerar economia para o governo e mais qualidade de vida para os servidores”, acrescenta o secretário.

A Secretaria de Economia reúne os serviços das antigas Secretarias de Fazenda e de Planejamento, Orçamento e Gestão. Um passo importante para a transformação digital foi a unificação dos portais institucionais, que, hoje, estão no endereço único: <<http://economia.df.gov.br/>>. A arquitetura da informação foi melhorada e, agora, tem foco na experiência do usuário. Além disso, a navegação pelo site foi otimizada, o que a deixou mais fácil, intuitiva e objetiva.

O processo de transformação digital já estava em curso, como uma meta do Governo do Distrito Federal. A pandemia do novo coronavírus antecipou em pelo menos três meses. Mesmo com as agências da Receita fechadas pela necessidade de isolamento social, os cidadãos podem ser atendidos pelo site, com mais praticidade e segurança.

Todas as mudanças tornam a Secretaria de Economia mais transparente, pois disponibiliza, de forma fácil e rápida, os dados da Administração Pública, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação do Distrito Federal. O cidadão terá não apenas mais facilidade para navegar no site, mas também perceberá mais transparência e confiança ao gerar boletos e inserir dados cadastrais. ●



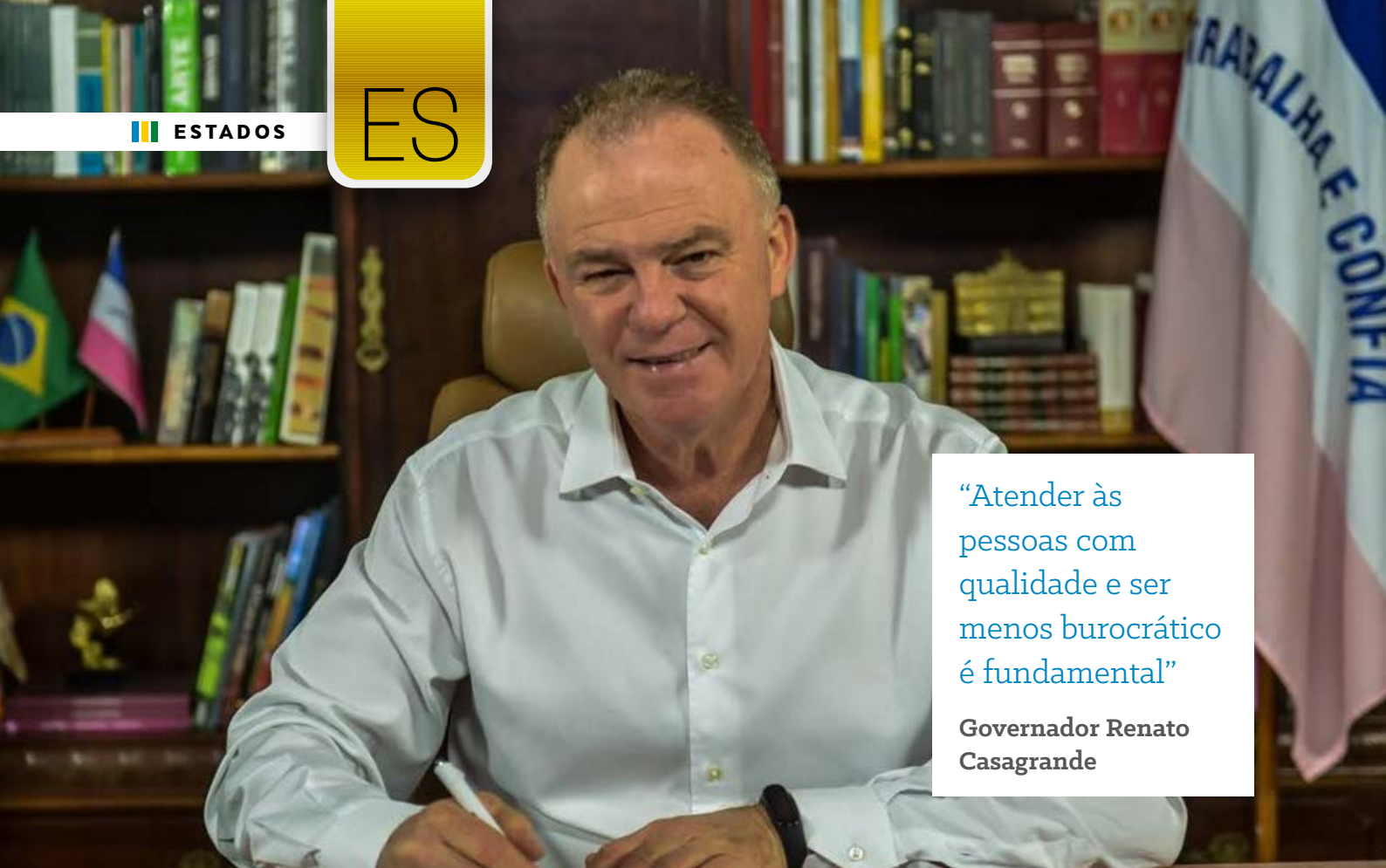
“Essa evolução significa oferecer atendimento melhor e mais inteligente ao cidadão, além de gerar economia para o governo e mais qualidade de vida para os servidores”

André Clemente,
secretário de Economia do DF

IPTU E IPVA SÃO OS MAIS PROCURADOS

Só no portal da Receita, que concentra a maior parte dos serviços, são cerca de 430 serviços online. Os mais acessados pelos cidadãos são os relacionados a IPTU e IPVA. Já para pessoas jurídicas, os mais procurados são os processos relacionados a ISS e ICMS. Além deles, serviços relacionados ao Microempreendedor Individual (MEI) e ao Nota Legal também são campeões de acesso.





“Atender às pessoas com qualidade e ser menos burocrático é fundamental”

Governador Renato Casagrande

ESPÍRITO SANTO AMPLIA TELETRABALHO E A OFERTA DE SERVIÇOS DIGITAIS

AS AÇÕES INTEGRAM O CONJUNTO DE MEDIDAS PARA MODERNIZAR AS ROTINAS DE TRABALHO E A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, sancionou, recentemente, a Lei Complementar nº 955/2020, que altera os regimentos do teletrabalho para os servidores públicos estaduais, possibilitando o fortalecimento desse regime no serviço público. Casagrande decretou, ainda, novas medidas de transformação digital, métodos de trabalho, integração, agilidade e colaboração nos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

As iniciativas consideram fatores como a qualidade de vida dos servidores, o aumento da produtividade, a redução de custos administrativos e as ferramentas tecnológicas disponíveis para a melhoria nas relações de trabalho e no atendimento aos cidadãos.

Dentre as modificações no regime de teletrabalho (Lei Complementar nº 874/2017), estão a ampliação do público a que ela se destina e o aperfeiçoamento de regras, incluindo as que definem os perfis de servidores aptos. O Decreto nº 4.712- R/2020, por sua

TEXTO: VITOR POSSATTI / ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA SEGER
FOTOS: VITOR POSSATTI E HELIO FILHO



“Queremos fortalecer o teletrabalho no serviço público”

Secretária Lenise Loureiro

COMPARTILHAMENTO

As reuniões e os eventos realizados pelos órgãos e entidades devem, preferencialmente, ser realizados por meio de plataforma on-line de comunicação, proporcionando, assim, redução de custos com deslocamento, bem como a otimização da jornada de trabalho.

Foi instituída, ainda, no âmbito do Poder Executivo estadual, a gestão compartilhada da frota de veículos, abrangendo tanto os próprios quanto os originados de contratos de locação. O objetivo é organizar e otimizar os recursos despendidos na utilização, aquisição ou locação de automóveis, com intensificação do uso de forma inteligente.

Além disso, as secretarias e autarquias localizadas na mesma edificação ou em perímetro no qual a medida se mostre vantajosa devem disponibilizar até 50% da frota remanescente de seus veículos próprios e/ou locados para a utilização compartilhada entre si.

FOMENTO AO TELETRABALHO

Os órgãos e entidades já estão implantando o teletrabalho com a definição dos setores e/ou áreas nas quais essa modalidade será empregada, conforme necessidades e peculiaridades próprias. As informações qualitativas e quantitativas são divulgadas em sítio eletrônico.

O exercício funcional em teletrabalho pode ser pactuado tanto em caráter contínuo quanto em modalidade híbrida, com revezamento entre jornadas presenciais e remotas. Para fins de operacionalização e gestão do regime, foram instituídos o Escritório Central e as Comissões Locais de Teletrabalho.

“Com a experiência do trabalho remoto obrigatório, no início da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), foi avaliado que diversas áreas do governo do estado se adaptaram bem, mantendo e até elevando a produtividade. Por isso, queremos fortalecer o teletrabalho no serviço público, aumentando sua abrangência. Nossa meta é a de que, até o fim de 2020, 10% dos servidores aptos passem a atuar, exclusivamente, nessa modalidade, podendo chegar ao limite máximo de 25% previsto em lei”, destacou a secretária Lenise Loureiro. ●

vez, estabelece medidas aos órgãos estaduais com base em três macro-eixos: Serviços Públicos Digitais; Mobilidade e Comunicação Interinstitucional; e Modernização e Fomento ao Teletrabalho.

SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS

Para promover a ampliação da oferta de serviços aos cidadãos por meios integralmente digitais, de forma ágil, segura e simplificada, foi instituído um canal centralizador dos serviços prestados pelos órgãos e entidades do governo do estado. Eles deverão cadastrar todos os serviços disponíveis em plataforma digital, sob suas responsabilidades, no Portal de Serviços Digitais até dezembro deste ano.

O objetivo da medida é facilitar a vida do usuário, disponibilizando um portal amigável, com leiaute atrativo e que reúna o máximo de informações sobre os serviços do governo, de forma clara e acessível. Para os serviços providos, exclusivamente, em meio presencial, deverá ser elaborado um plano de trabalho para disponibilização deles em meio digital.

“Queremos aproximar a sociedade dos serviços ofertados pelo governo do estado. Tudo o que temos de digital estará em uma só plataforma para facilitar a vida do usuário. Queremos economizar dinheiro, energia, proteger o meio ambiente e ter eficiência na prestação do serviço público. O cidadão capixaba terá serviços mais rápidos. Estamos, desde o início da administração, facilitando a vida das pessoas e ter essa capacidade interna de atendê-las com qualidade e ser menos burocrático é fundamental”, afirmou o governador Renato Casagrande.

Lenise Loureiro, secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, diz que a transformação digital é um caminho sem volta. “Cada vez mais as organizações colocam a estratégia digital como um dos pilares para melhorar a experiência do cidadão na relação com a prestação do serviço público. A mudança no governo do estado foi iniciada antes da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e, a partir desse cenário, nossas ações foram intensificadas”.



JUNIOR GUIMARÃES

GOIÁS DEMOCRATIZA O ACESSO DA POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

MODERNIZAÇÃO E DINAMISMO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS, COM MODELO ÚNICO EM TODO ESTADO, GARANTE TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Modernizar, simplificar a gestão, inovar na prestação dos serviços e multiplicar os canais de atendimento para bem servir ao cidadão são prioridades do governador de Goiás, Ronaldo Caiado.

Muito já foi feito, desde janeiro de 2019, para tornar o estado mais dinâmico. Recentemente, o governo de Goiás deu mais um passo nesse sentido ao instituir a Política Estadual de Atendimento ao Cidadão e criar o Programa Simplifica Goiás. Aprovado pelos deputados na Assembleia Legislativa, este programa estabelece um modelo único de prestação de serviços para todo o estado.

TEXTO: FABRÍCIO ARRUDA / SEAD-GO

O lema do Palácio das Esmeraldas é a racionalização da máquina administrativa e o zelo com o dinheiro do contribuinte

As duas iniciativas ampliam canais de relacionamento com o usuário em unidades presenciais, balcões de atendimento, terminais de auto-atendimento, sítios eletrônicos, aplicativos, mídias sociais, centrais telefônicas ou qualquer outro meio que permita à população fazer solicitações e obter informações sobre serviços públicos ofertados pelo governo.

Com a proposta, o estado reconhece as atividades de atendimento ao cidadão como atribuições primordiais de toda a administração pública estadual, solidificando a determinação do chefe do Executivo de propor soluções que dialogam com as necessidades da população. A agenda de transformação dos serviços, juntamente à promoção de gestão integrada e simplificada da administração, são prioritárias e evidenciam o propósito do governador de elevar Goiás ao modelo de gestão que cumpre a finalidade de servir ao cidadão com transparência e qualidade.

OUTROS AVANÇOS

Dentre outros avanços, o programa prevê a criação do Conselho de Usuários dos Serviços Públicos do Estado de Goiás, mais uma ferramenta para assegurar o controle social por parte do cidadão. Com a transformação em curso, principalmente por intermédio da integração com plataformas digitais, Goiás reduzirá gastos e dará mais um passo na racionalização da máquina administrativa e na implantação de um atendimento mais ágil e descomplicado, evidenciando o zelo com o dinheiro do contribuinte.

Bruno D'Abadia, secretário da Administração de Goiás (Sead-GO), destaca que o Simplifica Goiás engloba, estrategicamente, as ações de todas as pastas, endossando o aperfeiçoamento da gestão e da prestação de serviços pelos órgãos estaduais. O titular da Sead esclarece que a evolução do projeto se dará por meio dos Planos de Melhoria do Simplifica (PMS) setoriais e passará por monitoramento periódico com o uso dos Indicadores de Maturidade da Gestão e dos Serviços.

SEAD/Goiás



“Estamos fortalecendo a política do governo de desburocratizar e de simplificar o acesso dos goianos aos serviços estaduais. É mais um passo rumo à desburocratização, integração e à modernização da forma como o estado se relaciona com os usuários, com os cidadãos”

Bruno D'Abadia, secretário da Administração de Goiás

A medida funcionará para que os órgãos estejam alinhados às ações propostas pelas estruturas centrais de gestão estaduais, que englobam compras públicas, gestão de contratos, patrimônio mobiliário e imobiliário, atendimento ao público, transformação e digitalização dos serviços, gestão e desenvolvimento de pessoas, dentre outros.

D'Abadia reiterou o compromisso do governador de inaugurar um novo formato de atendimento ao cidadão. “Estamos fortalecendo a política do governo de desburocratizar e de simplificar o acesso dos goianos aos serviços estaduais. É mais um passo rumo à desburocratização, integração e à modernização da forma como o estado se relaciona com os usuários, com os cidadãos”, completou.

A Secretaria da Administração, em parceria com os demais órgãos do estado, tem se debruçado nas soluções rápidas e eficazes que lidimem a uma das principais diretrizes encampadas pela gestão do governador Ronaldo Caiado: transformar e democratizar o acesso do cidadão aos serviços públicos. ●



PLANO OTIMIZA E DÁ AGILIDADE ÀS COMPRAS PÚBLICAS

INICIATIVA COMPÕE O ROL DE AÇÕES ESTABELECIDAS PELO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO E EXECUTADAS PELA SEGEP PARA MELHORIA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

O governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Gestão e Planejamento (Segep), trabalha fortemente no Projeto de Plano Anual de Compras, que visa a otimizar as compras públicas com um planejamento mais assertivo e mais condizente com a realidade da gestão, corroborando com a celeridade aos procedimentos, visto que já se conhece o que será comprado, permitindo transparência ao cidadão e, aos licitantes, oportunidade de se prepararem com antecedência para atender o estado.

Desde o início do governo Flávio Dino, esse trabalho de criar cenários, transparência, agilidade e ampliar possibilidades para os licitantes vem sendo pensado e realizado. O governo do estado implantou o Portal de Compras Governamentais e agora vem estabelecer o Planejamento Anual das Compras Públicas.

TEXTO: AGÊNCIA DE NOTÍCIAS-MA

O Plano Anual de Compras disponibilizará antecipadamente a quantidade de produtos e serviços que poderão ser adquiridos no próximo ano, consolidando todas as demandas da Administração para o exercício financeiro subsequente, com informações sobre a quantidade de itens que serão licitados, previsão da data do processo, além da estimativa do valor a ser gasto.

De acordo com a secretária Flávia Alexandrina, “o Plano Anual de Compras Públicas, além de promover a normatização e estimular o planejamento das aquisições públicas pelo gestor de compras de cada órgão, estabelecerá os parâmetros que nortearão os futuros processos de aquisições de bens e contratação de serviços comuns. Com a consolidação das demandas dos diversos órgãos, pretendemos antecipar suas necessidades e, a partir daí, elaborar estudos e projetos que garantam a regularidade, continuidade, qualidade e segurança das compras públicas, em especial os realizados principalmente por meio do Sistema de Registro de Preços”.

Fruto de uma gestão comprometida com resultados, a institucionalização do Plano Anual de Compras compõe o rol de ações estabelecidas pelo governo do estado e executadas pela Segep para melhoria e modernização da gestão pública. Ele se propõe a identificar oportunidades de otimização dos recursos disponíveis e de aprimoramento dos processos de trabalhos relacionados às compras públicas.

VANTAGENS

Com a elaboração do Plano Anual será possível um mapeamento do comportamento de consumo dos órgãos, onde materiais/itens adquiridos em quantidades significativas tendem a ser obtidos pelo menor preço e com maior qualidade. Isso possibilitará ainda a aquisição de produtos no tempo certo e em quantitativos adequados, facilitando a organização de cada órgão em termos de logística de aquisição/utilização.

Possibilitará também o fortalecimento das políticas voltadas para determinados setores da economia, como, por exemplo, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas compras públicas, propiciando um melhor planejamento das empresas, o que será refletido na qualidade dos itens e serviços prestados, haja vista a possibilidade de antecipação da demanda e padronização dos itens a serem adquiridos.

Permite a racionalização dos recursos, economia em escala, redução de compras emergenciais, otimização dos processos licitatórios, prevenção diante dos vencimentos contratuais, dentre outros

Com a elaboração do Plano Anual, materiais/itens adquiridos em quantidades significativas tendem a ser obtidos pelo menor preço e com maior qualidade

benefícios importantes para o desenvolvimento do estado do Maranhão.

ELABORAÇÃO DO PLANO

A primeira etapa da elaboração do Plano Anual de Compras consiste na definição de uma agenda, definindo as datas-limites, e no levantamento de necessidades junto às unidades gestoras responsáveis pela identificação das demandas dos diversos órgãos do estado.

As informações serão alimentadas diretamente no Sistema de Plano Anual de Compras e os dados a serem lançados compõem-se basicamente das estimativas de demanda por materiais e serviços necessários para as atividades regulares do órgão ou entidade e o alcance das metas previstas no Plano Plurianual; a programação das aquisições, com respectivos cronogramas e demonstrativos de quantidades, e a previsão do dispêndio financeiro e informações relativas às dotações orçamentárias às contas das quais ocorrerá o gasto.

Esses dados deverão ser analisados e compilados levando-se em conta a agregação de demandas da mesma natureza, devendo estes estar alinhados aos objetivos estratégicos e diretrizes do órgão, realizando-se, se necessária, a adequação e, após isso, submetendo a posterior aprovação pelo Ordenador de Despesas, com a consequente construção do calendário de licitação do órgão.

O Plano Anual de Compras será aprovado pelo ordenador de despesas ou pela autoridade competente do órgão ou entidade e, posteriormente, encaminhado à Segep.

DIVULGAÇÃO DO PLANO

A Segep, após consolidados todos os planejamentos dos órgãos, publicará no Portal de Compras Governamentais e/ou nos sites oficiais dos órgãos a relação dos itens e seus respectivos quantitativos até o último dia de cada ano, de modo a conferir maior previsibilidade às compras que o estado planeja efetuar, o que permitirá ao fornecedor interessado se antecipar e melhor programar a sua oferta de produtos, o que contribui para obtenção de melhores condições de negociação para ambas as partes. ●

REINALDO AZAMBUJA



“É POSSÍVEL DESENVOLVER E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE”

GOVERNADOR DO MATO GROSSO DO SUL MOSTRA QUE A TECNOLOGIA E A SUSTENTABILIDADE ANDAM DE MÃOS DADAS NO ESTADO

Recentemente o Mato Grosso do Sul deu importantes passos na Transformação Digital, como o lançamento da plataforma Detran Digital. A digitalização é sinônimo de gestão mais eficiente? Quais os benefícios da Transformação Digital para a realidade do estado?

Mais de 50 serviços públicos podem ser acessados por meio de plataformas e aplicativos desenvolvidos pelo governo do estado, reunidos no programa MS Digital. Dá para fazer de consulta no Detran a registro de boletim de ocorrência na polícia. São serviços que podem ser acessados na tela do celular. O objetivo é facilitar o atendimento à população, permitindo ao cidadão resolver a sua vida sem precisar sair de casa. É um programa que já estávamos construindo há algum tempo, cujo lançamento antecipamos por causa da pandemia. O Detran Digital é uma das plataformas integradas, com serviços como a CNH Digital, pagamento de multas e o licenciamento anual. Para você ter uma ideia, mesmo com a crise provocada pela Covid-19, que afetou todo mundo, a quantidade de licenciamentos quitados aumentou 13% de janeiro a agosto em Mato Grosso do Sul. Isso é reflexo dessa facilidade. Ficou mais acessível para o cidadão, que pode, com alguns cliques, emitir, pagar e imprimir o licenciamento. Tudo pela internet. Isso sem contar com o nosso Portal da Transparência, que passou da última para a primeira colocação no ranking entre os estados, permitindo que qualquer cidadão possa fiscalizar o poder público e saber como está sendo aplicado o dinheiro público.

Entendemos que o MS é um estado com diferenças geográficas importantes, com áreas e rincões de vasta natureza, como a região do Pantanal, por exemplo. Como conciliar o desenvolvimento tecnológico com economicidade de recursos e sustentabilidade?

Eu não tenho dúvida de que é possível gerar desenvolvimento, aumento de produção, emprego e renda preservando o meio ambiente. No campo, a agricultura de precisão, com o uso da tecnologia verde, mostra que é possível aumentar a produtividade sem agredir o meio ambiente, em um momento de desafio de alimentar um número crescente de habitantes no mundo. A tecnologia e a sustentabilidade andam de mãos dadas. Em Mato Grosso do Sul, a energia limpa faz parte da política estratégica de Estado para sermos o primeiro Carbono Neutro do país. Nós zeramos o ICMS da importação de equipamentos usados para captação e geração de energia sustentável, isentamos a compensação ambiental para a geração de energia fotovoltaica e demos prioridade à energia solar na liberação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). A gente entende que priorizar a geração de energia limpa, renovável, é contribuir para questão ambiental, para a sustentabilidade de Mato Grosso do Sul, do Brasil e do mundo. Menos de 1% da energia usada em Mato Grosso do Sul é solar, mas queremos chegar a 5%. Vamos colocar painéis fotovoltaicos no Pantanal para abastecer esse bioma tão importante com energia limpa. Estamos colocando painéis

Nós queremos cada vez mais atrair a iniciativa privada para investir em Mato Grosso do Sul. Acho que esse é um grande desafio. Nós começamos com a concessão da MS-306, na região Nordeste do estado

fotovoltaicos nas casas novas e nas escolas estaduais, como a Manoel Ferreira de Lima, em Maracaju, que foram e estão sendo reformadas e ampliadas em todo o estado. No ano passado tivemos a inauguração da Cidade Solar, uma fazenda de geração de energia, localizada no município de Jaraguari, com 14 hectares. É um empreendimento privado, em que parte do investimento é de financiamento por meio do FCO. Reduzimos a alíquota do ICMS do etanol para estimular o consumo interno do produto de origem vegetal, que é limpo e ecológico. E isso também é bom para a economia porque Mato Grosso do Sul é o terceiro produtor nacional de etanol, enquanto a gasolina consumida no estado vem toda de fora. Também estamos investindo no turismo ecológico, integrando as paisagens mais belas de Mato Grosso do Sul. Pavimentamos a Estrada do Curé, a MS-178, que liga Bonito a Jardim; o acesso às grutas do Lago Azul e São Miguel e Abismo Anhumas (MS-382) e a Estrada Ecológica (MS-450), entre os distritos de Palmeiras e Piraputanga, em Aquidauana. Esses são alguns exemplos. Porque o turista de contemplação e aventura vai ao encontro do que queremos, da preservação ambiental. Em Bonito, o turismo é uma das atividades econômicas que mais emprega e movimentou, só no ano passado, R\$ 340 milhões.

A reforma administrativa em ampla discussão na esfera federal pode contribuir com a gestão sustentável? Como analisa a situação?

Desde que assumimos, em 2015, tomamos uma série de medidas de redução do tamanho da máquina

administrativa e contenção de despesas, para gastar menos com o governo e mais com as pessoas. Fizemos a nossa reforma previdenciária, renegociamos contratos, diminuimos secretarias para uma das menores estruturas do país e estabelecemos teto de gastos para todos os poderes. Isso nos permitiu passar pelas crises sem deixar de cumprir os compromissos, mantendo os salários em dia e fazendo as obras prioritárias nos 79 municípios. É a mesma coisa em âmbito federal. A reforma administrativa é necessária para se enxugar os gastos e continuar investindo. O Estado brasileiro nesse ponto tem que funcionar como uma empresa privada. Não é possível gastar mais do que se arrecada. Outra reforma urgente e que tem de ser discutida é a tributária. Precisamos fazer uma simplificação. O Brasil tem um arcabouço de legislações tributárias que é um impeditivo de crescimento do nosso país. O ideal é unificar tributos federais, estaduais e municipais, ampliando a base de contribuição, porque vai desburocratizar e diminuir a sonegação. Tem que ser uma reforma não para o governo, mas para o país.

Recentemente o MS lançou um programa de premiação para inovação em gestão pública. Como avalia os resultados dessas iniciativas?

O Prêmio Sul-Mato-Grossense de Gestão Pública tem o objetivo de fomentar a busca de soluções para os problemas diários, incentivar boas práticas de gerenciamento no serviço público e valorizar os servidores, reconhecendo suas iniciativas e desempenho. Ele já está na sua 15ª edição. Nos últimos anos,

recebemos contribuições importantes, como o cultivo de hortas hidropônicas em penitenciária; o 'Hackathon' de inovação de dados do governo de Mato Grosso do Sul; o Cão Herói, Cão Amigo, um projeto do Corpo de Bombeiros Militar de terapia assistida por cães adestrados, que realizam atendimento para crianças com deficiência, idosos, pessoas doentes e alunos; e o Bombeiro na Escola, que capacita jovens na prevenção de acidentes e ensina valores morais e cívicos. Então, posso dizer que são resultados muito positivos. Devido à Covid-19, a temática deste ano é voltada para ações que colaborem para o aprimoramento e tragam soluções para o serviço público em tempos de pandemia. Neste ano, 48 projetos estão concorrendo: 21 na modalidade Práticas Inovadoras de Sucesso e 27 na modalidade Ideias Inovadoras Implementáveis.

Qual o maior desafio hoje do MS na área de gestão?

Nós queremos cada vez mais atrair a iniciativa privada para investir em Mato Grosso do Sul. Acho que esse é um grande desafio. Nós começamos com a concessão da MS-306, na região Nordeste do estado. Agora estamos licitando a Parceria Público-Privada de Esgotamento Sanitário para, em dez anos, alcançar a universalização nos 68 municípios atendidos pela Sanesul, com garantia de um investimento de R\$ 3,8 bilhões e uma tarifa sem custo adicional para os usuários. Isso vai beneficiar 1,7 milhão de sul-mato-grossenses. Temos também a intenção de fazer a PPP da Infovia Digital, de prestação de serviços de transmissão de voz, dados e imagens por meio de rede de fibra de alta capacidade em todo o estado. ●





ECONOMIA PARA O ESTADO E RENDA PARA O TRABALHADOR

MATO GROSSO CONTRATA EMPRESA DE TRANSPORTE POR APLICATIVO PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INICIATIVA ALIVIA OS COFRES PÚBLICOS E DÁ TRABALHO AOS MOTORISTAS DE APLICATIVO

TEXTO E FOTOS: D'LAILA BORGES E NAYARA TAKAHARA/SEPLAG

Com o uso do transporte por aplicativo, a frota de veículos do estado começa a ser substituída

O governo de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), homologou a contratação do serviço de transporte por aplicativo para a administração estadual, uma espécie de “Uber da administração pública”. A adoção desse novo modelo de transporte para o governo irá gerar economia superior a R\$ 2,6 milhões por ano aos cofres públicos, conforme estimativa da unidade de Eficiência do Gasto Público da Seplag.

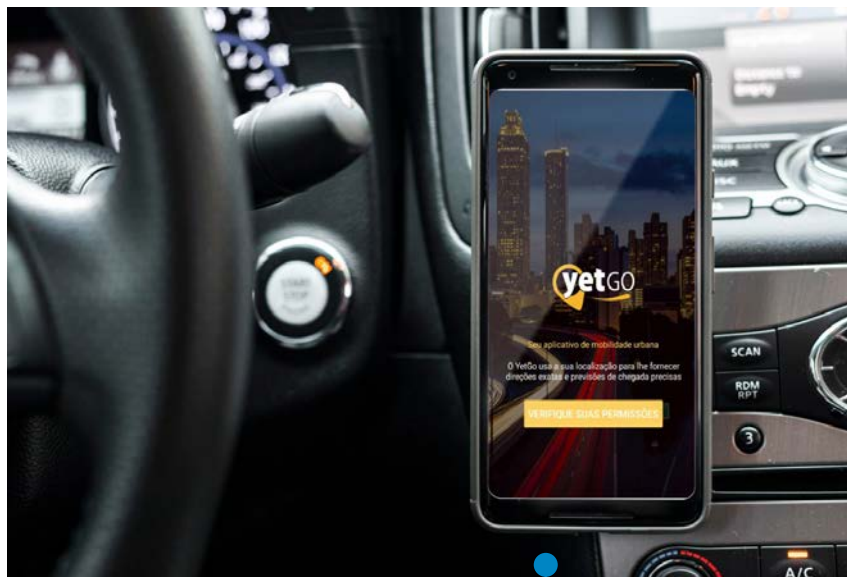
O levantamento considerou a substituição inicial de apenas 15,07% da frota de veículos locados, utilizada para atividades administrativas. Foram excluídos dessa pesquisa aqueles usados a serviço das áreas finalísticas, como segurança e saúde. Segundo a Unidade, a adoção do transporte alternativo é potencialmente vantajosa para a administração pública.

Além disso, a Ata de Registro de Preços realizada pela Seplag obteve uma economia de 59%, chegando ao valor de R\$ 1,18 o km rodado – valor bem abaixo dos atuais obtidos por outros entes da Federação. Para se ter uma ideia, a ARP do Ministério da Economia obteve o valor de R\$ 2,80 o km rodado, mais que o dobro de Mato Grosso.

A empresa KGA Desenvolvimento e Tecnologia EIRELI, que apresentou a melhor proposta, prestará o serviço por meio do aplicativo YetGo. A contratação foi realizada por meio do edital de pregão eletrônico nº 008/2020/Seplag, do qual será originada uma ata de registro de preço para a utilização dos órgãos e entidades da administração estadual.

ECONOMIA E RENDA

O titular da Seplag, Basílio Bezerra, comenta que essa modalidade de transporte busca tornar a gestão pública mais eficiente e moderna com o uso da tecnologia. “Ao trazer para a administração pública conceitos de serviços comuns à sociedade e que possuem comprovada garantia de economia, estamos modernizando o aparato estatal e, ao mesmo tempo, economizando recursos públicos



Cerca de 500 motoristas de Cuiabá e Várzea Grande já se cadastraram para prestar o serviço de transporte pelo aplicativo.

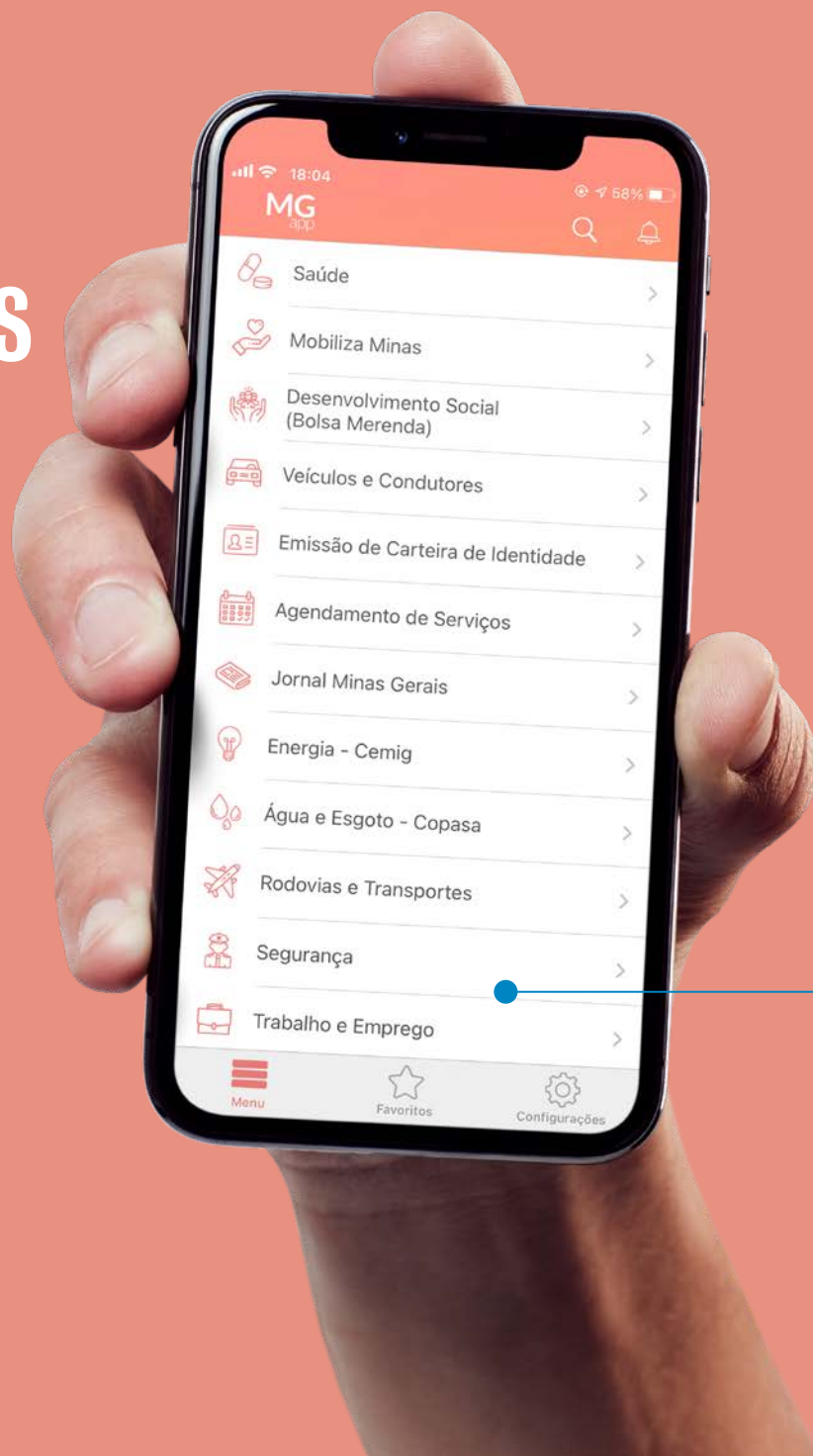
para investir em áreas prioritárias, como saúde, educação e segurança”, disse.

Além de melhorar o atendimento às demandas da administração pública estadual e a transparência na prestação de contas, economizando, principalmente, com locação de veículos e combustível, essa nova modalidade de transporte que será utilizada pelo governo de Mato Grosso irá gerar renda para quem trabalha ou deseja trabalhar como motorista de aplicativo, fomentando a economia. Conforme a empresa que prestará os serviços de transporte, cerca de 500 motoristas de Cuiabá e Várzea Grande já se cadastraram no aplicativo.

“Como em várias outras medidas de gestão e fomento à economia adotadas por este governo, esta também trará vários benefícios à sociedade, pois gera renda para várias famílias, fomenta a economia e traz uma significativa economia anual com a substituição da modalidade de contratação de transporte no estado”, observa o secretário da Seplag. ●

MINAS GERAIS OCUPA 1º LUGAR NO RANKING DE SERVIÇOS DIGITAIS

LEVANTAMENTO NACIONAL
EVIDENCIA O EMPENHO DO
GOVERNO DO ESTADO NAS
AÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO
DIGITAL E DE SIMPLIFICAÇÃO
DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



TEXTO: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO / SEPLAG-MG



O governo de Minas Gerais ocupa o primeiro lugar, de todo o Brasil, em oferta de serviços digitais. O ranking foi apresentado no dia 10/9/2020, durante a quinta reunião geral do Grupo de Transformação Digital criado pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) e pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de TIC (Abep-TIC). O evento virtual demonstrou os esforços realizados pelo governo de Minas em promover a Transformação Digital no estado e garantir que os cidadãos tenham acesso a serviços públicos mais eficientes.

O Índice de Oferta de Serviços Digitais é uma iniciativa da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (Abep-TIC) em parceria com o Centro de Liderança Pública (CLP) e faz parte do Ranking de Competitividade dos Estados 2020, lançado no dia 17/9.

Vários fatores fizeram com que Minas se destacasse no levantamento. O índice sintético, que mensurou os principais serviços ofertados pelos governos, abrangeu três dimensões: capacidade para oferta digital de serviços públicos; oferta de serviços públicos por meios digitais; e regulamentação sobre a modernização para a oferta de serviços públicos. Minas Gerais, assim como Santa Catarina, obteve a nota 78,5, considerada pelos técnicos como “muito bom”.

O destaque para Minas Gerais tem como parâmetro programas, como o Minas Atende, principal iniciativa de Transformação Digital do governo mineiro. Entre os avanços, há mais de 350 serviços cadastrados no Portal MG realizados de forma totalmente digital e 64 serviços públicos simplificados no último ano.

Otto Levy, secretário de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), diz que a primeira colocação de Minas Gerais no ranking nacional reflete o compromisso do governo de Minas com a modernização

GIL LEONARDI/Governo de Minas



O secretário Otto Levy observa que o objetivo é aperfeiçoar o serviço prestado pelo estado

dos processos e com o aprimoramento da gestão pública e dos serviços oferecidos.

“Desde o início da administração, nosso foco tem sido aperfeiçoar o serviço prestado pelo estado, torná-lo mais eficiente e, simultaneamente, promover mudanças que possam também equilibrar as contas públicas. Estamos muito satisfeitos com esse resultado, pois ratifica a dedicação de toda equipe em viabilizar transformações efetivas”, considera.

Rodrigo Diniz Lara, subsecretário de Governança Eletrônica e Serviços da Seplag, por sua vez, afirma que o resultado não teria sido alcançado sem o envolvimento de vários órgãos e entidades no trabalho de construir um governo mais digital para a população, principalmente, no contexto de distanciamento social.

“A pauta da Transformação Digital dos serviços públicos tem sido intensificada pelo governo mineiro com o Projeto Estratégico Minas Atende, com destaque para os canais digitais do governo,

Aplicativo MG App
disponibiliza mais de
50 serviços estaduais

Portal MG (<<https://www.mg.gov.br/>>) e aplicativo MG App. Esse reconhecimento demonstra que estamos no caminho certo e, ao mesmo tempo, sinaliza várias oportunidades para trazermos um serviço público ainda melhor para a população mineira”, acrescenta Lara.

CRITÉRIOS

Para chegar ao resultado, a comissão de avaliação dos governos estaduais e do Distrito Federal levou em consideração a capacidade para a oferta digital de serviços, com questões relativas à Carta de Serviços e ao Portal de Serviços, a oferta de dez serviços digitais e a regulamentação sobre modernização para a oferta de serviços públicos, que contou com três questões sobre o tema. Entre os serviços avaliados estão telemedicina, abertura e fechamento de empresas, nota fiscal eletrônica ao consumidor, solicitação de segunda via on-line de CNH e emissão de boletins de ocorrência on-line.

Em seguida, na fase de análise, foram feitas duas rodadas com especialistas da comissão técnica, uma auditoria pelos especialistas do Comitê Consultivo e, por fim, uma revisão de forma automática, comparando as fases anteriores.

MINAS ATENDE

O programa Minas Atende, criado pelo governo para aproximar os cidadãos mineiros dos serviços públicos oferecidos pelo estado, completou um ano. Coordenado pela Seplag, com apoio de órgãos e entidades, o projeto apresenta os resultados positivos alcançados em suas cinco frentes de atuação e projeta novos desafios para simplificar a prestação de serviços e tornar os atendimentos mais dinâmicos aos usuários.

Uma das frentes do Minas Atende é a de simplificação de serviços públicos. Desde sua implantação, 64 serviços foram simplificados, com destaque para a eliminação da necessidade de autenticação de documentos em cartório.

A próxima etapa envolve a integração dos sistemas para que o cidadão não necessite apresentar, em qualquer atendimento, informações que o governo já possui. Também estão nos planos a disponibilização no MG App da emissão de certificados educacionais, como o do Exame Nacional do Ensino Médio e de exames supletivos, além da ampliação do registro de boletim de ocorrência digital, incluindo nos sistemas também os de violência doméstica. Hoje, o aplicativo MG App tem mais de 50 serviços disponibilizados. ●

RANKING DOS GOVERNOS ESTADUAIS E DISTRITAL

OFERTA DE SERVIÇOS DIGITAIS

1°	MG	78,50	Muito bom
2°	SC	77,50	Muito bom
3°	RS	77,50	Muito bom
4°	BA	77,00	Muito bom
5°	ES	68,75	Bom
6°	PR	65,50	Bom
7°	AP	64,25	Bom
8°	PB	63,75	Bom
9°	PE	54,75	Bom
10°	GO	53,25	Bom
11°	SP	51,75	Bom
12°	SE	50,75	Bom
13°	RO	50,00	Regular
14°	DF	49,75	Regular
14°	RJ	49,75	Regular
16°	TO	46,25	Regular
17°	AL	43,00	Regular
18°	PA	38,25	Regular
18°	RN	38,25	Regular
20°	MA	33,75	Regular
21°	MS	31,75	Regular
22°	CE	31,50	Regular
22°	PI	31,50	Regular
24°	MT	30,50	Regular
25°	AM	18,00	Ruim
26°	AC	9,00	Ruim
27°	RR	0,00	Ruim



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS VIRTUAIS: NECESSIDADE EMERGENCIAL OU TRANSFORMAÇÃO PROCEDIMENTAL?

Eu sou da época em que *Os Jetsons*, desenho animado criado na década de 1960 pela Hanna-Barbera e veiculado no Brasil na década de 1980, apresentavam uma série de dispositivos futuristas e nos deixavam deslumbrados com as maravilhas da tecnologia, perguntando-nos, sempre, se aquilo algum dia viria a ser realidade.

Chegou o futuro e grande parte daqueles *gadgets* se tornou comum em nosso cotidiano: telefones celulares, veículos autômatos, robôs desempenhando as mais variadas funções, interação via vídeo.

No tecido social, a administração pública tem sido sempre a última instância a se apropriar dos novos recursos tecnológicos, quer seja pela rigidez legal a que se submete – e aqui leia-se Princípio da Legalidade – ou pela dificuldade e resistência às mudanças do corpo técnico que a compõe.

O estado de Goiás tem se esforçado para quebrar esse paradigma. O corpo técnico da Secretaria de Estado da Administração (Sead) é formado por profissionais das mais variadas áreas, que acumulam experiências dignas de nota.

Não é diferente na área de compras governamentais. Novo sistema de compras sendo gestado, normativas sendo atualizadas, cursos de capacitação para os servidores que militam nessa área e incorporação de tecnologia para resolução de problemas ou situações imprevisíveis ou de difícil conclusão.

Um desses avanços é a realização de audiências públicas virtuais. A audiência pública, como sabemos, é um procedimento legal que deve ser observado sempre que uma licitação alcança R\$ 150 milhões e tem por objetivo coletar informações e contribuições da população em geral e dos possíveis fornecedores de forma a aperfeiçoar o Termo de Referência relativo à aquisição dos produtos ou serviços que se quer contratar.

“A audiência pública, como sabemos, é um procedimento legal que deve ser observado sempre que uma licitação alcança R\$ 150 milhões e tem por objetivo coletar informações e contribuições da população em geral e dos possíveis fornecedores”

Em tempos de pandemia, a realização de reuniões presenciais com aglomeração de pessoas está proibida em várias localidades. Então surge o dilema: como cumprir a exigência legal de realizar a audiência pública sem desrespeitar a legislação de emergência que proíbe aglomerações?

A resposta já estava prevista pelos *Jetsons*! Reuniões virtuais, em plataformas de Internet, com interação entre os participantes, chats, e-mails e outras formas eletrônicas de troca de informações com um ganho substancial de tempo e economia de recursos públicos ao evitar locação de espaços, viagens, diárias, etc.

Portanto, aquilo que teve início como uma necessidade emergencial torna-se, agora, um procedimento que evidencia a transformação procedimental que a administração pública deve perseguir. ●

Ândrei Oliveira de Paula é arquiteto e urbanista, com especialização em Políticas Públicas, e superintendente central de Compras Governamentais e Logística na Secretaria de Administração de Goiás (Sead-GO)..



OS DESAFIOS DO CONSAD AOS 20 ANOS



As últimas décadas foram marcadas por transformações sociais, políticas e econômicas desafiadoras para gestão pública brasileira. Por muitas vezes as decisões tomadas em determinadas esferas do país nem sempre estiveram alinhadas às realidades dos estados.

Foi diante deste cenário dinâmico de variações da ordem nacional e internacional, em que os gestores públicos necessitaram buscar formas para reestruturar as estratégias administrativas e fiscais dos estados, que o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) surgiu, consolidou-se e chegou, agora em 2020, aos 20 anos de atuação como uma instituição colaborativa e fundamental para debater os desafios do desenvolvimento dos estados e do país.

Embora essas duas décadas de atividade já sejam suficientes para habilitar e pontuar o Consad como instituição norteadora para as decisões sociais, políticas e econômicas do país, os desafios e debates em busca de boas práticas de gestão pública que contemplem resultados positivos para as populações dos estados, respeitando as diferenças de cada realidade, são contínuos e a cada dia mais necessários como foi demonstrado no cenário evidenciado em 2020 pela crise sanitária do coronavírus.

“Nos últimos anos o Consad buscou fortalecer todas as suas redes colaborativas em busca de melhoria da gestão pública. Isso foi importante porque até os impactos provocados pela pandemia da Covid-19 foram minimizados nos estados por conta das ações e estratégias construídas em conjunto. O Consad não parou e não deixou os gestores desassistidos. Os Grupos de Trabalho se tornaram protagonistas nacionais de discussões dos mais importantes desafios da gestão pública na atualidade. Temos vivido momentos incríveis, com trocas intensas de experiências nestes últimos meses. Com toda a discussão que temos realizado e o intenso trabalho em regime de cooperação entre os técnicos dos estados, academia, terceiro setor, organismos multilaterais e outros parceiros, as possibilidades de inovações e melhorias da gestão pública são enormes para os próximos anos”, expõe o presidente do Consad, Fabrício Marques Santos.

Nesta mesma compreensão, a vice-presidente do Consad, Inês Carolina Ferreira, acrescenta que a instituição chega aos 20 anos com fôlego renovado para apreciar e pautar uma agenda de modernização na gestão pública dos estados, mesmo em meio

“Consolidado como uma entidade essencial no debate dos desafios do desenvolvimento dos estados e do país, Conselho mapeia possibilidades de inovações e melhorias da gestão pública para os próximos anos”

a cenários de crises que não puderam ser previstos, como ocorreu com a pandemia da Covid-19.

“Os desafios da administração pública nesse período são enormes. O setor privado já havia se adaptado às mudanças na oferta e na prestação de serviços oriundos das novas tecnologias. Porém, o serviço público não tinha avançado da mesma forma. O Consad já estava trabalhando para encurtar esse distanciamento, fomentando soluções de problemas que são comuns aos entes da Federação. Acho que o desafio do Consad nesse momento, e nos próximos anos, é dar suporte aos problemas gerados pela pandemia e buscar novas oportunidades na transformação digital, na capacitação dos servidores públicos e na captação de recursos para investimentos”, completa.

Na continuidade desta busca de estratégias para otimizar a gestão pública e superar os desafios, a atual diretoria do Consad vem investindo em frentes de trabalho compartilhadas – com a presença de representantes dos estados e do Distrito Federal –, com a fomentação de grupos que estão empenhados em dividir experiências diante do objetivo de encontrar soluções gerais e específicas para questões das áreas de compras públicas; transformação digital; Escola de Governo; ativos, concessões e PPPs; gestão de pessoas e comunicação. ●

Waldson Costa é jornalista com especialização em Marketing, professor universitário do curso de Comunicação Social da UFAL e head de Comunicação do Consad.



PARÁ CRIA POLÍTICA ANUAL DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

INOVAÇÃO TRAÇA DIRETRIZES QUE POSSIBILITAM UM NOVO ESTÁGIO NAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ASSOCIADOS ÀS BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS

TEXTO E FOTO: ASSESSORIA COMUNICAÇÃO / SEPLAD

É de competência da Seplad editar o plano anual de compras e realizar o registro de preços para atendimento das demandas de bens e serviços comuns aos órgãos e entidades

O Pará lança uma inovação no cenário nacional para garantir economia e qualidade na aquisição de produtos e serviços: o governo criou e implantou, por meio de decreto, a Política de Compras e Contratação para o Estado. A iniciativa reduz o tempo gasto com as compras realizadas pelos órgãos e entidades da administração pública estadual.

A nova política cria também dispositivos que regulamentam o registro de preços, assim como uma série de medidas administrativas. É de competência da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (Seplad) editar o plano anual de compras e realizar o registro de preços para atendimento das demandas relacionadas a bens e serviços comuns aos órgãos e entidades. Com essa medida, poderá ser alcançado um nível maior de economia em escala e possibilitar, ao final, um preço menor do produto unitário.

Outros pontos importantes da Política de Compras e Contratação para o Estado são o de garantir boas práticas sustentáveis, com diretrizes em editais; o de atrair para a administração e fomentar cada vez mais empresas comprometidas com o meio ambiente, além de contribuir para minimizar os impactos socioambientais causados pelo processo industrial de fabricação e descarte.

“A política instituída pelo decreto traça diretrizes que possibilitam um novo estágio nas compras e contratações porque visamos não só ao menor preço dos produtos adquiridos. No atual cenário econômico, não se pode conceber, por exemplo, que a administração adquira produtos dissociados de boas práticas ambientais e sociais, compromisso este cada vez mais popular entre empresas e indústrias”, afirmou Hana Ghassan, titular da Seplad.

Josynélia Raiol, secretária-adjunta de Gestão e Modernização da Seplad, destaca os benefícios da

RICARDO AMANAJÁS



“Não se pode conceber que a administração adquira produtos dissociados de boas práticas ambientais e sociais, compromisso este cada vez mais popular entre empresas e indústrias”

Hana Ghassan, titular da Seplad.

nova política: “Quando o Estado usa de maneira racional os recursos públicos com a manutenção da máquina administrativa, a economia realizada pode ser direcionada para investimentos em áreas estratégicas, como saúde, educação e segurança, além de possibilitar melhor qualidade nos gastos públicos”, disse. ●



PARAÍBA TROCA O PAPEL PELO PROCESSO DIGITAL

PBDOC TORNARÁ MAIS ÁGIL, EFICIENTE E TRANSPARENTE A GESTÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

TEXTO: HARYANNE ARRUDA
FOTOS: ALBERI PONTES

Pilhas e mais pilhas de papel. Carimbos. Protocolos. A imagem que se tem do serviço público e a burocracia causada pela lentidão no processo desses documentos estão com os dias contados. É que o governo da Paraíba passa a substituir, gradativamente, a produção e tramitação de documentos em papel pelo formato digital.

Esse é o objetivo do Decreto nº 40.546, de 18 de setembro de 2020, assinado pelo governador João Azevêdo, publicado *Diário Oficial do Estado da Paraíba*. O decreto institui o Sistema PBDoc de produção, gestão, tramitação, armazenamento, preservação, segurança e acesso a documentos

e informações em ambiente digital. A pandemia da Covid-19 também acelerou a Transformação Digital e impulsionou a digitalização dos documentos.

O maior benefício do PBDoc é produzir documentos e processos eletrônicos com segurança, transparência, economicidade e sustentabilidade ambiental de forma padronizada. A substituição dos documentos impressos pelos digitais também vai permitir mais eficácia e celeridade aos processos administrativos além de proteção da autoria, da autenticidade e da legibilidade de documentos digitais, observadas as disposições da Lei Federal nº 12.527/2011, com garantia de temporalidade documental assegurada.

A implantação do sistema será feita pela Secretaria de Estado da Administração (Sead) e da Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (Codata), em parceria com o Arquivo Público do Estado (Apepb), observado o cronograma de datas aprovado pelo Comitê Gestor de Governança (CGG), instituído por meio do Decreto nº 39.271, de 28 de junho de 2019.

Jacqueline Gusmão, secretária de Estado da Administração, afirma que a iniciativa tornará a gestão de documentos e processos administrativos mais ágil, eficiente e transparente no âmbito do Poder Executivo estadual. “A ideia é desburocratizar. A eliminação gradativa do papel vai proporcionar ganho de produtividade, otimização dos fluxos de trabalho e facilidade de acesso às informações. O servidor sai ganhando e o cidadão também, uma vez que poderá ter mais celeridade na prestação de serviço oferecida pelo estado da Paraíba”, ressaltou a secretária.

Por ser um sistema integrado, de uso de todos os órgãos do governo estadual, ao passo que as implantações forem sendo realizadas, as tramitações entre os órgãos vão ocorrer dentro do PBDoc, desde envios de processos, como a comunicação por meio de ofícios e circulares.

Os documentos produzidos digitalmente devem conter assinatura digital, eletrônica, autenticidade, captura do documento, disponibilidade, documento arquivístico, documento digital, documento digitalizado, documento nato-digital, dentre outros.

Segundo levantamentos feitos pela equipe de implementação do sistema, que já está fase de implantação, o estado da Paraíba teve um gasto estimado de 90 mil resmas de papel desde janeiro de 2020 até o mês de setembro deste mesmo ano. Além da economia gerada com a eliminação do papel, os custos indiretos, como o de transporte de documentos, toners e armazenamento serão, drasticamente, reduzidos.



CONSAD EXPRESS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO FALA SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO ESTADO DA PARAÍBA

A secretária de Administração da Paraíba, Jacqueline Gusmão (foto), foi a convidada da Live Consad Express de 1º de outubro. A transmissão ao vivo aconteceu a partir das 19h no Instagram @consadb. Na oportunidade, a gestora falou sobre a experiência de sucesso na política de transformação digital desenvolvida no estado.

Recentemente a Paraíba alcançou o primeiro lugar no ranking de oferta dos serviços digitais no Grupo de Transformação Digital dos Estados e DF (GTD.GOV), uma rede nacional que reúne especialistas em Transformação Digital dos governos estaduais e distrital de todo o país.

A conquista tem como principais impulsores a instituição do Comitê Gestor de Governança e o lançamento do Governo Digital. O estado também alcançou a oitava posição no ranking geral, em nível nacional.

No prazo de até três anos – contados da data da publicação do decreto –, os órgãos e as entidades da Administração Pública do estado da Paraíba deverão providenciar a adequação de seus sistemas informatizados em operação aos requisitos definidos pela Unidade do Arquivo Público do estado da Paraíba, bem como a migração e a integração de sistemas legados ao ambiente digital de gestão documental. ●



AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL REALIZADA PELO DECON

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS VIRTUAIS GARANTEM A CONTINUIDADE DAS LICITAÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ

FORAM REALIZADAS QUATRO AUDIÊNCIAS QUE NORTEARÃO CERCA DE 300 PROCESSOS LICITATÓRIOS PARA COMPRA DE REMÉDIOS, ALIMENTOS, VEÍCULOS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, o governo do Paraná tem buscado alternativas para que as atividades de interesse público não parem. A impossibilidade de encontros presenciais levou a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência a inovar na realização de audiências pública virtualmente.

Até o mês de setembro, foram executadas quatro audiências, que nortearão cerca de 300 processos licitatórios para compra de medicamentos, alimentos, veículos e contratação de mão de obra. Desse total, 58 foram realizadas. O governo do Paraná prevê investimento de, aproximadamente, R\$ 2,2 bilhões nesses quatro serviços por meio do Sistema de Registro de Preços, até 2021.

TEXTO: VALÉRYA PRÓSPERO
INFOGRÁFICO: KYOMMA MAGNUM BUENO
FOTO: SEAP-PR

“As audiências públicas são uma via importante para tornar o processo mais transparente porque o cidadão fica sabendo do que o estado pretende licitar durante o ano. As sessões virtuais têm sido importantes e são uma forma de evitar muitos questionamentos ou impugnações futuras”, afirma o secretário Marcel Micheletto.

Os processos estão sob responsabilidade do Departamento de Logística para Contratações Públicas (Decon), que não paralisou as atividades e faz sessões públicas para recebimento de contribuições aos processos licitatórios de grande porte da unidade da Federação.

Maria Carmen Albanske, diretora do Decon, afirma que, além das participações na teleconferência, as audiências tiveram mais de 250 visualizações no canal do departamento no YouTube. “A transmissão, ao vivo, das audiências públicas e mantê-las no canal têm servido de modelo de boas práticas para outros estados que querem usar o mesmo sistema”, afirma.

As audiências públicas estavam programadas para ocorrerem de forma presencial. No entanto, em razão da pandemia, o Paraná adotou o formato eletrônico, evitando, assim, atrasos nos processos licitatórios. No período de pandemia, os servidores do estado do Paraná continuam exercendo suas funções, ainda que em teletrabalho, tudo para que os serviços essenciais prestados à população não sejam prejudicados.

CONTRIBUIÇÕES

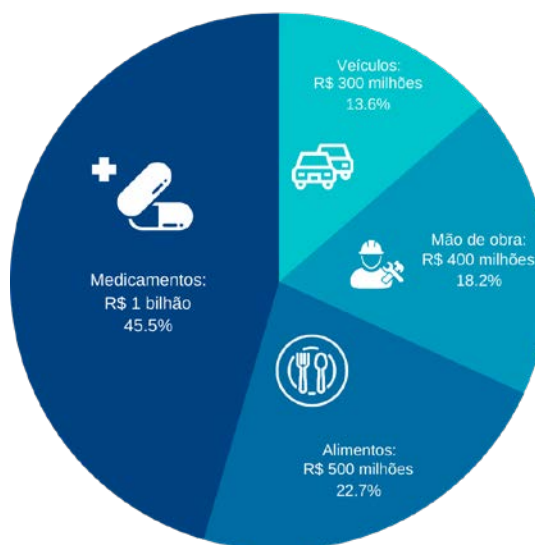
Desde o início das transmissões, a participação nas audiências públicas virtuais tem sido importante e as contribuições feitas pelos interessados serão analisadas por comissões técnicas específicas. O resultado pode ser conhecido pelo mesmo endereço eletrônico em que estão publicados os editais das respectivas audiências públicas, no sítio <www.comprasparana.pr.gov.br>.

As audiências são válidas por um ano e as licitações são realizadas conforme a necessidade do Estado. Elas são obrigatórias para processos com valores próximos a R\$ 330 milhões, para o conjunto de licitações do mesmo objeto.

Na audiência para discutir a compra de gêneros alimentícios, uma das sugestões recebidas foi a regionalização da compra da merenda escolar pelo Estado. A ideia é que os alimentos adquiridos sejam produzidos na região onde serão distribuídos. Os participantes pediram ainda que as licitações sejam restritas à participação de microempresas (ME) e empresas de

Valor máximo das licitações

R\$ 2,2 bilhões



pequeno porte (EPP). A previsão de investimentos com alimentos até 2021 é de cerca de R\$ 500 milhões.

Na audiência sobre compra de medicamentos foram apontados assuntos como o pedido de permissão para aquisição de biossimilares (remédios apenas similares aos originais), especialmente devido ao custo-benefício, bem como a prudência na troca dos medicamentos dos pacientes que já estão em tratamento com medicamentos biológicos (remédios que não podem ser reproduzidos de forma idêntica).

Já na audiência de aquisição de veículos, foi sugerida a obrigatoriedade de as empresas vencedoras fazerem o primeiro emplacamento no nome do órgão do Estado, para não perder a característica de carro novo. Foi solicitado também que não seja mais exigida a qualificação econômico-financeira das empresas nas licitações, pois acreditam que isso restringe a competitividade do certame. E foi sugerido ainda que o Estado contrate uma empresa para o serviço de rastreamento da frota, em vez de adquirir esse item junto com o veículo, o que onera ainda mais o Estado.

Por fim, a audiência para contratação de mão de obra teve como principal contribuição a solicitação de ajustes em pisos salariais de alguns cargos para adequação às tabelas sindicais. ●



SEI GERA ECONOMIA DE R\$ 25 MILHÕES AOS COFRES ESTADUAIS

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES FOI IMPLANTADO EM 100% DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ATINGINDO A MARCA DE UM MILHÃO E 300 MIL PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

TEXTO: ASCOM

Após três anos da publicação do Decreto 45.157 de 23/10/17, que define o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como ferramenta oficial de tramitação eletrônica de documentos do estado de Pernambuco, o SEI atingiu a marca de quase um milhão e 300 mil de processos tramitando entre os 69 órgãos do Poder Executivo estadual, perfazendo 100% da estrutura no âmbito da Administração Pública.

A implantação do sistema foi possível, graças à criação, em 2016, de um Grupo de Trabalho de Documentos Eletrônicos (GT-DOC-e), que acompanhou as atividades dando suporte a todo processo.

O desempenho e a evolução de todos os órgãos foram acompanhados remotamente, de forma eletrônica

(Cefospe). Tudo isso foi realizado sem gasto financeiro para o governo”, observou o secretário.

Segundo Luís Eduardo, seria praticamente inviável, no período de pandemia, tramitar diversos processos eletrônicos entre os órgãos estaduais sem o SEI. “Nenhum documento deixou de ser encaminhado e/ou analisado por conta da pandemia do novo coronavírus. Ou seja, conseguimos acompanhar o desempenho e a evolução de todos os órgãos remotamente, de forma eletrônica. É um ganho excelente para a gestão pública”, apontou.

O superintendente de Modernização Governamental, Ricardo Melo, contabiliza outros ganhos obtidos com a implantação do SEI dentro do Poder Executivo. “Para se ter ideia, obtivemos uma economia da ordem de R\$ 25 milhões desde o início da implantação do SEI. São aproximadamente um milhão e 300 mil processos que já circularam pelo SEI em Pernambuco, nos últimos três anos. Esta economia advém da não compra de papel, impressoras, cartuchos, além de não necessitar da logística de entregas e do armazenamento de processos físicos”, asseverou.

Outro benefício trazido pelo SEI, segundo Ricardo, foi com relação à natureza. “Conseguimos evitar a derrubada de aproximadamente 15 mil árvores, pela não aquisição de papel que eram necessários para tramitar processos físicos”, atestou ele.

AGRADECIMENTOS

Nesta entrevista, o secretário Executivo de Administração, Luís Eduardo Antunes, agradeceu ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que disponibilizou sem nenhum custo para o Estado a ferramenta SEI. O gestor também agradeceu a Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI), órgão vinculado à SAD, que esteve junto durante todo este processo, e a cada servidor do Estado, que contribuiu e continua contribuindo na implantação e evolução do uso do SEI em Pernambuco. O SEI foi criado e cedido gratuitamente pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

O GT-DOC-e foi presidido pela Secretaria de Administração (Sad) e composto pelos seguintes órgãos: ATI, CEPE, SCGE, PGE, Assessoria do Governo, Casa Civil, Arquivo Público, SEFAZ e SEPLAG.

A secretária de Administração, Marília Lins, conta que a implantação do SEI agilizou o trâmite de processos entre os diversos órgãos estaduais. “Esta ferramenta vem trazendo mais qualidade e eficiência ao Poder Executivo estadual. Nesses três anos de uso, o SEI trouxe mais velocidade na tramitação de documentos, já que é feita de forma digital. Considero o SEI Pernambuco um projeto mais que oportuno. Ele trouxe benefício não somente para o governo, mas também para a sociedade”, avalia a gestora.

O secretário Executivo de Administração, Luís Eduardo Antunes, destaca que a implantação do sistema foi resultado de um esforço de toda a Administração Pública estadual. “Cada órgão se encarregou de implantar o SEI em sua estrutura. O empenho dos servidores foi fundamental para chegarmos aos resultados que colhemos hoje para o estado. A estratégia foi a criação de multiplicadores de conhecimento em cada órgão, com a capacitação realizada pelo Centro de Formação de Servidores Públicos



GESTORES APRESENTAM PROJETO DE PPP
DO CENTRO ADMINISTRATIVO

PIAUÍ APRESENTA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO

PROJETO PREVÊ A MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DE FORMA A AMPLIAR A CAPACIDADE DE INSTALAÇÃO DE ÓRGÃOS NO LOCAL. INICIATIVA CENTRALIZARÁ OS SERVIÇOS E VAI GERAR ECONOMIA

TEXTO: CELINA HONÓRIO - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
FOTOS: JARBAS SANTANA

O governo do Piauí, por meio da Secretaria de Administração e Previdência (SeadPrev) e da Superintendência de Parcerias e Concessões (Suparc), trabalha a reestruturação e readequação da infraestrutura do Centro Administrativo, para torná-lo mais moderno, eficiente e econômico aos cofres públicos. O projeto será executado por meio de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade Concessão Administrativa, e tem como proposta centralizar os serviços administrativos de operação e manutenção da estrutura em um único contrato, sob a gestão da SeadPrev.

O Centro Administrativo é um conjunto de seis prédios construídos para concentrar a estrutura governamental. Atualmente, apenas 12 dos 59 órgãos públicos estão instalados no local. Dentre as inovações, o projeto prevê a adoção do modelo de *co-working* – espaço coletivo de trabalho adotado nas empresas para reduzir custos; a padronização da comunicação visual; e a adoção do modelo de *retrofit*, projeto de arquitetura que promove a conservação histórica do prédio, preservando suas características e, ao mesmo tempo, modernizando a construção.

A parceria com a iniciativa privada vai gerar ao estado uma economia mensal de cerca de R\$ 3 milhões. O secretário de Estado da Administração e Previdência, Franzé Silva, destaca que, além da economicidade, a concentração de mais pastas em um único local garante mais eficiência administrativa e agilidade na tramitação de processos. “A adoção da modelagem de Parceria Público-Privada tem sido exitosa no Piauí. Para a PPP do Centro Administrativo, a ideia é centralizar o corpo funcional do estado no mesmo local, num espaço moderno, mais confortável para o servidor e para a população que procura os serviços prestados pela administração pública”, frisou o gestor.

Viviane Moura, superintendente de Parcerias e Concessões e responsável pela coordenação da PPP, conta que a empresa a ser contratada deve assumir a gestão do local por um prazo de 30 anos, investindo R\$ 168 milhões na reforma, ampliação e manutenção preventiva e corretiva do espaço. A empresa ficará responsável por serviços de limpeza, gestão de resíduos sólidos, segurança patrimonial, suporte tecnológico, dentre outros.

“O governo já utiliza o serviço da iniciativa privada para trabalhar com contratos de segurança, manutenção, limpeza, etc. Nessa modalidade de concessão a lógica é a mesma, só que concentrando todos os contratos em um único, gerando redução



“A ideia é centralizar o corpo funcional do estado no mesmo local, num espaço moderno, mais confortável para o servidor e para a população”

Franzé Silva, secretário de Estado da Administração e Previdência

nos custos e previsibilidade de despesa”, enfatiza Viviane Moura.

A superintendente explica que a próxima fase do processo é a realização de uma consulta pública para ouvir sugestões de gestores e servidores que trabalham no local. Em seguida será aberto o processo licitatório, com início previsto em novembro, para a contratação da empresa que vai administrar o local.

MODERNIZAÇÃO

O projeto do novo Centro Administrativo prevê a implantação de um sistema de automação, utilização de eficiência energética, otimização de espaços e uso da tecnologia da informação para gestão de serviços. Modificações na estrutura física do local serão realizadas a fim de garantir acessibilidade a todos os visitantes.

As modificações atingirão o entorno do local, com a construção de uma área de bicicletário e urbanização da lagoa situada no espaço, que será transformada em uma área de convivência para servidores e prática de atividades físicas. ●



GOVERNO DO RJ CORTA GASTOS COM REDUÇÃO DA FROTA

MEDIDAS PARA REGULAMENTAÇÃO DO TRANSPORTE ESTADUAL VÃO GERAR UMA ECONOMIA ANUAL DE R\$ 23 MILHÕES PARA OS COFRES PÚBLICOS, O EQUIVALENTE A 34% DO VALOR ATUAL

Em continuidade à política de austeridade de gastos que vem sendo implantada pelo governo do estado do Rio de Janeiro, o governador em exercício, Cláudio Castro, determinou a publicação, neste mês de outubro, de decreto que estabelece a redução do número de carros alugados pelo estado, da frota própria de veículos e também de carros de representação que atendem a autoridades e às administrações direta e indireta.

O custo anual previsto da frota administrativa e de representação é de R\$ 66,84 milhões. Com as medidas estipuladas, estima-se uma economia anual de 34%, que corresponde ao valor de R\$ 23 milhões. Um alívio para os cofres públicos.

Com a regulamentação do novo Sistema de Governança e Gestão de Transportes do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Sigetransp), o

TEXTO: SECOM
FOTOS: ROGÉRIO SANTANA



Cláudio Castro, governador em exercício, assinou decreto com as medidas que regulamentam o transporte estadual

governo estadual estabelece um padrão de eficiência para o uso de veículos.

De acordo com o decreto, as secretarias só poderão manter carros alugados que rodem mais de 2,6 mil quilômetros por mês. Abaixo dessa quilometragem, todos serão devolvidos. Com a determinação, 353 veículos locados deverão ser substituídos pelo serviço de aplicativo de transporte que está sendo criado pelo estado, o RJ Mobi, trazendo uma economia de R\$ 8,66 milhões por ano. O valor corresponde a aproximadamente 13% do custo anual com a frota administrativa e de representação.

Em relação aos carros próprios, só permanecerão nas secretarias os que têm menos de 10 anos de fabricação e estejam nas categorias A e B da classificação de eficiência veicular, baseada no modelo do Inmetro. Haverá uma redução de 143 veículos próprios ineficientes, correspondente a 31% da frota estadual. Os que estiverem fora do padrão deverão ser leiloados, podendo gerar uma receita de R\$ 1,5 milhão. Além disso, a redução de custos com manutenção e combustível trará uma economia de aproximadamente R\$ 7,5 milhões por ano.

A nova regulamentação também determina a redução de 40% da frota de representação. Dos 175 carros atualmente em uso para atendimento às autoridades, 70 serão devolvidos, gerando uma economia de R\$ 7 milhões. O valor corresponde a aproximadamente 10% do custo anual com as frotas administrativa e de representação.

O decreto ainda estabelece regras para o uso dos veículos que atendem ao estado, como a proibição de transporte de servidor da residência para o serviço, exceto em casos de necessidade de serviço devidamente comprovados e autorizados; o transporte de pessoas estranhas ao serviço público; o transporte de animais ou carga de qualquer natureza, entre outras determinações.

RJ MOBI

Para que os servidores possam se deslocar de forma mais eficiente para compromissos de trabalho,

o governo passa a adotar o RJ Mobi – um aplicativo de transporte contratado pela Secretaria de Planejamento e Gestão, que pode ser acionado pelo celular ou computador.

De acordo com estudos realizados, o aplicativo vai proporcionar uma redução de 13% nos gastos com transportes de servidores. A economia aconteceria em relação ao valor dos quilômetros rodados.

O RJ Mobi vai funcionar de forma semelhante aos aplicativos que existem no mercado. O servidor entra na loja de aplicativos, baixa o app no celular, realiza um cadastro e espera a autorização para começar a utilizar o sistema, que também poderá ser acessado pelo endereço www.coopataxi.com.br.

A rota e os horários de saída e de chegada serão registrados e fiscalizados pelos usuários supervisores, que deverão ser indicados pela autoridade máxima de cada órgão. Caso o meio de transporte seja utilizado de forma irregular, o servidor estará sujeito à sindicância e sanção administrativa. Somente servidores cadastrados e autorizados poderão utilizar. ●

NÚMEROS

CUSTO ATUAL ANUAL (frota administrativa e de representação)

- R\$ 66,84 milhões

ECONOMIA COM AS MEDIDAS DE REDUÇÃO

- R\$ 23 milhões (34% do valor atual)

VEÍCULOS LOCADOS QUE SERÃO DEVOLVIDOS

- 353
- Economia de R\$ 8,66 milhões por ano (13% do custo anual com a frota)

CARROS PRÓPRIOS

- Redução de 143 veículos (31% da frota estadual)

RECEITA COM LEILÃO DE CARROS PRÓPRIOS

- R\$ 1,5 milhão

ECONOMIA COM MANUTENÇÃO E COMBUSTÍVEL

- R\$ 7,5 milhões por ano

REDUÇÃO DA FROTA DE REPRESENTAÇÃO

- 70 carros devolvidos (40% da frota atual)
- Economia de R\$ 7 milhões (10% do custo anual atual)

RJ MOBI

- Redução de 13% dos gastos anuais



RORAIMA INVESTE NA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

ARTICULAÇÃO ENTRE TÉCNICOS DO INSTITUTO DE MODERNIZAÇÃO PÚBLICA E DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO VAI PROPORCIONAR CELERIDADE NOS PROCESSOS DA SEGAD

TEXTO E FOTOS: TEREZA SAMPAIO / ASCOM-SEGAD



“Verificamos *in loco* as dúvidas dos servidores, que servem de base para aprimorarmos nosso trabalho e, posteriormente, sanarmos qualquer problema que existir”

Paulo Torres,
coordenador do SEI

Motivado a modernizar a política de Tecnologia da Informação da administração pública, o governo de Roraima vem inovando no Sistema Eletrônico de Informação, uma plataforma na qual são tramitados os processos administrativos de toda a instituição.

Com o objetivo de buscar soluções imediatas para as demandas dos documentos e processos específicos, a Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração (Segad), por meio do Instituto de Modernização Pública (IMP), recebeu a comissão gestora do Sistema Eletrônico de Informação para apresentar as dúvidas dos servidores da Secretaria de Administração com relação à utilização do SEI.

A diretora do instituto, Elísia Martins, ressaltou a importância desse encontro como forma de trocar experiências em relação ao uso da ferramenta, com a possibilidade de adequação em pontos específicos, visando dar celeridade e transparência na gestão. “Estamos vivendo na era da tecnologia, ninguém

melhor que os servidores públicos com experiência, criatividade e conhecimento dos processos para identificar as reais necessidades de seu aperfeiçoamento e provocar adequações possíveis na plataforma”, frisou Elísia.

Os técnicos do Instituto apresentaram ao coordenador da Comissão Gestora, Paulo Torres, as dúvidas pertinentes sobre os fluxos e procedimentos do sistema. Com o encaminhamento das demandas, a comissão projeta mais celeridade no trâmite de processos na pasta.

De acordo com o coordenador do SEI, Paulo Torres, a iniciativa da Secretaria de Administração foi válida. “Verificamos *in loco* as dúvidas dos servidores, que servem de base para aprimorarmos nosso trabalho e, posteriormente, sanarmos qualquer problema que existir”, enfatizou Torres.

Elísia Martins destacou o fato de o governo de Roraima estar sempre focado em soluções, na constante interação com os servidores públicos. “Temos a certeza de que a possibilidade de utilização de forma ampla como o SEI atinge o objetivo maior da administração pública, que é desburocratizar, reduzir custos e otimizar resultados, facilitando a administração e garantindo satisfação no ambiente de trabalho”, concluiu. ●

REFORMA RS VENCE O PRÊMIO EXCELÊNCIA EM COMPETITIVIDADE

CONJUNTO DE MEDIDAS QUE REDUZIU GASTOS COM SERVIDORES, REFORMOU A PREVIDÊNCIA E MODERNIZOU A LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS VENCEU A CATEGORIA BOAS PRÁTICAS

TEXTO: VANESSA KANNENBERG/SECOM



Conjunto de medidas que representou a mais profunda mudança na previdência e nas carreiras dos servidores gaúchos de todos os poderes, a Reforma RS foi uma das vencedoras do Prêmio Excelência em Competitividade 2020. O anúncio foi feito na quinta-feira, dia 17 de setembro, em evento no Centro de Liderança Pública (CLP).

Na quarta edição, a premiação reconhece as iniciativas dos estados em três categorias e o Rio Grande do Sul foi um dos três vencedores, ao lado de Maranhão e Alagoas, na de Boas Práticas, que teve 156 projetos concorrentes.

“Fico muito feliz com o reconhecimento ao trabalho que fizemos no RS. Sempre digo que governar um estado com a crise que temos aqui não é fácil, mas o mais importante é que estamos conseguindo nos tornar referência em soluções e resgatando a confiança no futuro a partir de ações no presente. Buscar solidez fiscal e equilibrar a despesa com a receita não é simples, não é simpático, mas bastante importante e temos compromisso com as entregas à população”, destacou o governador Eduardo Leite, que participou da premiação virtual.

A Reforma RS consistiu em um conjunto de propostas para contenção do crescimento das despesas de pessoal, reforma do sistema previdenciário estadual e modernização da legislação de recursos humanos do estado. “A responsabilidade fiscal é a base da gestão pública, não é o fim da gestão pública. Por isso, acredito que (a Reforma RS) tenha sido um grande legado que deixamos para o Rio Grande do Sul”, destacou a ex-secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão, Leany Lemos, que coordenou o processo da reforma estruturante.

SOLIDEZ FISCAL

Na participação do painel sobre solidez fiscal, o governador gaúcho destacou que o impacto do projeto é estimado em R\$ 18,7 bilhões ao longo dos próximos 10 anos e a execução orçamentária do primeiro quadrimestre de 2020 mostrou uma redução em termos reais da despesa de pessoal de todos os poderes.

“Solidez fiscal tem a ver com o estado conseguir ter as contas ajustadas e que suportem as despesas de forma a não precisar extrair ainda mais em impostos da população, mantendo a capacidade de

“Buscar solidez fiscal e equilibrar a despesa com a receita não é simples, não é simpático, mas bastante importante, e temos compromisso com as entregas à população”

Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul.

fazer as entregas. Quando assumimos o governo, o estado estava atrasando os repasses aos hospitais em três meses. Imagina se tivéssemos chegado na pandemia com esse cenário? Mas colocamos em dia no início da nossa gestão, conseguimos ampliar em 100% os leitos do SUS durante a pandemia e garantimos atendimento a toda a população. Por isso que temos buscado solidez fiscal com a Reforma RS e outras medidas de contenção de despesas. Isso foi e é importante para manter os serviços como a saúde funcionando”, apontou Leite.

Além do reconhecimento, o Rio Grande do Sul será premiado com uma imersão em soluções com os especialistas do CLP, tanto para lideranças quanto para servidores do estado, focada na construção de maneiras de mitigar os principais desafios locais.

A divulgação do Prêmio Excelência em Competitividade 2020 ocorreu juntamente com a divulgação do novo Ranking de Competitividade dos Estados, que avalia anualmente 10 pilares estratégicos, com base em 73 indicadores, o desempenho dos estados e auxilia no diagnóstico dos principais desafios da gestão pública do país. O Rio Grande do Sul caiu uma posição, ficando em oitavo lugar no ranking geral. ●



ESTRUTURA DE HOSPITAL DE CAMPANHA VAI BENEFICIAR POPULAÇÃO MESMO APÓS PANDEMIA

AO CONTRÁRIO DO QUE OCORRE EM OUTROS ESTADOS, UNIDADE CONTINUARÁ A ATENDER OS CIDADÃOS MESMO DEPOIS DO FIM DA PANDEMIA. INICIATIVA TRAZ ECONOMIA NO COMBATE À COVID

TEXTO: DHIONY COSTA E SILVA

O governo de Rondônia está se equipando cada vez mais com investimento em ações, serviços, infraestrutura e recursos para tratar dos pacientes com coronavírus. O estado conta hoje com 530 leitos habilitados para tratar exclusivamente de pacientes graves ou gravíssimos com Covid-19.

“Do total, 365 deles são de leitos clínicos e 165 leitos de unidade de tratamento intensivo (UTI). Estes últimos podem ser ampliados para 195, a qualquer momento, com os 30 leitos no Centro de Reabilitação de Rondônia (Cero). Os de leitos clínicos



ITALO RICARDO / Secom-RO



Estado amplia o número de leitos clínicos e de UTIs para atender os pacientes em estado grave ou gravíssimo com Covid-19

podem aumentar para 485, com mais 120 no Hospital de Campanha”, contabiliza o secretário-adjunto de Estado da Saúde (Sesau), Nélio de Souza.

O secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog), Pedro Antônio Afonso Pimentel, conta que a compra do Hospital de Campanha, antigo Regina Pacis, foi uma decisão inteligente tomada pelo governador coronel Marcos Rocha e toda a equipe de governo, “uma vez que a locação de um hospital de campanha ficaria em torno de R\$ 25 milhões, por seis meses, e após esse período teria de ser desmontado. Isso sem contar que são R\$ 25 milhões somente pela estrutura física, sem os equipamentos e a equipe médica,” explica Pimentel.

O secretário-adjunto de Estado da Saúde (Sesau), Nélio de Souza, destaca que o hospital de campanha adquirido pelo governo do estado trouxe economia e celeridade nas ações de enfrentamento ao coronavírus. “A unidade foi adquirida por R\$ 12 milhões (valor referente à estrutura original, conforme avaliação dos órgãos competentes), passando por uma reforma total que elevou a capacidade operacional para o enfrentamento da Covid-19 para 140 leitos”, relata Nélio Souza.

ESTRATÉGIA DIFERENCIADA

Um hospital de campanha, por definição, é uma pequena unidade médica móvel, ou mini-hospital, com funcionamento temporário. Essas unidades cuidam de pessoas atingidas por situações de emergências e calamidades públicas, como é o caso da pandemia da Covid-19, antes que possam ser transportadas com segurança para instalações mais permanentes se necessário.

Mas o governo de Rondônia adotou uma estratégia diferenciada, inovando no modelo de aquisição do hospital de campanha. “É um modelo diferente, pois os hospitais de campanha construídos em outros estados serão destruídos após seis meses, e este vai ficar para nossa população. Depois que acabar essa pandemia, teremos uma estrutura nova pronta, que pode ser um anexo do atual João Paulo II ou um pronto-socorro no centro da cidade”, ressaltou Pimentel.



SANTA CATARINA CRIA DECRETO PARA RESGUARDAR SEGURANÇA DE DADOS PESSOAIS DE SERVIDORES

DUAS AÇÕES GARANTEM SIGILO DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS: COMISSÃO RESPONSÁVEL POR SEGURANÇA DOS DADOS DO QUADRO FUNCIONAL E ZELO COM SISTEMA NA GESTÃO DE CONSIGNADOS EM FOLHA DE PAGAMENTOS

TEXTO: RAFAELA FIAMONCINI GESSER
FOTOS: KRISLEI OECHSLER

A entrada em vigor da Lei de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018, gerou mudanças significativas na proteção de dados pessoais, transformando a maneira como empresas privadas e órgãos públicos tratam a privacidade e a segurança das informações de seus usuários, servidores e clientes.

Em Santa Catarina, o governo do estado publicou os Decretos nº 781 e 844/20, que tratam, respectivamente, da retomada da gestão das ações operacionais das consignações em folha de pagamento dos servidores e da instituição do Comitê Gestor de Proteção de Dados. Ambas as ações são movimentos da gestão pública para adequações à legislação federal e para atuação na segurança das informações pessoais dos servidores da administração estadual direta, autarquias e fundações do Poder Executivo.

GESTÃO DOS CONSIGNADOS

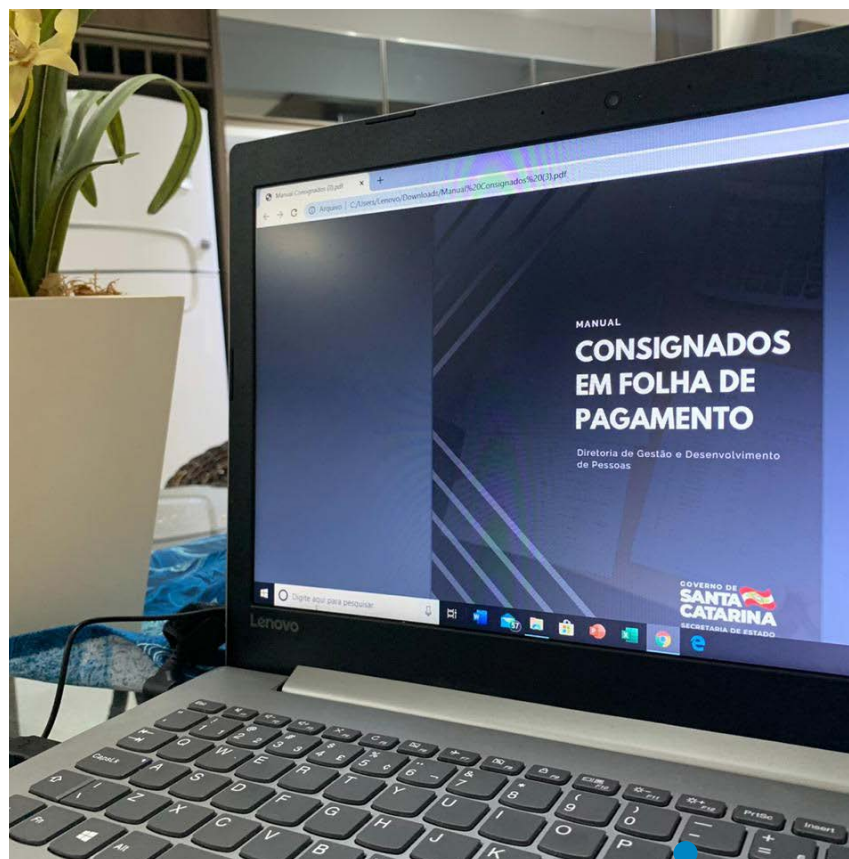
Em agosto, a Secretaria de Estado da Administração retomou a gestão das ações operacionais das consignações em folha de pagamento dos servidores da administração estadual direta, autarquias e fundações do Poder Executivo por meio do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH). Até então, a gestão dos descontos era executada por empresa terceirizada.

Para a contratação de empréstimos e autorização dos descontos em folha, agora, os servidores acessam, diretamente, o Portal do SIGRH, seguindo os passos indicados no Manual Consignados em Folha de Pagamento. “A mudança visa facilitar o acesso dos servidores em portal único, proporcionando também mais segurança aos dados funcionais dos servidores estaduais”, explica Renata Fett Largura, diretora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Estado da Administração.

COMITÊ DE PROTEÇÃO DE DADOS

Para avançar na proteção dos dados pessoais dos servidores ou de quem vive ou faz negócios com o estado de Santa Catarina, o governo deu mais um passo importante no reforço da segurança de dados com a implantação de um comitê próprio sobre o tema. Pelo Decreto nº 844/2020, assinado pelo governador Carlos Moisés (PSL), em setembro, fica instituído o Comitê Gestor de Proteção de Dados (CGPD), responsável pela gestão dos dados pessoais do estado.

“A revisão das políticas de segurança dos dados é realidade em Santa Catarina. Avancamos no assunto para nos adequarmos às normas federais e



O SIGRH passou a gerir as ações operacionais das consignações em folha de pagamento dos servidores, que era executada por empresa terceirizada

aos processos inovadores que envolvem a gestão das informações do estado e dos cidadãos catarinenses” afirmou Luiz Antônio Dacol, secretário de Estado da Administração.

O grupo será coordenado por um integrante da Secretaria de Estado da Administração (SEA) e contará com a participação de outros cinco representantes, sendo um da Casa Civil, um da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), um da Secretaria Executiva de Integridade e Governança (SIG), um da Controladoria-Geral do Estado (CGE) e um do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC).



Os servidores estaduais de todos os órgãos, autarquias e fundações passaram a ter seus dados pessoais resguardados

O comitê também deverá formular princípios e diretrizes para a gestão de dados pessoais e propor sua regulamentação, supervisionar a execução dos planos, projetos e ações aprovadas para viabilizar a implantação das diretrizes previstas em lei, além de prestar orientações sobre o tratamento e a proteção de dados pessoais e de promover o intercâmbio de informações com outros órgãos e entidades.

As reuniões serão realizadas, periodicamente, nas datas e nos horários definidos pelo coordenador, com a presença da maioria absoluta de seus membros. O Decreto nº 844/2020 está em vigor.

LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS

A Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/18, sancionada em 14 de agosto de 2020, prevê uma série de mudanças na forma como as empresas e os órgãos tratam dos dados de seus colaboradores e clientes, além de modificar artigos do Marco Civil da Internet e de outras normas que estavam em vigor.

Essa lei foi sancionada em 2018, mas entrou em vigor em setembro de 2020. O objetivo principal é proteger os direitos de privacidade e de liberdade das pessoas, além de estabelecer regras claras sobre o tratamento de dados pessoais, fomentar o desenvolvimento econômico e tecnológico e segurança jurídica para quem se sentir lesado por causa do uso indevido de seus dados por empresas.

A lei também traz novas definições de dados pessoais, chamados de dados sensíveis (artigo 5º, II, da Lei 13.709/2018), que são informações pessoais que poderiam ser utilizadas de forma discriminatória, carecendo de proteção especial. ●



O BRASIL JÁ É DIGITAL

Não tem mais volta. A digitalização de processos e serviços é realidade no Brasil. É certo que, por ser um processo, a transformação digital tem se desenvolvido de diferentes formas nos estados brasileiros.

Mas em todos eles a chegada da pandemia de Covid-19, com as necessárias medidas de distanciamento social, impulsionou a adoção de estratégias de digitalização e de entregas mais ágeis dos serviços estatais às pessoas. Atualmente, resistir ou impedir os avanços da transformação digital seriam apostas no retrocesso da gestão e no aumento de gastos públicos.

Dados da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia apontam que os serviços digitais podem ser até 97% mais baratos para os estados. Sendo praticamente nulos os custos com deslocamentos de pessoas, processos e documentos físicos. Sem contar a agilidade na tramitação e solução das demandas.

Significativo impulso à transformação digital também são os rankings de instituições consolidadas, como o Centro de Liderança Pública, que acelera o desenvolvimento da gestão pública por meio da competitividade entre os estados. No quesito oferta de serviços digitais, Minas Gerais e Santa Catarina ocupam a primeira colocação. No ranking geral, São Paulo é líder em competitividade, seguido por Santa Catarina.

Agora, os estados avançam na criação de amparos legais à inovação e à adoção de formas mais eficazes de seleção de pessoas e contratação de serviços, de forma local, com a edição de decretos próprios que regulam essas áreas. E na esfera federal com a aposta nos avanços das discussões do texto da reforma administrativa.

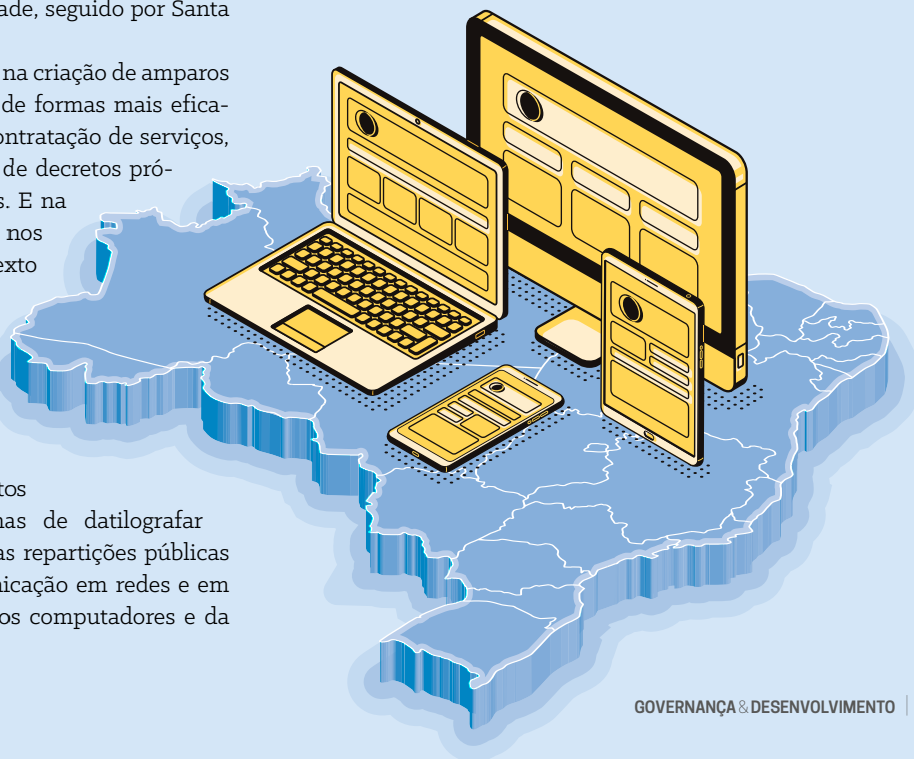
Para os que acompanharam a evolução da gestão pública das últimas décadas, é notório que passamos pela industrialização das informações – muitos ainda lembram das máquinas de datilografar para produção documental nas repartições públicas – e avançamos para a comunicação em redes e em tempo real, a partir do uso dos computadores e da

“Os serviços digitais podem ser até 97% mais baratos para os estados. Sendo praticamente nulos os custos com deslocamentos de pessoas, processos e documentos físicos.”

evolução da internet em larga escala, contribuindo para essa nova demanda que é a oferta de serviços de forma digital.

Assim, se no final do século passado o lema era encurtar distâncias como forma da aproximação física entre o Estado e as pessoas, evoluímos para a noção, dada pela supressão das distâncias e onde tudo acontece em tempo real, de que, hoje em dia, “governar é colocar o Estado à disposição das pessoas”, por meio da oferta dos serviços digitais. Assim, como um eletrodoméstico, os serviços digitais estão bem à mão, bastando acessá-los quando necessário. ●

Luiz Antônio Dacol é secretário de Estado da Administração de Santa Catarina.





SÃO PAULO INTENSIFICA O COMBATE À FRAUDE E À SONEGAÇÃO FISCAL

FRUTO DE RESOLUÇÃO CONJUNTA ENTRE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, SEFAZ E MPSP, COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS TRARÁ BOM RETORNO PARA SOCIEDADE

TEXTO E FOTO: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA SEFAZ-SP

No dia 20 de setembro, em cerimônia virtual, a procuradora-geral do estado de São Paulo, Lia Porto Corona, assinou resolução conjunta com o Ministério Público Estadual (MPSP) e com a Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz) para a criação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA/SP).

Trata-se de mais uma medida dos três órgãos estaduais para o enfrentamento da atual macrodelinquência tributária sistemática e significa o aprimoramento de ações operacionais integradas de combate aos crimes de ocultação de bens e lavagem de dinheiro.

Cada instituição, dentro de sua área de atuação específica, será responsável por identificar e apurar atividades fiscais ilícitas e adotar as providências administrativas e judiciais necessárias. Além disso, a instituição do comitê decorre de um consenso de que uma atuação coordenada é fundamental para o incremento da atividade de recuperação de ativos de natureza fiscal.

Segundo a procuradora-geral Lia Porto Corona, o CIRA é a realização de um sonho. “Há muitos anos, que vimos tratando, cuidando disso com o Ministério Público e com a Fazenda nas nossas atuações. Agora, esse sonho se realiza. As ações integradas entre Ministério Público e Fazenda e outros convidados que chegarão e virão também participar dessas operações trazem um grande retorno para a sociedade. O combate à sonegação fiscal fomenta a economia quando combate a concorrência desleal. Cria empregos seguros, porque favorece os bons pagadores, os bons empresários. Um Estado responsável e forte se preocupa com o combate à sonegação fiscal e à fraude. Tenho certeza de que o comitê será um sucesso”, aposta a procuradora.

COBRANÇA QUALIFICADA

Os integrantes do CIRA se reunirão mensalmente e outros órgãos podem participar como convidados, a exemplo da Secretaria de Segurança Pública, Ministério Público Federal, Advocacia Geral da União, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Polícia Federal e outros. O trabalho em conjunto não é uma novidade. Desde 2018 mais de dez operações integradas já foram feitas.

João Carlos Pietropaolo, subprocurador geral do Contencioso Tributário-Fiscal da PGE, afirma que o Comitê é de suma importância para o fortalecimento do trabalho que já vinha sendo realizado. Ele conta que, nos últimos quatro anos, a PGE intensificou a

“CIRA vem consolidar esse modelo de trabalho integrado entre os diversos órgãos estatais, potencializando as melhores práticas no enfrentamento da sonegação e de outros ilícitos fiscais em São Paulo”

João Carlos Pietropaolo,
subprocurador geral do Contencioso
Tributário-Fiscal da PGE

atividade de recuperação de ativos fiscais mediante uma cobrança qualificada do denominado devedor contumaz e o incremento da atuação no combate a complexas fraudes fiscais.

“Fruto desse movimento foi a criação, na PGE, de um grupo de atuação especial, o Gaerfis, que desde o seu nascedouro tem como característica uma atuação muito próxima à Sefaz e ao MPSP. E o CIRA vem consolidar esse modelo de trabalho integrado entre os diversos órgãos estatais, potencializando as melhores práticas no enfrentamento da sonegação e de outros ilícitos fiscais em São Paulo. O objetivo desse tipo de atuação é garantir que as receitas tributárias devidas possam, ao final, ser destinadas ao atendimento das necessidades de toda a coletividade, como saúde, segurança e educação”, destaca o subprocurador.

O evento foi transmitido pela plataforma Teams e a mesa virtual contou com a participação da procuradora-geral de São Paulo, Lia Porto Corona; procurador-geral de justiça de São Paulo, Mário Luiz Sarrubbo; secretário da Fazenda e Planejamento do estado, Henrique Meirelles; além do secretário de Projetos, Orçamento e Gestão do estado de São Paulo, Mauro Ricardo Machado Costa; corregedor-geral da PGE, Adalberto Robert Alves; subprocurador-geral do Contencioso Tributário-Fiscal da PGE, João Carlos Pietropaolo; procurador do estado assessor e coordenador do Gaerfis, Alessandro Junqueira; procurador do estado assistente do Gaerfis, Thiago Matos, e mais 40 convidados. ●



SECAD MODERNIZA GESTÃO COM USO DE FERRAMENTA DIGITAL

TOCANTINS INVESTE EM MODERNIZAÇÃO E CONTROLE DE GASTOS

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, E DO NOVO BENEFÍCIO DE SAÚDE, SERVIR, QUE FAZ PARTE DA INOVAÇÃO PROMOVIDA PELO GOVERNO DO TOCANTINS, VISA À OTIMIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A ssegurar a aplicação correta dos recursos e fortalecer a transparência e credibilidade, sempre pautado na ética, é o objetivo do governo do Tocantins. Por meio da Secretaria de Estado da Administração (Secad), o governo tem investido em ações focadas na otimização da gestão pública. O reflexo dessas ações é visível nos resultados obtidos desde o início do ano, os quais possibilitaram o enquadramento do Tocantins nos limites prudenciais de gastos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), recuperando a capacidade de investimentos do estado.

Várias ações foram desenvolvidas a fim de aproximar cada vez mais o governo da sociedade, por meio de investimentos em tecnologia, que estimulam o acesso à informação e o controle na utilização dos recursos públicos, contribuindo com o desenvolvimento do estado e uma gestão cada vez mais transparente. Assim, o Tocantins conseguiu alcançar o índice de 47,57%, ficando abaixo do limite legal de 49% da Receita Corrente Líquida (RCL), ou seja, dentro do limite prudencial da LRF.

“Levando-se em conta o cenário de pandemia do novo coronavírus que vivenciamos, o corte de gastos e o orçamento enxuto fazem parte da busca constante pelo equilíbrio econômico – financeiro e as principais medidas que a Secretaria adotou nos propiciou alcançar

TEXTO E FOTO: WANDERSON GONÇALVES / GOV-TO

essa estabilidade”, ressalta Bruno Barreto, secretário de Estado da Administração.

MELHORIAS E EFICIÊNCIA

Para manter o ritmo diante da pandemia da Covid-19, a Secad-TO demonstrou que diversos projetos importantes foram criados e/ou tirados do papel. É o caso da Solução Integrada de Gestão Administrativa (Siga), que vai gerenciar de forma digital, centralizada e integrada as atividades administrativas de compras e licitações, bem como a gestão de contratos e de patrimônio mobiliário, imobiliário e almoxarifado de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

A Secretaria da Administração é responsável pelos módulos de patrimônio mobiliário, imobiliário e almoxarifado. Desde que entrou em execução, foram registrados mais de um milhão de itens somente no Módulo de Patrimônio Mobiliário.

O secretário de Estado da Administração afirma que a ferramenta está alinhada com as determinações do governador Mauro Carlesse (DEM) e traz o que há de moderno no mercado, promovendo transparência, além de democratizar o acesso às informações sobre a gestão estadual.

“O objetivo do Siga é fortalecer a gestão administrativa por meio de uma ferramenta corporativa, que abrange todos os órgãos e autarquias do Poder Executivo. Nosso objetivo é gerar transparência e confiabilidade para as ações realizadas pelo governo. Hoje, estamos experimentando a realidade patrimonial com muito mais eficiência e gestão. E essa é só uma das soluções que estão sendo implantadas por meio do Siga, uma gestão inovadora que vai possibilitar ao Tocantins centralizar, organizar e padronizar a gestão do patrimônio e as ações de compras e contratos do governo”, afirma.

Vale ressaltar outra melhoria significativa. Foi a implantação de um mecanismo de notificação de débito via endereço eletrônico. Vagleia Inácio, diretora da Folha de Pagamento, afirma que, a partir da folha de junho, a Secad passou a notificar os servidores ativos, por meio eletrônico, sobre as eventuais devoluções salariais processadas, automaticamente, em folha de pagamento.

SERVIR

O Sistema de Telemedicina do Plano de Assistência em Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins (Servir) é o mais novo benefício de saúde que o governo do Tocantins passou a oferecer aos servidores públicos estaduais. É um novo serviço de saúde com mais agilidade, comunicação e, totalmente, adaptado aos novos tempos, proporcionando segurança aos beneficiários e mais acesso à informação.



“Nosso objetivo é gerar transparência e confiabilidade às ações do governo”

Bruno Barreto, secretário da Administração do Tocantins

Inejaim Siqueira, secretário-executivo e diretor do Servir, ressalta o quanto as mudanças são necessárias para entregar um serviço de maior qualidade aos servidores. “Essas mudanças foram estudadas com transparência e muito cuidado por toda a equipe de técnicos e pretendemos elevar o benefício de saúde dos servidores a outro patamar de qualidade. Atendendo à recomendação do governador Mauro Carlesse, realizamos uma modernização no plano de saúde dos servidores”, enfatizou.

SAÚDE MENTAL

O Projeto Saúde Mental do servidor em sofrimento psíquico decorrente da pandemia do novo coronavírus foi idealizado pela diretoria e os peritos psiquiatras da Junta Médica Oficial do Estado (JMOE) para ser eficiente na atual realidade.

O projeto é focado na prevenção. Desse modo, a Secad, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SES-TO), promove um ciclo de lives semanais que abordam temas motivacionais, além de instigar o autocuidado e a quebra de mitos.

“A ideia inicial é criar uma rede que possa prestar suporte emocional ao servidor por meio de acolhimento, que pode até ser resolutivo. Após essa escuta inicial, se for identificada a necessidade de continuação, essa orientação é feita no sentido de dar prosseguimento ao cuidado psíquico”, destaca Rafael Julião, médico e perito na Junta Médica Oficial. ●

INDICAÇÕES – LIVROS PARA APRENDER

COMPLIANCE NO SETOR PÚBLICO

A obra tem importância fundamental não apenas para consolidar uma cultura de compliance, mas também para concretizar a integridade como um norte indispensável para o desenvolvimento das políticas públicas de qualquer governo, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

Autores: Marcelo Zenkner e Rodrigo Pironti Aguirre de Castro.

Editora Forum



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL

O caráter descentralizado da Internet, baseado no uso de protocolos TCP/IP – enquanto elemento-chave da sociedade da informação, que constitui o conjunto de redes conectadas entre si, de tal forma que se faz possível a comunicação instantânea de qualquer ponto, em se tratando de um meio global –, inviabilizando a presença de qualquer organismo diretor central, não obsteu, mas, pelo contrário, só fortaleceu a sua evolução, seja no comércio eletrônico, seja nas redes sociais, seja ainda no aperfeiçoamento da gestão pela administração pública.

Autor: José Luiz de Moura Faleiros Júnior.

Editora Foco

FORMAÇÃO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Formação e Gestão de Políticas Públicas, de Roosevelt Brasil Queiroz, trata da importância do planejamento e execução de ações comprometidas com o desenvolvimento. A obra é voltada para o profissional da área de planejamento no setor público e para os cidadãos interessados em conhecer melhor os detalhes do planejamento e gestão do Estado.

Autor: Roosevelt Brasil Queiroz

Editora Intersaberes



CONTROLADORIA E GOVERNANÇA NA GESTÃO PÚBLICA

Este livro apresenta um conjunto de temas que devem fazer parte do dia a dia do gestor público para a maximização do valor dos recursos públicos. Enfatiza aspectos históricos de contabilidade que contribuíram para o desenvolvimento da humanidade, separando-se em dois grandes momentos: primeiro até 1202 d.C. e o segundo dessa data até os dias de hoje.

Autor: Valmor Slomski.

Editora Atlas





SISTEMA DE GESTÃO
PRESENTE EM **25% DOS**
ESTADOS BRASILEIROS

Economia na folha de pagamento



Todas as carreiras
públicas e regimes
jurídicos são
contemplados



Automatiza a Folha e
unifica procedimentos
de Recursos Humanos



Audita continuamente
a Folha de Pagamento

ergonrh.com.br • (11) 2149 9200 • contato@ergonrh.com.br

ERGON

GESTÃO DE PESSOAS
NO SETOR PÚBLICO

Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha,
100 – Vila Cruzeiro – São Paulo

Quem está transformando o Brasil?

Gestores de todo o país estão implementando políticas que mudam a vida das pessoas para melhor. Neste ano, iniciativas do Maranhão, Rio Grande do Sul e Alagoas foram premiadas pelo CLP - Centro de Liderança Pública, sendo reconhecidas por resultados de alto impacto e a possibilidade de serem replicadas, além de promoverem, de fato, o bem estar social.

Saiba como esses estados fizeram isso e quem são as lideranças por trás dos projetos.



<https://bit.ly/premio-clp-2020>





■ CONFIANÇA ■ SEGURANÇA ■ EXPERIÊNCIA

WWW.IBADE.ORG.BR



+400 CONCURSOS E
PROCESSOS
SELETIVOS
REALIZADOS EM TODO O BRASIL

+4 MILHÕES
DE CANDIDATOS ATENDIDOS